NAZARÉ

MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Carta Social Municipal da Nazaré — apreciação técnica e submissão da proposta final à Assembleia Municipal	**INFORMAÇÃO N.º:** 365/DCS/2026 **NIPG:** 19800/26 **DATA:** 2026/11/13

DELIBERAÇÃO:
Deliberado em reunião de câmara realizada em ……/……/……,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHO:
Ao Sr. Presidente para os devidos efeitos.

À Reunião
16-11-2026

Concordo.
16-11-2026

Fátima Lourenço
Vereadora CM Nazaré

Serafim António
Presidente da CM Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:
À Coordenadora Técnica Elsa Marques
Para inserir na ordem do dia da próxima reunião da Câmara Municipal, conforme Despacho do Sr. Presidente.
16-11-2026

Helena Pola
Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:

Ex.ma Senhora Vereadora, com o pelouro da Coesão Social,
Submete-se o presente assunto à consideração de V. Exa., solicitando-se que, caso mereça a sua concordância, seja remetido o assunto ao Senhor Presidente, para efeitos de submissão à Câmara Municipal, para apreciação e deliberação.
À consideração superior.

13-11-2026

Ana Mafalda Barqueiro
Chefe de Divisão da Coesão Social

INFORMAÇÃO

Ex.ma Senhora Vereadora, com o pelouro da Coesão Social,

No âmbito das competências que incumbem à Divisão da Coesão Social, cumpre-me emitir a seguinte informação:

A Carta Social Municipal constitui um instrumento estratégico de diagnóstico, planeamento e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais do concelho, permitindo conhecer a oferta existente, identificar necessidades e orientar o desenvolvimento de respostas sociais em função das características e dinâmicas do território.

A sua relevância reside, designadamente, na possibilidade de proporcionar uma visão integrada da rede de respostas sociais, apoiar a identificação de lacunas e sobreposições na oferta, fundamentar prioridades de intervenção e orientar decisões relativas à criação, ampliação ou requalificação de serviços e equipamentos sociais, promovendo uma utilização mais adequada e racional dos recursos disponíveis.

Neste sentido, a Carta Social Municipal assume-se como instrumento de suporte à decisão pública e à concertação entre o Município, as instituições da economia social e os restantes agentes locais, devendo articular-se com o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social, bem como com as prioridades de âmbito regional e nacional.

A proposta de Carta Social Municipal da Nazaré, na versão de outubro de 2026, foi desenvolvida com apoio técnico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, no âmbito do procedimento promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e Supramunicipal da região.

Conforme documentado no extrato da ata n.º 74 do Plenário do Conselho Local de Ação Social (CLAS), o processo de elaboração envolveu os parceiros da Rede Social, designadamente através de um focus group, realizado em 26 de setembro de 2025, e de uma sessão temática plenária, realizada em 5 de dezembro de 2025. As observações dos serviços municipais foram integradas na reunião de alinhamento de 3 de março de 2026.

A proposta foi igualmente disponibilizada previamente aos parceiros da Rede Social para análise e apresentação de contributos, tendo sido posteriormente submetida à apreciação do Plenário do CLAS, em reunião realizada em 12 de novembro de 2026.

Da apreciação efetuada em sede de plenário, e conforme consta do referido extrato da ata, resulta que o documento foi considerado devidamente esclarecido, não tendo sido suscitadas dúvidas ou objeções quanto ao seu conteúdo ou às explicações prestadas.

Submetida a proposta a votação, o CLAS da Rede Social do Concelho da Nazaré emitiu parecer favorável, aprovado por unanimidade, tendo deliberado que o documento fosse remetido à Câmara Municipal para efeitos de submissão à Assembleia Municipal.

A apreciação favorável pelo CLAS traduz, assim, a conclusão da fase de discussão e auscultação da Rede Social legalmente prevista, conferindo expressão à concertação institucional em torno de um instrumento estruturante para o planeamento e desenvolvimento da rede de respostas sociais concelhia.

Importa ainda salientar que a utilidade da Carta Social Municipal não se esgota na sua aprovação. A sua eficácia enquanto instrumento de planeamento depende do acompanhamento da evolução das necessidades sociais e da atualização da informação relativa aos serviços, equipamentos e respostas existentes, em articulação com o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social. Trata-se, por isso, de um instrumento de trabalho continuado, cuja concretização convoca a responsabilidade do Município e a participação dos parceiros da Rede Social.

Enquadramento legal e procedimental

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação em vigor, compete à Câmara Municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a Carta Social Municipal.

Por sua vez, o n.º 3 do mesmo artigo estabelece que compete à Assembleia Municipal aprovar a Carta Social Municipal e as respetivas revisões, após discussão e parecer do Conselho Local de Ação Social.

Em desenvolvimento deste regime, o artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, estabelece que a elaboração, atualização e divulgação da Carta Social Municipal são da competência da Câmara Municipal, que deve remeter a respetiva proposta ao CLAS para emissão de parecer, sendo posteriormente submetida a proposta final, acompanhada desse parecer, à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

A submissão da proposta à Assembleia Municipal enquadra-se ainda na competência da Câmara Municipal prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que lhe atribui a competência para apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta.

Proposta

Face ao exposto, considerando a natureza estratégica da Carta Social Municipal da Nazaré, o processo de elaboração e participação institucional desenvolvido, bem como o parecer favorável emitido por unanimidade pelo Plenário do CLAS, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

a) Aprovar, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, a proposta final da Carta Social Municipal da Nazaré, na versão de outubro de 2026;

b) Submeter a referida proposta, acompanhada do parecer favorável do Conselho Local de Ação Social, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e do n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Anexos:

1. Carta Social Municipal da Nazaré — versão de outubro de 2026;
2. Extrato da ata n.º 74 do Plenário do Conselho Local de Ação Social da Rede Social do Concelho da Nazaré, de 12 de novembro de 2026.

À consideração superior.

13-11-2026

Ana Mafalda Barqueiro
Chefe de Divisão da Coesão Social

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

ISCSP
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CARTA SOCIAL MUNICIPAL

NAZARÉ

NAZARÉ
PORTUGAL OESTE COMUNIDADE INTERMUNICIPAL SMART & SUSTAINABLE REGION
ISCSP IFOR INSTITUTO DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA
IAPP INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
CAPP Centro de Administração e Políticas Públicas

FICHA TÉCNICA

OBJETO E PROCESSO

Apoio Técnico na Elaboração das Cartas Sociais Municipais e Carta Social Supramunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste
Processo com a Ref.ª CPRV2/2025

RESPONSÁVEL PELA CARTA

Joaquim Caeiro

INVESTIGADORA PRINCIPAL

Carla Ribeirinho

EQUIPA DE TRABALHO

Carla Ribeirinho
Helena Teles
João Pedro Santos
Joaquim Caeiro
Murilo de Oliveira

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)
Universidade de Lisboa (ULisboa)
Campus Universitário do Alto da Ajuda
Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa
Tel.: (+351) 213 619 430 / Fax.: (+351) 213 619 442

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE 12

SUMÁRIO EXECUTIVO 14

NOTA INTRODUTÓRIA 19
Enquadramento e Justificação do Documento 19
Sobre o Projeto Cartas Sociais 20

METODOLOGIA 22
Fontes de Informação Utilizadas 22
Métodos de Recolha e Análise 23
Participação de Entidades e Atores Locais no Processo 23

ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRATÉGICO 26
Objetivos da Carta Social Municipal 28
Instrumentos de Planeamento Estratégico da Rede Social 31
Diagnóstico Social do Município da Nazaré (2024) 31
Plano de Desenvolvimento Social da Nazaré (2024–2026) 32
Plano de Ação da Rede Social da Nazaré (2024–2025) 32

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 34
Caracterização Geográfica e Administrativa 35
Caracterização e Projeções Demográficas 39
Projeções demográficas para 2026 e 2030 48
Caracterização Socioeconómica 55
Emprego e Mercado de Trabalho 55
Habitação e Mobilidade 61

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

Educação e Saúde 66
Desigualdade, grupos em situação de vulnerabilidade e proteção social 69

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS 78
Organizações da Economia Social da Nazaré 79
Composição Institucional da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais 82
Distribuição e Caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais da Nazaré 84
Respostas para Infância e Juventude 84
Respostas para Pessoas Adultas 87
Respostas para Família e Comunidade 90
Respostas inexistentes na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais 93
Necessidades das Instituições 96
Outras Iniciativas de Base Local 98

DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES SOCIAIS 107
Análise *SWOT* Multinível do Município da Nazaré: Território, Rede Institucional e Atores Sociais 107
Forças Estruturantes do Município da Nazaré 107
Fragilidades Estruturais e Sociais da Nazaré 109
Ameaças ao Desenvolvimento Sustentável e à Coesão Social da Nazaré 111
Oportunidades Estratégicas para a Nazaré 113
Identificação das principais problemáticas sociais 115
Habitação e condições de habitabilidade (16 votos) 115
Envelhecimento demográfico e isolamento social (12 votos) 116
Insuficiência de respostas para problemáticas sociais específicas: saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos (11 votos) 116
Integração de populações migrantes (8 votos) 116
Infância e juventude: renovação demográfica e apoio às famílias (8 votos) 117
Deficiência, acessibilidade e mobilidade (3 votos) 117

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE SOCIAL 118
Eixos prioritários de intervenção 119
Eixo 1 – Acesso à Habitação Adequada e Condições de Habitabilidade 119
Eixo 2 – Envelhecimento Ativo, Digno e em Proximidade 119
Eixo 3 – Saúde, Bem-Estar e Respostas Integradas às Vulnerabilidades Específicas 120
Eixo 4 – Inclusão, Integração de Migrantes e Coesão Comunitária 120
Eixo 5 – Apoio à Infância, Juventude e às Famílias 121
Eixo 6 – Acessibilidade Universal, Mobilidade e Inclusão da Deficiência 121
Linhas Estratégicas e Objetivos 122
Monitorização e Avaliação das Medidas Propostas 123
Proposta complementar: preparação do território para eventos extremos 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132
Síntese do diagnóstico 132
Recomendações para a ação municipal e interinstitucional 133
Propostas de monitorização e atualização do documento 134

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136

APÊNDICES 138
Apêndice I. Medida 1: Reforço e Requalificação da Resposta de Apoio Domiciliário (SAD/ADI) 139
Apêndice II. Medida 2: Criação do Gabinete Municipal de Habitação 144
Apêndice III. Medida 3: Reativação do CLAIM e Implementação de um Programa Municipal de Integração de Migrantes 149

ANEXOS 154
Anexo I. Identificação das respostas sociais da plataforma CartaSocial.pt 155
Respostas para Infância e Juventude 155
Respostas para Pessoas Adultas 155
Respostas para Família e Comunidade 156
Respostas para Outras Atividades 156
Anexo II. Entidades presentes no focus group e registo fotográfico da sessão 158
Anexo III. Entidades presentes na sessão temática e registo fotográfico da sessão 159

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Região Oeste e os Municípios no escopo deste projeto....21
Figura 2. Divisão administrativa do Município com as suas Freguesias....35
Figura 3. Mapa Topográfico....36
Figura 4. Mapa de Acessibilidade e Ocupação do Sol....36
Figura 5. Temperaturas Médias Mensais (2021-2024)....38
Figura 6. Precipitação Mensal Total (2022-2024)....39
Figura 7. Mapa da Densidade Populacional por Freguesia (2021)....41
Figura 8. Mapa da Distribuição da População por Faixa Etária e Freguesia (2021)....41
Figura 9. Evolução da População Residente do Município da Nazaré (2021 - 2030)....49
Figura 10. Evolução da População do Município da Nazaré por Grupo Etário (2001 - 2030)....51
Figura 11. População Empregada por Último Nível Concluído de Formação por Freguesia (2021)....59
Figura 12. População Desempregada por Último Nível Concluído de Formação por Freguesia (2021)....61
Figura 13. Alojamentos Residenciais por Forma de Ocupação por Freguesia (2021)....62
Figura 14. Mobilidade Pendular por Modos de Deslocação (2021)....65
Figura 15. Taxa de Analfabetismo e Nível de Escolaridade por Freguesia (2021)....67
Figura 16. Analfabetismo e Nível de Escolaridade por Género (2021)....68
Figura 17. Médicos, Enfermeiros e Farmácias por 1.000 habitantes (2023 e 2024)....69
Figura 18. Ganhos Mensais por Género (2021 e 2023)....71
Figura 19. Ganhos Mensais por Nacionalidade (2021 e 2023)....72
Figura 20. Pessoas com Dificuldades Funcionais (2021)....73
Figura 21. Crianças e Jovens em Situação de Perigo Diagnosticada (2021-2024)....74
Figura 22. Pessoas em Situação sem Abrigo (2021-2023)....74
Figura 23. Violência Doméstica Detetada ou Notificada à Autoridade Policial (2021-2024)....75
Figura 24. Distribuição das entidades da economia social por tipologia....79
Figura 25. Estatuto de IPSS das entidades da Economia Social....80
Figura 26. Entidades da Economia Social da Nazaré por década de fundação....82
Figura 27. Natureza jurídica das entidades proprietárias das respostas que integram a rede de serviços e equipamentos sociais....83
Figura 28. Respostas para a Infância e Juventude no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia....85

Figura 29. Respostas para Pessoas Adultas no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia.....88
Figura 30. Respostas para Família e Comunidade no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia.....91

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. População Residente por Freguesia (2021) 40
Quadro 2. Tipos de Agregados Familiares por Freguesia (2021) 42
Quadro 3. Índices de Dependência de Jovens e Idosos, Envelhecimento, Longevidade, Sustentabilidade Potencial e Renovação da População Ativa por Freguesia (2021) 44
Quadro 4. Taxas de Fecundidade Geral (‰), Natalidade (‰) e Mortalidade (‰) (2021 a 2024) 45
Quadro 5. Crescimento e Taxa de Crescimento Natural (‰) por Freguesia (2021 a 2024) 46
Quadro 6. Estimativas do Saldos Total, Natural e Migratório e Taxa Migratória por (‰) Freguesia (2021-2024) 47
Quadro 7. População Estrangeira com Estatuto e Solicitante do Estatuto Legal de Residência (2021 a 2023) 48
Quadro 8. Evolução da População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário (2001 - 2030) 50
Quadro 9. População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário e Sexo (2026 e 2030) 52
Quadro 10. Indicadores-Resumo do Município da Nazaré (2026 e 2030) 53
Quadro 11. Índices de Dependência do Município da Nazaré (2026 e 2030) 54
Quadro 12. Taxa de Atividade por Freguesia (2011 e 2021) 56
Quadro 13. População Ativa por Faixa Etária e Freguesia (2021) 57
Quadro 14. Taxas de Emprego por Género e Freguesia (2011 e 2021) 57
Quadro 15. População Empregada por Atividade Económica (2021) 58
Quadro 16. Taxas de Desemprego por Freguesia (2011 e 2021) 60
Quadro 17. Pessoas a Residir Sozinhas, Núcleos Familiares e Alojamentos Disponíveis à Habitação Familiar por Freguesia (2021) 63
Quadro 18. Edifícios Sem Elevadores por Número de Pisos por Freguesia (2021) 64
Quadro 19. Estabelecimentos de Ensino Não Superior (2022-2023) 66
Quadro 20. Desigualdade no Rendimento Bruto Declarado Deduzido do IRS (P80/P20) por Freguesia (2018 a 2023) 70
Quadro 21. Beneficiárias/os da Prestação Social para Inclusão na Segurança Social (2023) 76
Quadro 22. Valor médio das pensões da segurança social (€) (2023) 77
Quadro 23. Ramo da atividade principal das entidades da Economia Social 81
Quadro 24. Listagem das entidades proprietárias por tipo de resposta social 84
Quadro 25. Respostas para a Infância e Juventude no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação 87

Quadro 26. Respostas para Pessoas Adultas no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação....89
Quadro 27. Respostas para Família e Comunidade no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação....92
Quadro 28. Listagem de respostas sociais inexistentes no concelho da Nazaré....95
Quadro 29. Linhas Estratégicas e Objetivos Específicos....122
Quadro 30. Monitorização e Avaliação das Medidas e Ações Propostas....125
Quadro 31. Monitorização e Avaliação das Medidas e Ações Propostas....130

Lista de Siglas

ADI	Apoio Domiciliário Integrado
AEN	Agrupamento de Escolas da Nazaré
ATL	Atividades de Tempos Livres
CAARPD	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CAES	Centro de Acolhimento de Emergência Social
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CERCINA	Cooperativa de Ensino e Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLDS 5G	Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
C.R.L. / CRL	Cooperativa de Responsabilidade Limitada
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
ELI	Equipa de Intervenção Precoce Alcobaça-Nazaré
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
F.C.	Família e Comunidade
FOR-MAR	Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
GNR	Guarda Nacional Republicana
I.J.	Infância e Juventude
I.P.	Instituto Público
ICAD	Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P.
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCSP-ULisboa	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, I.P.
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
NLGPI	Núcleo Local da Garantia para a Infância
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O.A.	Outras Atividades
OesteCIM	Comunidade Intermunicipal do Oeste
OPJ	Orçamento Participativo Jovem
P.A.	Pessoas Adultas
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PES	Programa de Emergência Social
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAI	Residência de Autonomização e Inclusão
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RUTIS	Rede de Universidades da Terceira Idade
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente
SAVI/MAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente no âmbito do Modelo de Apoio à Vida Independente
SNIPI	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SWOT	*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*
TPTD	Título Profissional de Treinador de Desporto
UAI	Unidade de Apoio Integrado
UE	União Europeia
ULDM	Unidade de Longa Duração e Manutenção
ULS	Unidade Local de Saúde
ULisboa	Universidade de Lisboa
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Mensagem do Presidente



A Carta Social constitui um instrumento estratégico fundamental para a definição e concretização das políticas sociais do concelho da Nazaré. Para o Município, representa uma opção política clara e inequívoca: colocar as pessoas no centro da ação pública, garantindo que o planeamento e a intervenção social são conduzidos com rigor, responsabilidade e visão de futuro. Mais do que identificar necessidades, a Carta Social afirma escolhas e prioridades que respondem de forma concreta às condições de vida da nossa população.

A sua elaboração resultou de um processo participado, baseado na auscultação dos agentes locais, das instituições com intervenção no território e da sociedade civil. Este método traduz a visão que defendemos para o concelho: uma governação de proximidade, que escuta, envolve e decide com conhecimento do terreno. A leitura conjunta das respostas sociais existentes e das lacunas identificadas permite agora uma ação municipal mais eficaz, mais justa e mais alinhada com a realidade da Nazaré.

Este trabalho enquadra-se nos princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas, sobretudo, expressa um compromisso político firme com a coesão social, a igualdade de oportunidades e a dignidade humana. Queremos uma Nazaré inclusiva, onde ninguém seja deixado para trás, e onde o combate à pobreza e às desigualdades se traduza em políticas públicas consistentes, monitorizadas e mensuráveis.

Enquanto Presidente da Câmara Municipal reafirmo que o desenvolvimento social é um pilar estruturante do desenvolvimento local. O apoio às famílias, às crianças e jovens, à população sénior e às pessoas em situação de maior vulnerabilidade é e continuará a ser uma escolha política central deste Executivo. Acreditamos que uma comunidade forte constrói-se a partir da proteção dos mais frágeis e da criação de oportunidades reais para todos e todas.

A Carta Social reforça também a importância do trabalho em rede e da cooperação institucional. A articulação entre o Município, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, os serviços públicos e os agentes locais é essencial para garantir respostas sociais eficazes, complementares e sustentáveis. Pretendemos promover uma política social que some esforços, evite redundâncias e maximize recursos, com foco permanente nos resultados e no impacto positivo na vida das pessoas.

Assim, a Câmara Municipal da Nazaré renova o seu compromisso com uma política social de proximidade, responsável e orientada para o futuro. Uma política suportada no planeamento estratégico, na transparência e numa visão integrada de desenvolvimento sustentável. Temos a convicção de que só com liderança, cooperação e sentido de justiça social construiremos uma Nazaré mais coesa, solidária e equilibrada.

A Carta Social é, por isso, muito mais do que um instrumento técnico: é um compromisso político e uma declaração de princípios. Representa um passo firme no caminho que defendemos para o concelho, porque a Nazaré merece mais coesão, mais justiça social e um futuro com oportunidades para todos.

Serafim António, Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

Sumário Executivo

A presente Carta Social Municipal da Nazaré constitui um instrumento estratégico de conhecimento, planeamento e apoio à decisão pública no domínio da ação social, enquadrado no processo de descentralização de competências e alinhado com a visão municipal de colocar as pessoas no centro da ação pública. O documento afirma-se como uma base estruturante para orientar políticas sociais mais eficazes, justas e territorialmente ajustadas, valorizando a cooperação institucional, a monitorização contínua e uma perspetiva integrada de desenvolvimento social sustentável.

A sua elaboração assentou numa metodologia multimétodo e participativa, que articulou *desk research*, análise documental e estatística, *focus groups*, sessão temática, estudos de caso e validação com os atores locais. Este processo foi desenvolvido com forte envolvimento das entidades do território e com momentos formais de auscultação, deliberação e alinhamento institucional, reforçando a legitimidade democrática da Carta Social e a sua adequação à realidade social da Nazaré. A robustez metodológica traduz-se, assim, na combinação entre evidência empírica, enquadramento técnico e conhecimento situado, permitindo que o diagnóstico produzido seja simultaneamente rigoroso, participado e operacionalizável.

A Carta Social integra e prolonga o trabalho já realizado no quadro da Rede Social, designadamente o Diagnóstico Social da Nazaré 2024, o Plano de Desenvolvimento Social 2024–2026 e o Plano de Ação da Rede Social 2024–2025. Estes instrumentos definem uma linha de continuidade particularmente relevante: promoção do bem-estar e desenvolvimento na infância, envelhecimento ativo e qualidade de vida, integração e inclusão de pessoas migrantes e reforço do sistema de informação e monitorização social. Esta base estratégica pré-existente constitui um ativo institucional importante, porque demonstra que o concelho já dispõe de prioridades definidas, práticas em curso e mecanismos de coordenação que podem ser reforçados e aprofundados pela presente Carta Social.

Do ponto de vista territorial, a Nazaré apresenta uma configuração singular no contexto da Região Oeste. Com cerca de 82,43 km², integra as freguesias de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades,

sendo o município de menor extensão de limites da sub-região, mas revelando uma posição estratégica de articulação entre o litoral, os corredores rodoviários estruturantes e a Linha do Oeste. A presença da A8, do IC9, das estradas nacionais N8 e N242 e de duas paragens ferroviárias constitui um ativo importante de acessibilidade, mobilidade e ligação intermunicipal. Em simultâneo, as condições topográficas, a existência de áreas de forte declive e a menor articulação rodoviária de Famalicão introduzem assimetrias internas de acesso a serviços e equipamentos, com consequências relevantes para a equidade territorial e para o bem-estar dos grupos mais vulneráveis.

Do ponto de vista territorial, a Nazaré apresenta uma configuração singular no contexto da Região Oeste. O concelho organiza-se em torno de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, num território de 82,43 km², beneficiando de uma posição estratégica no litoral e de acessibilidades estruturantes relevantes, designadamente a A8, o IC9, as estradas nacionais N8 e N242 e a Linha do Oeste, com paragens em Valado-Nazaré-Alcobaça e Famalicão da Nazaré. Esta infraestrutura constitui um importante ativo de conectividade intermunicipal e de mobilidade da população. Ainda assim, a morfologia do território, marcada por zonas de declive acentuado, bem como a menor articulação rodoviária de algumas áreas, em especial em Famalicão e nas zonas de transição entre freguesias, introduzem obstáculos concretos ao acesso a serviços e equipamentos, sobretudo para pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida.

As projeções demográficas até 2030 apontam, ainda assim, para uma trajetória de crescimento populacional. A população total deverá passar de 14.881 habitantes em 2021 para 16.436 em 2026 e 17.609 em 2030, o que representa um crescimento global de aproximadamente 18,3%. Este crescimento é sustentado sobretudo pelos saldos migratórios positivos, que compensam o saldo natural negativo: entre 2021 e 2024, a Nazaré registou um saldo natural de -272 pessoas e um saldo migratório estimado de +1.247, permitindo um saldo total positivo de +975 habitantes. A estrutura etária projetada evidencia crescimento da população em idade ativa, que poderá atingir 10.611 residentes em 2030, mas também aumento expressivo da população idosa, que passará de 3.900 indivíduos em 2021 para 4.811 em 2030. Os indicadores-resumo reforçam esta leitura: o índice de envelhecimento sobe de 214,9 em 2026 para 220,0 em 2030, enquanto o índice de sustentabilidade potencial desce de 228,3 para 220,6 e o índice de longevidade aumenta de 50 para 56. Trata-se, portanto, de um território com crescimento demográfico globalmente positivo, mas que continuará a exigir respostas robustas ao envelhecimento e políticas eficazes de integração migratória.

No plano socioeconómico, a Carta Social confirma a coexistência entre dinamismo e vulnerabilidade. O concelho reduziu significativamente a taxa de desemprego entre 2011 e 2021, passando de 14,33% para 8,01%, ainda que permaneça ligeiramente abaixo da média nacional e acima da média regional. A melhoria verificou-se tanto entre homens como entre mulheres, mas subsistem desigualdades de género relevantes, uma vez que, em 2021, a taxa de desemprego feminina atingia 8,95%, face a 7,10% entre os homens. Territorialmente, a freguesia da Nazaré concentra os valores mais elevados de desemprego (8,81%), enquanto Famalicão apresenta o valor mais baixo (5,83%). Paralelamente, o perfil da população desempregada revela níveis de escolaridade intermédios e secundários expressivos, o que indica a necessidade de reforçar estratégias de qualificação, reconversão e valorização profissional, sobretudo num contexto económico fortemente marcado pelo turismo, pelos serviços e pelo comércio.

As condições de habitação, mobilidade e acessibilidade constituem um domínio crítico para a qualidade de vida e para a ação social. Em 2021, o concelho registava 87,32% de relação entre indivíduos/famílias e alojamentos potencialmente dirigidos a moradia, valor inferior ao da região e

do país, o que sugere alguma margem no parque habitacional, embora coexistindo com pressão habitacional e dificuldades de acesso. Acresce que o município apresenta uma elevada proporção de edifícios sem elevador: 94,63% dos edifícios com 3 e 4 pisos não dispõem desse equipamento, agravando barreiras de acessibilidade para pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida. Também a mobilidade pendular revela forte dependência do transporte individual, utilizado por 71% da população, enquanto apenas 8,3% recorre ao transporte coletivo. Estes elementos reforçam a centralidade da habitação adequada, da acessibilidade universal e da mobilidade inclusiva como eixos estruturantes da política social local.

No domínio da educação, saúde e proteção social, o diagnóstico evidencia recursos instalados, embora com limitações significativas. A Nazaré apresenta 2 médicos e 4 enfermeiros por 1.000 habitantes, valores inferiores aos da Região Oeste e muito aquém dos referenciais nacionais, ainda que a densidade de farmácias seja ligeiramente superior à média. Esta limitação assume maior relevância num território envelhecido e com barreiras físicas de acesso, reforçando a necessidade de respostas articuladas de ação social, saúde comunitária e apoio domiciliário. Em matéria de desigualdade, o indicador P80/P20 situava-se em 2,5 em 2023, ligeiramente abaixo da média nacional e regional, o que pode apontar para menor dispersão relativa dos rendimentos. Persistem, além disso, desigualdades salariais de género: em 2023, as mulheres auferiam cerca de 20% menos do que os homens no 3.º quartil. No domínio da proteção social, registavam-se 221 beneficiários da Prestação Social para a Inclusão em 2023, correspondendo a 1,49% da população residente. A Carta assinala igualmente sinais de pressão social em domínios como crianças e jovens em situação de perigo, violência doméstica e fragilidade socioeconómica, o que confirma a necessidade de respostas integradas e intersetoriais.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais da Nazaré constitui um dos principais ativos do território. A sua configuração institucional revela uma governação intersetorial equilibrada, sem domínio absoluto de um único ator, apoiada em polos cooperativo, paroquial e confraria, e complementada por operadores escolar, municipal, privado e da Segurança Social. Entre as entidades proprietárias com maior peso destacam-se a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, o Centro Social de Valado dos Frades, a CERCINA, o Agrupamento de Escolas da Nazaré e o Centro Social da Freguesia de Famalicão. Esta arquitetura traduz uma importante capacidade de complementaridade, articulação e cobertura tipológica, constituindo uma base relevante para o desenvolvimento de respostas sustentáveis e territorialmente ajustadas.

No plano da oferta concreta, a rede concelhia de Infância e Juventude integra 12 respostas, com 890 lugares de capacidade e 643 utentes, o que corresponde a uma taxa média de ocupação de 72,2% e a uma taxa de cobertura de 39,1% da população dos 0 aos 17 anos. Nas Pessoas Adultas, a Carta identifica procura elevada e estável em valências como as ERPI, com taxa de ocupação de 96,4%, bem como ocupação plena nas respostas de deficiência, nomeadamente CACI, lar residencial e residência de autonomização e inclusão. Em contrapartida, as respostas comunitárias para idosos, como SAD e Centros de Dia, apresentam taxas de ocupação mais moderadas, sugerindo subutilização relativa e necessidade de melhor integração funcional com saúde, mobilidade e apoio de proximidade. Na área de Família e Comunidade, existem 4 respostas, com 578 lugares e 485 utentes, correspondendo a uma taxa de ocupação de 83,9%; o Centro Comunitário regista ocupação plena e a Ajuda Alimentar revela utilização elevada, enquanto o SAAS é reconhecido como resposta central, acompanhando 224 processos em regime descentralizado. Em

conjunto, estes dados mostram uma rede funcional, socialmente reconhecida e dotada de respostas relevantes, embora marcada por pressões diferenciadas e por assimetrias internas de cobertura.

Para além da rede formal, o concelho beneficia de um conjunto significativo de iniciativas de base local que reforçam a proximidade, o acompanhamento comunitário e a prevenção. Entre estas destacam-se a Unidade de Cuidados na Comunidade Alcobaça/Nazaré, a Sala do Movimento, o Serviço de Assistência Social em articulação com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a Universidade Sénior da Nazaré. A estas somam-se as iniciativas desenvolvidas no âmbito do NLGPI, do CLAIM, do CLDS 5G, das ações dirigidas ao envelhecimento ativo, da participação juvenil e da promoção da literacia de direitos. Estas práticas mostram que a Nazaré já dispõe de respostas complementares à rede formal, assentes em cooperação institucional, proximidade relacional e capacidade de inovação social, o que constitui uma base muito relevante para aprofundar uma política social de continuidade qualificada.

Não obstante estes ativos, a Carta identifica lacunas tipológicas e necessidades de reforço em áreas críticas. Entre as respostas inexistentes contam-se, na área da infância e juventude, a creche familiar, a intervenção precoce na infância, o transporte de pessoas com deficiência e respostas para crianças e jovens em situação de perigo, como CAFAP, acolhimento familiar, casas de acolhimento e equipas de rua. Nas Pessoas Adultas, estão ausentes respostas como centro de convívio, centro de noite, acolhimento familiar para pessoas idosas, CAARPD, SAVI/MAVI, UAI, fóruns sócio-ocupacionais, unidades de vida protegida, autónoma ou apoiada e equipa de rua para pessoas em situação de sem-abrigo. Em Família e Comunidade, verificam-se ausências em grupos de autoajuda, centro de férias e lazer, centro de apoio à vida, comunidade de inserção e estruturas de atendimento e abrigo para vítimas de violência doméstica, bem como respostas específicas em comportamentos aditivos. Estas lacunas são agravadas por necessidades adicionais ao nível da formação de adultos, da modernização infraestrutural e da adaptação normativa e financeira das respostas existentes.

O exercício participativo de diagnóstico e priorização confirmou esta leitura integrada do território. As principais problemáticas sociais identificadas foram, por ordem de votação, a habitação e condições de habitabilidade (16 votos), o envelhecimento demográfico e isolamento social (12 votos), a insuficiência de respostas para problemáticas sociais específicas — saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos — (11 votos), a integração de populações migrantes (8 votos), a infância e juventude na sua relação com a renovação demográfica e o apoio às famílias (8 votos), e a deficiência, acessibilidade e mobilidade (3 votos). Esta hierarquização mostra que os desafios da Nazaré decorrem menos da ausência total de resposta e mais da necessidade de reconfigurar, ampliar e articular recursos já existentes, num quadro de maior pressão habitacional, envelhecimento estrutural, crescimento migratório e vulnerabilidades específicas.

Em coerência com esse diagnóstico, o Programa de Intervenção, Ampliação e Modernização da Rede Social organiza-se em seis eixos prioritários: acesso à habitação adequada e condições de habitabilidade; envelhecimento ativo, digno e em proximidade; saúde, bem-estar e respostas integradas às vulnerabilidades específicas; inclusão, integração de migrantes e coesão comunitária; apoio à infância, juventude e às famílias; e acessibilidade universal, mobilidade e inclusão da deficiência. As linhas estratégicas propostas incluem, entre outras, o reforço da resposta habitacional, o combate ao isolamento, a criação de respostas integradas e preventivas em saúde mental e apoio à vítima, a reativação do CLAIM, o ensino do português, o reforço da rede de creche, a adaptação de vias e espaços públicos, a criação de respostas residenciais inclusivas e o apoio às atividades da vida diária. A implementação destas orientações deverá reforçar a capacidade de

cobertura territorial da Rede Social, melhorar a coordenação entre políticas públicas e consolidar uma governação participada e orientada para resultados.

A monitorização e avaliação assumem, neste contexto, um papel central. A Carta prevê um modelo de acompanhamento contínuo, assente em indicadores claros, mensuráveis e temporalmente definidos, orientado para acompanhar a execução das medidas, avaliar a adequação das respostas, apoiar a tomada de decisão, permitir reprogramações e reforçar a articulação interinstitucional e a transparência da ação pública. Esta opção é coerente com o eixo já existente de sistema de informação e monitorização social e constitui um dos aspetos mais consistentes do documento, na medida em que permite transformar o diagnóstico em governação efetiva e em capacidade de ajustamento permanente às mudanças do território.

Acresce que a versão final da Carta Social incorpora uma proposta complementar de preparação do território para eventos extremos, introduzida na sequência da tempestade Kristin, reconhecendo a necessidade de reforçar a capacidade local de antecipação, resposta e recuperação perante situações críticas com impacto nas populações, nas infraestruturas e no funcionamento das respostas institucionais. Esta proposta não altera a estrutura de prioridades já definida, mas acrescenta-lhe uma dimensão transversal de resiliência territorial e proteção social em contexto de emergência. Entre as medidas previstas destacam-se o mapeamento e validação de pontos de abrigo e acolhimento temporário, a disseminação de informação acessível sobre comportamentos de autoproteção, evacuação e preparação de kits de emergência, a capacitação de agentes comunitários em primeiros socorros, o desenvolvimento de ações supramunicipais para criação e operacionalização de Zonas de Concentração e Apoio à População, a sinalização de grupos especialmente vulneráveis e a avaliação da adesão do município a redes e programas de resiliência territorial. Com esta proposta, a Carta Social reforça a sua orientação prospetiva e passa a enquadrar a preparação para eventos extremos como componente transversal da coesão social, da segurança das populações e da governação territorial integrada.

Em síntese, a Carta Social Municipal da Nazaré retrata um concelho com desafios sociais exigentes, mas igualmente com recursos institucionais, comunitários e territoriais muito relevantes. A Nazaré combina acessibilidades estruturantes, capacidade de atração demográfica, uma rede social intersetorial reconhecida, iniciativas locais de proximidade e uma cultura de cooperação institucional já consolidada. Ao mesmo tempo, enfrenta pressões crescentes nos domínios da habitação, do envelhecimento, da saúde, da integração migratória, da infância e das vulnerabilidades específicas. O principal mérito da presente Carta reside em transformar esta realidade complexa numa agenda de ação fundamentada, positiva e prospetiva, assente na valorização do que o território já construiu e na orientação estratégica dos ajustamentos, reforços e investimentos necessários para promover uma Nazaré mais coesa, inclusiva, sustentável e preparada para responder aos desafios do presente e do futuro.

Nota Introdutória

Enquadramento e Justificação do Documento

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), apresenta a Carta Social Municipal da Nazaré, resultado do Projeto Cartas Sociais, que compreende ainda a entrega das Cartas Sociais Municipais de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos e Sobral de Monte Agraço e da Carta Social Supramunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM, de acordo com o objeto e as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos da Consulta Prévia, Refª. CPRV2/2025.

Este Instituto é reconhecido pela sua tradição centenária em educação e investigação na dimensão social, política, de administração pública e políticas públicas, tanto no contexto nacional como internacional, qualidade e comprometimento do corpo docente e da equipa técnica como os principais pilares das suas atividades. Destaca-se a sua longa experiência letiva, que integra oferta formativa onde se incluem diversos cursos de graduação (1º, 2º e 3º Ciclos), cursos de Pós-Graduação e Especialização em áreas científicas de Administração Pública, Políticas Públicas, Ciência Política, Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Serviço Social, Política Social, Sociologia, Antropologia, Estudos da Comunicação e na área de Gestão de Recursos Humanos. Apresenta-se, desta forma, como uma das principais instituições nacionais aptas a dar o seu contributo junto da sociedade civil, em tudo o que envolva a esfera da sua competência, como é o caso do presente trabalho que agora apresentamos.

A Escola de Desenvolvimento Local (ISCSP-ULisboa), ligada ao Instituto de Formação e Consultoria do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), insere-se no atual contexto socioeconómico e territorial, orientado para a promoção da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e assume-se nesta perspetiva holística, assente numa visão futurista e de dinamismo prospetivo apostando na formação especializada, na consultoria, na investigação e na cooperação nacional e internacional. Neste cenário, os principais eixos de

intervenção compreendem o desenvolvimento de competências na área do planeamento estratégico, da governança e da decisão política, do empreendedorismo e inovação, da análise de políticas públicas, da economia social e da promoção do desenvolvimento social, com o objetivo de promover a coesão social, económica e territorial, com vista ao fomento sustentável dos espaços locais e regionais.

A Escola de Desenvolvimento Local (ISCSP-ULisboa) pretende, neste contexto, potenciar a intervenção direta, o apoio à decisão sustentada dos territórios locais e a capacitação estratégica dos decisores políticos. No desenvolvimento da sua atividade a Escola conta com a colaboração de docentes e peritos, nacionais e estrangeiros, que garantem a qualidade do seu trabalho.

Sobre o Projeto Cartas Sociais

O Projeto Cartas Sociais, do qual esta Carta Social Municipal representa um dos dez produtos entregáveis, foi proposto, planificado e executado com vista ao objeto previsto no Artigo 2.º da Consulta Prévia Refª. CPRV2/2025, referente a "serviços para apoio técnico na elaboração das Cartas Sociais Municipais e Carta Social Supramunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de acordo com as obrigações e especificações técnicas previstas no Caderno de Encargos".

As Cartas Sociais Municipais e a Carta Social Supramunicipal constituem-se como ferramentas indispensáveis para o estudo da dimensão social na Região Oeste, apresentando-se como um recurso de informação privilegiado para a caracterização e análise do território. Estas cartas devem potenciar o processo de conceção e adequação de políticas públicas e sociais, apoiando o planeamento territorial e a preparação da tomada de decisão. Além disso, assumem-se como um meio fundamental de informação ao cidadão.

Além da Nazaré, outros oito municípios encontram-se sob escopo deste projeto, no caso, Alenquer, Alcobaça, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos e Sobral de Monte Agraço, incluída ainda a própria OesteCIM, identificados na cor amarela na Figura 1.

No que respeita às Cartas Sociais Municipais, este projeto desenvolve as seguintes iniciativas, observados os requisitos do Caderno de Encargos da Consulta Prévia Refª. CPRV2/2025:

a) Caracterização geográfica e administrativa do território;
b) Caracterização demográfica (desagregada por freguesia, quando possível), acompanhada das prospeções e projeções para 2026 e 2030;
c) Caracterização socioeconómica (desagregada por freguesia, quando possível);
d) Caracterização da rede de serviços e equipamentos sociais e do Desenvolvimento Social Local;
e) Identificação das principais carências e problemáticas sociais;
f) Análise e interpretação da informação recolhida, incluindo a hierarquização dos problemas detetados e a formulação de Programa de Intervenção até 2030, que contemple:
    - Áreas de intervenção prioritárias;
    - Propostas de atuação;
    - Critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais;
    - Orientação para investimentos das entidades públicas, solidárias e lucrativas e definição das medidas a adotar e respetiva justificação;

- Fichas de projeto com descrição dos objetivos, espaços a contemplar, estimativas de custos e fontes de financiamento, parcerias a estabelecer;

g) Definição de ferramentas de avaliação e monitorização e desenvolvimento de procedimentos de monitorização e avaliação de resultados aquando da implementação das Cartas, tendo em vista a integração no sistema de gestão territorial da OesteCIM.

A Carta Social Supramunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, observando os requisitos do Caderno de Encargos da Consulta Prévia Refª. CPRV2/2025, contempla:

a) Articulação e integração das Cartas Municipais de todos os Municípios da OesteCIM;
b) Caracterização e avaliação do território com base nos principais indicadores sociais e da identificação dos principais problemas e necessidades de intervenção;
c) Análise e interpretação da informação e hierarquização dos problemas detetados;
d) Identificação de fatores críticos e desafios estratégicos;
e) Identificação das lacunas de cobertura da rede de respostas e serviços na área social, as suas necessidades de qualificação e inovação;
f) Definição do plano de ação com as prioridades e os eixos estratégicos e as ações que respondam às necessidades definidas;
g) Definição dos indicadores de âmbito social, a serem monitorizados no âmbito das políticas públicas, assim como a respetiva fonte e periodicidade de atualização.

Figura 1. Região Oeste e os Municípios no escopo deste projeto



Fonte: Adaptado de imagem disponível em https://www.oestecim.pt/

METODOLOGIA

Para além da sua função técnica, a metodologia adotada reconhece que as Cartas Sociais são instrumentos estruturantes de planeamento estratégico no contexto da governação descentralizada. A sua elaboração exige, por isso, uma leitura que articule evidência empírica, enquadramento conceptual e participação territorial, assegurando que o diagnóstico produzido reflete simultaneamente a complexidade social dos municípios e a diversidade de vozes que os compõem. Esta abordagem reforça o caráter dinâmico das Cartas Sociais enquanto ferramentas de apoio à decisão, orientadas para a construção de respostas ajustadas às especificidades locais.

Importa sublinhar que esta metodologia não se limita à produção de um diagnóstico técnico. A sua robustez decorre da capacidade de integrar contributos provenientes de diferentes níveis, institucional, comunitário e técnico, transformando a recolha e análise de dados num processo de coconstrução. Esta opção metodológica assegura que as Cartas Sociais não são documentos estáticos, mas instrumentos vivos de planeamento participativo, capazes de orientar políticas sociais contextualizadas, sustentáveis e legitimadas pelos atores que nelas intervêm.

Fontes de Informação Utilizadas

A metodologia adotada para a elaboração das Cartas Sociais Municipais e da Carta Social Supramunicipal da Região Oeste assentou numa combinação criteriosa de fontes documentais e empíricas, garantindo uma leitura abrangente e contextualizada da realidade social dos territórios envolvidos.

As fontes documentais incluíram a análise de literatura científica sobre ação social e descentralização de competências, permitindo enquadrar teoricamente o fenómeno em estudo. Acresce o levantamento e interpretação de legislação aplicável, que orienta os parâmetros jurídicos e operacionais das intervenções. Paralelamente, foram exploradas bases estatísticas nacionais e

regionais, como as provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), da Carta Social e da Rede Social, que oferecem uma matriz quantitativa sólida para a caracterização dos territórios e das suas dinâmicas sociais. A documentação técnica e institucional produzida por entidades locais e *stakeholders* complementa este *corpus* informativo formal.

Por sua vez, as fontes empíricas revelaram-se essenciais para captar as dimensões vivenciais e práticas da realidade social. Foram recolhidos contributos de atores territoriais através da sessão temática participativa, *focus groups* com representantes institucionais e locais, estudos de caso que evidenciam boas práticas replicáveis e painéis de especialistas que validam criticamente as propostas metodológicas e estratégicas. Esta pluralidade de perspetivas enriqueceu o entendimento dos desafios e potencialidades locais, promovendo um diagnóstico mais legítimo e situado.

Métodos de Recolha e Análise

A metodologia distingue-se pela sua natureza multimétodo e pela aplicação de estratégias de triangulação, que permitem conjugar diferentes instrumentos e técnicas numa abordagem integrada e robusta. Esta pluralidade metodológica reforça a validade das interpretações e potencia uma leitura multidimensional dos dados.

A recolha de informação decorreu segundo cinco grandes etapas:

- A primeira correspondeu ao *desk research*, que compreendeu a revisão de literatura e documentação legal e técnica, fundamental para a construção do enquadramento conceptual e normativo.
- A segunda concretizou-se através da realização de *focus groups*, que permitiram explorar convergências e tensões entre os diferentes atores sociais e institucionais.
- A terceira etapa envolveu uma sessão temática, realizada com representantes institucionais e munícipes, que proporcionaram uma escuta ativa das necessidades e prioridades do território.
- A quarta etapa integrou estudos de caso, dando visibilidade a experiências de intervenção bem-sucedidas e replicáveis no contexto regional.
- Por fim, os painéis de especialistas assumiram uma função de validação técnica e crítica, contribuindo para a consolidação dos resultados obtidos e das propostas delineadas.

A análise dos dados recolhidos foi apoiada por ferramentas especializadas de análise qualitativa, com destaque para o software MAXQDA, que possibilitou a organização sistemática da informação, a categorização dos contributos e a produção de conteúdos orientadores para o planeamento e decisão. O processamento dos dados contemplou não apenas a descrição da realidade existente, mas também a identificação de lacunas, desafios e oportunidades de inovação na rede de respostas sociais dos municípios, permitindo a formulação de recomendações fundamentadas.

Participação de Entidades e Atores Locais no Processo

Um dos pilares da metodologia adotada reside na participação ativa e qualificada dos diversos atores territoriais, refletindo uma abordagem dialógica e colaborativa que valoriza os princípios da

coconstrução. Esta opção metodológica decorre da convicção de que o planeamento social ganha legitimidade, eficácia e sustentabilidade quando incorpora os saberes técnicos e científicos, mas também os saberes locais e vivenciais.

Desde a fase inicial do projeto, as entidades locais — incluindo municípios, instituições do setor social, Conselhos Locais de Ação Social, redes sociais locais e equipas Radar Social — foram envolvidas de forma sistemática na identificação de problemas, definição de prioridades e formulação de propostas de intervenção. Através de encontros participativos, sessões de escuta e co-análise, promoveu-se um processo de produção coletiva de conhecimento que fortalece a apropriação local das Cartas Sociais e potencia soluções enraizadas nas realidades dos territórios.

Este envolvimento não é apenas instrumental; é entendido como parte integrante do próprio processo investigativo, sendo condição necessária para assegurar a pertinência, a adaptabilidade e a eficácia das medidas e estratégias incorporadas nas Cartas Sociais.

O percurso de recolha e validação de dados decorreu em várias etapas articuladas, coordenadas pela equipa da OesteCIM, responsável pelos agendamentos, comunicações formais e interlocução entre a equipa de investigação e os municípios.

O processo teve início com a reunião presencial realizada a 5 de maio de 2025, na sede da OesteCIM, que reuniu os pontos focais (e/ou representantes) dos nove municípios da Região Oeste para os quais a equipa do ISCSP estava a desenvolver as respetivas Cartas Sociais. Neste encontro foi apresentado o plano de trabalho e discutida a estrutura metodológica das Cartas Sociais Municipais e da Carta Social Supramunicipal. O momento assumiu um carácter de mobilização intermunicipal, reforçando a importância das metodologias participativas e da articulação entre os níveis municipal e supramunicipal na construção do diagnóstico social.

Na sequência de todo o processo de recolha e análise de dados, teve lugar o *focus group* presencial realizado no dia 26 de setembro de 2025, no âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS), com mobilização das respetivas redes sociais locais (Cf. Anexo II — Entidades presentes no *focus group* e registo fotográfico da sessão). Neste encontro, a equipa apresentou os dados recolhidos até ao momento e dinamizou um exercício coletivo de análise *SWOT* do território, identificando forças, fragilidades, oportunidades e ameaças a partir da perspetiva dos atores sociais. Estes momentos de discussão, baseados em metodologias de trabalho colaborativo (como o *World Café*), constituíram uma etapa essencial de validação participada do diagnóstico e de levantamento de propostas para o planeamento social local.

A participação dos atores territoriais assumiu aqui um papel estruturante, não apenas como mecanismo de consulta, mas como dimensão constitutiva do próprio processo investigativo. As Cartas Sociais, enquanto instrumentos híbridos — simultaneamente técnicos e políticos — ganham densidade e legitimidade quando incorporam metodologias que valorizam a deliberação coletiva, a diversidade de perspetivas e a apropriação comunitária. Esta abordagem participativa reforça a confiança entre instituições e cidadãos e contribui para que o planeamento social se traduza em decisões concretas, ancoradas na realidade vivida pelos territórios.

Posteriormente, realizou-se uma reunião *online* com os pontos focais da OesteCIM, no dia 16 de outubro de 2025, destinada à mobilização para a recolha de informação complementar necessária à caracterização da rede de serviços e equipamentos sociais. Nesta reunião, solicitou-se:

- a validação da análise *SWOT* produzida nos encontros locais

- o envio de informação adicional relativa às necessidades organizacionais e funcionais nas dimensões de recursos humanos, estado das infraestruturas e equipamentos sociais, tempos médios de espera e carências nas respostas prestadas
- o levantamento de outras iniciativas de base local relevantes para o diagnóstico

Face a dúvidas pontuais suscitadas pelos interlocutores, foi realizada uma nova reunião *online* no dia 29 de outubro de 2025, assegurando a uniformização de critérios e o esclarecimento metodológico.

Seguidamente, realizou-se a sessão temática plenária presencial em sede de CLAS no dia 5 de dezembro de 2025 (Cf. Anexo III — Entidades presentes na sessão temática e registo fotográfico da sessão), aberta aos parceiros institucionais e à população, na qual foram apresentados os resultados da análise *SWOT* e promovido um exercício participativo de priorização dos problemas mais significativos, seguido da formulação de propostas de ação concretas para o território. Esta sessão constituiu um espaço de deliberação cidadã e partilha de propostas, contribuindo para a legitimação social das Cartas.

Concluída esta fase, a equipa de investigação elaborou o primeiro *draft* da Carta Social, que foi remetido ao executivo municipal para apreciação e recolha de contributos adicionais.

Após a análise por parte do município, realizou-se uma reunião *online* de alinhamento no dia 03 de março de 2026, destinada a discutir e integrar as observações e sugestões apresentadas, assegurando a inclusão de todos os olhares e contributos locais. Este momento marcou a fase final do processo de co-construção, permitindo consolidar um documento representativo da diversidade de perspetivas e experiências do território.

Só após esta etapa de harmonização e validação conjunta, o documento final foi submetido ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) para apreciação e aprovação pelos parceiros da rede, concluindo o ciclo metodológico participativo e reforçando a legitimidade da Carta Social enquanto instrumento de planeamento estratégico e de governança partilhada do território.

Deste modo, o processo metodológico adotado assegura que as Cartas Sociais resultam de uma combinação equilibrada entre rigor técnico e participação dos agentes locais. A qualidade do diagnóstico não se mede apenas pela precisão dos dados recolhidos, mas pela capacidade de traduzir contributos locais em orientações estratégicas. É nesta articulação entre conhecimento científico, experiência profissional e saberes comunitários que se consolida a legitimidade democrática das Cartas Sociais enquanto instrumentos de governação territorial e de planeamento social multinível.

Enquadramento Legal e Estratégico

Foi a partir da segunda metade da década de 1970 que o Estado começou a aperfeiçoar os modelos e instrumentos de ação social e a reconhecer o papel essencial das entidades privadas sem fins lucrativos na gestão de serviços e equipamentos sociais, passando a apoiar e a fiscalizar a sua atividade e funcionamento. Ao longo dos anos, novos problemas e necessidades foram surgindo, o que tornou necessário repensar continuamente as soluções implementadas. Este processo teve como objetivo aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis e fomentar a criação constante de novas respostas, de forma a dar resposta às crescentes necessidades da população.

Muitos destes problemas manifestam-se na esfera familiar, evidenciando a incapacidade das famílias para responder de forma adequada às necessidades de prestação de cuidados durante a infância, a velhice e em situações de doença. Adicionalmente, abrangem grupos de cidadãos que, por diversas razões, perderam involuntariamente os seus laços familiares. Nos tempos atuais, o envelhecimento da população coloca desafios significativos, incluindo o enfraquecimento dos laços com a sociedade envolvente, o que tem conduzido ao aparecimento progressivo de respostas sociais destinadas à população-alvo “Pessoas Idosas”.

A partilha de responsabilidades educativas entre a família e a sociedade, desde a infância e idade pré-escolar até às idades subsequentes, bem como as necessidades expressas pela população adulta e idosa, levaram à criação de equipamentos sociais direcionados para diferentes grupos-alvo. Entre estes incluem-se “Crianças e Jovens”, “Crianças e Jovens com Deficiência” e “Crianças e Jovens em Situação de Perigo”. No que diz respeito à população adulta, destacam-se grupos-alvo como “Pessoas Idosas”, “Pessoas Adultas com Deficiência”, “Pessoas em Situação de Dependência”, “Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico” e “Pessoas em Situação de Sem-Abrigo”.

Atualmente, o grupo-alvo "Pessoas Idosas" assume particular relevância, tendo em conta o já mencionado crescimento exponencial do envelhecimento em Portugal.

Foi neste contexto de desenvolvimento socioeconómico que surgiu a necessidade de criar uma "Carta Social". Este instrumento foi concebido para promover uma verdadeira política sustentável de ação social, identificando medidas e iniciativas concretas para enfrentar os desafios crescentes nesta área. Em particular, a Carta Social visa melhorar o relacionamento entre as entidades das redes solidária e privada. Essencialmente, trata-se de um conjunto de bases de dados que integram diversos ficheiros temáticos interligados, organizados numa base geográfica desagregada por diferentes níveis estatísticos. Esta ferramenta reúne informação relevante para a caracterização da situação social e é concebida para ser permanentemente atualizável (Cordeiro & Santos, 2013).

No entanto, a "Carta Social", devido à sua estrutura rígida e foco quase exclusivo nos equipamentos e redes de serviços, evidenciava a necessidade de incorporar uma dinâmica estratégica e de programação para melhorar a eficácia desta rede de serviços e equipamentos.

Neste contexto, surge em 1997 o programa "Rede Social", criado através da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 10-O/1998, de 30 de maio. Este programa é definido como "o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que atuam no domínio da ação social e que articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social" (Conselho de Ministros, 1997).

A Rede Social caracteriza-se como "um fórum de articulação e congregação de esforços", baseando-se na adesão voluntária por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos interessadas em participar (Conselho de Ministros, 1997). Esta definição reflete a criação de uma estrutura orgânica que visa fomentar a cooperação entre as organizações da economia social e solidária e os organismos públicos. O objetivo principal é combater a pobreza e a exclusão social, promovendo, simultaneamente, um desenvolvimento social integrado e mais adaptado aos contextos territoriais onde os problemas sociais se manifestam.

O planeamento integrado e colaborativo proposto pela "Rede Social" tem como instrumentos principais a elaboração de *Diagnósticos Sociais*, de *Planos de Desenvolvimento Social* e de *Planos de Ação*. Cada um destes instrumentos apresenta objetivos e metodologias específicas:

a) O Diagnóstico Social é um documento dinâmico e sujeito a atualizações periódicas, resultantes da colaboração entre os diferentes parceiros. Este diagnóstico identifica as necessidades e os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território municipal.
b) Com base nas prioridades identificadas no Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social estabelece os eixos de intervenção e os objetivos estratégicos, definidos para um período de três anos.
c) Estes eixos de intervenção e objetivos estratégicos são operacionalizados através do Plano de Ação, elaborado anualmente e concretizado em parceria com as diversas entidades envolvidas (Cordeiro & Santos, 2013).

Ainda assim, estes instrumentos revelaram-se insuficientes para a análise e avaliação dos equipamentos sociais e da dinâmica social que representam componentes essenciais para o devido planeamento da rede de serviços e equipamentos. Neste sentido, continuava a lacuna de um instrumento dinâmico que permitisse congregar as informações geográficas com o conjunto de

conhecimentos das condicionantes físicas, da dinâmica socioeconómica e das demais temáticas relacionadas com o sistema social (Cordeiro, et al., 2008).

Por essa razão, houve a necessidade de criar uma "Carta Social Municipal" que, através de uma estratégia de intervenção integrada, possa servir como um instrumento unificador de todo este conhecimento, permitindo o aprimoramento das políticas públicas e sociais, o apoio ao planeamento territorial e à tomada de decisão e a disponibilização de informação ao cidadão.

Estas Cartas constam ainda do quadro legal do processo descentralização de competências, processo iniciado com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Assembleia da República, 2013). A lei-quadro da transferência de competências, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, incluiu a ação social como domínio de política pública objeto desta transferência e ainda previu nas letras b) do Artigo 12.º e no n.º 2 do Artigo 32.º as competências dos órgãos municipais e dos órgãos das entidades intermunicipais para elaboração de suas Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais (Assembleia da República, 2018). Estas competências foram ainda reafirmadas pela letra b) do n.º 1 e letra b) do n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências no domínio da ação social (Conselho de Ministros, 2020).

Importa ainda considerar a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, que regula o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, designadamente no que respeita à criação das Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais, fixando os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Nos termos desta Portaria, a Carta Social Municipal é definida como um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio, assumindo-se igualmente como documento de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de respostas sociais, em articulação com os instrumentos de gestão territorial municipal e com as prioridades definidas a nível nacional e regional.

Objetivos da Carta Social Municipal

A Carta Social Municipal é um documento temático que analisa o território municipal face às diversas respostas da ação social, fornecendo orientações para a intervenção no território, assim como metas programáticas e temporais. Este instrumento aborda a necessidade de novos equipamentos, a reformulação dos já existentes ou a criação de respostas inexistentes nos diferentes municípios.

A Carta Social Municipal enquadra, assim, um conjunto de parâmetros orientadores, entre os quais se destacam:

- Elevar os níveis de resposta da rede de serviços e equipamentos sociais;
- Qualificar as respostas sociais;
- Melhorar a distribuição geográfica da rede de serviços e equipamentos sociais.

Para alcançar estes objetivos, esta "Carta Social Municipal", assente numa estratégia de intervenção integrada, visa dois grandes grupos de objetivos, alguns dos quais já parcialmente analisados no Diagnóstico Social:

- Objetivos operacionais:

  - Realizar a caracterização geográfica, socioeconómica e demográfica, acompanhada de prospeções e projeções para 2026 e 2030;
  - Caracterizar e diagnosticar a oferta da rede de serviços e equipamentos sociais e o arranjo de desenvolvimento social local;
  - Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
  - Determinar os domínios e os locais prioritários para intervenção social e definir as propostas de atuação;
  - Definir critérios para a programação dos serviços e equipamentos sociais e orientações para investimentos;
  - Propor fichas de projeto com objetivos, espaços a contemplar, estimativas de custos e fontes de financiamento e possíveis parcerias a estabelecer;
  - Definir ferramentas e procedimentos das fases de monitorização e avaliação, observada a integração das Cartas no sistema de gestão territorial da OesteCIM.
- Objetivos estratégicos:
  - Orientar os investimentos municipais em serviços e equipamentos sociais;
  - Direcionar os investimentos das entidades parceiras, sejam estas públicas, privadas ou cooperativas;
  - Fornecer orientações para o Plano Diretor Municipal (PDM).

A definição das linhas orientadoras para o desenvolvimento local e das prioridades de intervenção assenta em quatro **princípios** fundamentais:

- **Igualdade** – Garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- **Proximidade** – Assegurar que os cidadãos têm acesso próximo aos equipamentos sociais;
- **Racionalidade** – Maximizar os resultados e minimizar a dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- **Territorialidade** – Contribuir para a estruturação e organização do território.

O modelo territorial que estabelece a área de intervenção de cada resposta social foi delimitado com base em quatro critérios locativos, correspondentes a diferentes níveis de atuação:

1. Local

A localização dos serviços e equipamentos sociais privilegia a proximidade ao grupo-alvo. Este critério aplica-se principalmente a respostas sociais destinadas a grupos como “Crianças e Jovens” e “Pessoas Idosas”, que se pretendem universais e distribuídas de forma homogénea por todo o território municipal.

2. Municipal

Este nível de atuação está subdividido em dois subníveis:

- Central – Inclui serviços e equipamentos sociais direcionados para grupos-alvo com uma distribuição espacial dispersa, necessitando de uma localização que seja facilmente acessível;
- Proximidade – Abrange serviços e equipamentos sociais destinados a grupos-alvo específicos, cuja distribuição espacial é mais concentrada e localizada. Este subnível é

especialmente relevante para populações com carências económicas ou dificuldades de mobilidade, justificando a localização dos serviços no local onde estas se concentram.

3. Regional

Neste nível, os serviços e equipamentos sociais são geridos pela Administração Central com uma abrangência regional e apresentam um grau elevado de especialização. São exemplos as respostas sociais dirigidas a "Pessoas com Deficiência", "Pessoas com dependências/comportamentos aditivos" e "Pessoas Vítimas de Violência Doméstica".

4. Nacional

Os serviços e equipamentos sociais a este nível são geridos pela Administração Central com uma abrangência nacional e apresentam um grau de especialização muito elevado.

As ações a implementar podem incidir tanto nas características dos **recursos humanos** como nas dos **recursos materiais** e podem ser classificadas em cinco tipos:

- Qualificação: Pode aplicar-se aos recursos humanos ou materiais (quantidade e qualidade);
- Reconversão: Diz respeito a equipamentos sociais que passam a oferecer respostas diferentes das inicialmente previstas aquando da sua construção;
- Reabilitação: Refere-se à intervenção em equipamentos sociais que apresentam problemas de conservação, especialmente aqueles instalados em edifícios antigos que necessitam de obras de manutenção;
- Ampliação e/ou substituição: Destina-se a equipamentos sociais que não dispõem das condições operacionais adequadas para desempenharem as suas funções;
- Construção de raiz: Relaciona-se com a edificação de novos equipamentos sociais, quer para dar resposta a necessidades já existentes, quer para a criação de novas respostas sociais.

Além destas ações, há outros fatores importantes a considerar na análise e planeamento das respostas sociais, nomeadamente:

- Taxa de cobertura das respostas sociais;
- Identificação de grupos sociais sem resposta, com resposta insuficiente ou com resposta excedentária;
- Nível de atuação das respostas sociais (local, municipal, regional ou nacional);
- Distribuição etária da população residente;
- Existência de população sem apoio familiar e com carências identificadas;
- Disponibilidade de pessoal técnico com formação adequada;
- Proximidade a serviços de apoio nas áreas da saúde, social e educação;
- Localização dos equipamentos em zonas habitacionais, excetuando-se algumas respostas sociais específicas;
- Contiguidade a redes de acessibilidade e de transportes;
- Acesso a infraestruturas básicas, como redes de saneamento, energia elétrica, água e telefone;
- Afastamento de áreas poluídas, ruidosas, insalubres ou de outras que, pela sua natureza, possam comprometer a integridade física ou psíquica dos cidadãos (Cordeiro & Santos, 2013).

Instrumentos de Planeamento Estratégico da Rede Social

Antes de se iniciar o processo de elaboração da presente Carta Social do Município da Nazaré, tornou-se imprescindível proceder à análise dos principais instrumentos de planeamento estratégico previamente desenvolvidos no âmbito da Rede Social, nomeadamente: o Diagnóstico Social da Nazaré 2024, o Plano de Desenvolvimento Social 2024–2026 e o Plano de Ação da Rede Social 2024–2025. Esta análise permitiu identificar os principais desafios sociais do território, reconhecer as dinâmicas institucionais já em curso e compreender o enquadramento estratégico da intervenção social no concelho. Ao integrar estes contributos, a Carta Social constrói-se sobre uma base sólida e participada, alinhada com os princípios da subsidiariedade, da territorialização e da corresponsabilização dos atores locais, e prepara-se para assumir o seu papel enquanto instrumento oficial de ordenamento da rede de respostas sociais, conforme previsto no enquadramento legal em vigor.

Diagnóstico Social do Município da Nazaré (2024)

O Diagnóstico Social da Nazaré, elaborado em 2024, constitui uma das bases empíricas da Carta Social, oferecendo uma leitura aprofundada das dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas do concelho. Entre os principais aspetos identificados, destacam-se:

- **Dependência do setor do turismo** – O turismo é simultaneamente uma força e uma vulnerabilidade, pela excessiva dependência económica que acarreta, exigindo diversificação de setores.
- **Envelhecimento populacional e isolamento social** – Elevada proporção de população idosa com necessidades acrescidas de apoio, cuidados e integração comunitária.
- **Carências habitacionais e pressão nos serviços** – Escassez de soluções habitacionais acessíveis e aumento da procura por serviços sociais.
- **Vulnerabilidade socioeconómica** – Presença de situações de pobreza, precariedade laboral e dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
- **Necessidade de requalificação e formação profissional** – Importância de reforçar competências para melhorar a empregabilidade.
- **Integração da população migrante** – Desafios de inclusão plena e de promoção da diversidade cultural.
- **Défice de articulação institucional** – Necessidade de reforçar a cooperação entre entidades públicas, sociais e económicas para garantir maior eficácia das respostas.

Este diagnóstico constitui um importante instrumento de suporte à definição das prioridades estratégicas nas áreas da inclusão social, habitação, saúde, apoio às famílias e coesão territorial.

Plano de Desenvolvimento Social da Nazaré (2024–2026)

O Plano de Desenvolvimento Social da Nazaré 2024–2026 constitui o referencial estratégico para a intervenção social no concelho. Resulta de um processo participado e colaborativo, baseado no diagnóstico social, e define os grandes eixos de atuação e prioridades temáticas para promover a inclusão, a coesão territorial e o bem-estar da população. Este documento orienta a visão política e técnica para o período em causa e estrutura a intervenção em quatro grandes áreas prioritárias:

- Promoção do Bem-Estar e Desenvolvimento na Infância – Foco na redução da iliteracia dos direitos e na garantia de igualdade de oportunidades desde a primeira infância, promovendo o sucesso escolar e a inclusão social.
- Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida – Promoção da autonomia, combate ao isolamento e apoio às famílias e cuidadores, reforçando a dignidade e a participação dos idosos.
- Integração e Inclusão de Pessoas Migrantes – Criação de condições para a inclusão social, cultural e económica dos migrantes, promovendo diversidade, respeito pelos direitos e igualdade de oportunidades.
- Sistema de Informação e Monitorização Social – Desenvolvimento de uma base de dados atualizada para apoiar a tomada de decisão, monitorizar intervenções e ajustar respostas de forma contínua.

Plano de Ação da Rede Social da Nazaré (2024–2025)

O Plano de Ação da Rede Social da Nazaré 2024–2025 constitui o instrumento anual de operacionalização das estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Social 2024–2026. Estruturado em quatro eixos de intervenção, este plano resulta de um processo colaborativo entre os parceiros do CLAS, orientado para a concretização de medidas específicas que respondem às prioridades sociais do território:

- Promoção do Bem-Estar e Desenvolvimento na Infância – Ações dirigidas à redução da pobreza e exclusão social de crianças, através da articulação com o Núcleo Local da Garantia para a Infância (NLGPI), incluindo reuniões de trabalho e sinalização de situações na plataforma própria. Inclui ainda a promoção da literacia sobre os direitos da criança, com organização de sessões informativas e plano de comunicação, e a potenciação de recursos no apoio ao sucesso escolar e inclusão no sistema educativo, em articulação com o CLDS 5G e as escolas do concelho.
- Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida – Iniciativas para reduzir o isolamento, a pobreza e exclusão social da população idosa, nomeadamente reuniões interinstitucionais com parceiros como SAAS, forças de segurança e projetos locais. Integra também a elaboração de um Plano Municipal de Promoção do Envelhecimento Ativo, através da recolha de dados junto de associações culturais, recreativas e desportivas, e ainda ações de apoio aos idosos e suas famílias, com recolha de sinalizações e articulação com serviços como o Clube Noz, centros de dia e SAD.
- Integração e Inclusão de Pessoas Migrantes – Conjunto de ações para facilitar a inclusão social, cultural e económica da população migrante. Inclui a criação de grupos de trabalho setoriais, a sinalização de situações de vulnerabilidade, reuniões com o CLAIM

e o SAAS, e a promoção da literacia dos direitos, com criação e distribuição de materiais informativos sobre medidas de emprego, apoios sociais e oportunidades de formação.

- Sistema de Informação e Monitorização Social – Desenvolvimento de um sistema integrado de informação que permita recolher, tratar e atualizar dados sobre a realidade socioterritorial. Inclui a elaboração e aplicação de questionários para fundamentar a atualização dos documentos estruturantes (Diagnóstico Social, PDS e Plano de Ação), a revisão e atualização periódica desses documentos, a georreferenciação dos recursos e respostas do concelho, a realização de avaliações sociais preliminares e prospetivas das famílias e o encaminhamento destas para a rede de atendimento e acompanhamento social.

A leitura integrada destes três documentos oferece uma base sólida e informada para a construção da Carta Social, permitindo reconhecer continuidades, aprofundar o conhecimento sobre o território e consolidar aprendizagens relevantes. A Carta incorpora estes contributos, mas inscreve-se num horizonte mais abrangente, afirmando-se como instrumento estratégico e prospetivo de apoio à decisão pública, planeamento territorial e racionalização da rede de equipamentos e serviços sociais. Sustentada por evidência empírica e por uma lógica de planeamento colaborativo, esta Carta visa promover uma intervenção social mais eficaz, equitativa e ajustada às dinâmicas locais, contribuindo para a coesão social e territorial do concelho da Nazaré.

Caracterização do Território

A caracterização territorial do Município da Nazaré e das suas freguesias constitui uma dimensão central da Carta Social Municipal, ao permitir compreender os fatores estruturais que condicionam o bem-estar das populações, a coesão territorial e a eficácia das respostas sociais. Este capítulo trata dos resultados do *desk research* que incluiu o mapeamento, recolha, seleção e análise de documentos, bases e indicadores disponíveis em bancos de dados e sistemas oficiais de informações estatísticas e não estatísticas para caracterização geográfica, demográfica e socioeconómica.

Tendo em consideração a complexidade dos dados recolhidos e analisados, optou-se por uma estratégia de apresentação estruturada em três secções temáticas, correspondentes às caracterizações acima. No caso da socioeconómica, decidiu-se dividi-la em quatro subsecções — emprego e mercado de trabalho; habitação e mobilidade; educação e saúde; e desigualdade, grupos em situação de vulnerabilidade e proteção social. A presente organização visa assegurar a clareza e a compreensibilidade da informação tratada, garantindo simultaneamente a coerência interna entre os temas e resultados com os objetivos do *Projeto Cartas Sociais* e com os requisitos técnicos e metodológicos definidos no Caderno de Encargos da Consulta Prévia, Ref.ª CPRV2/2025.

Importa, contudo, assinalar que os dados estatísticos disponíveis, utilizados como fontes principais, provêm maioritariamente do INE, bem como de bancos e sistemas complementares de informação setorial, como a CAOP 2024. A granularidade geográfica da informação estatística existente não permitiu, em todos os casos, a desagregação sistemática de todos os indicadores ao nível de cada freguesia do município, tendo-se optado por apresentar alguns resultados por escalas diferenciadas consoante a disponibilidade e fiabilidade da informação. Esta limitação metodológica, quando adotada, observa sempre a coerência com os princípios da análise territorial e social.

Caracterização Geográfica e Administrativa

O Município localiza-se na região ocidental de Portugal continental, integrado na sub-região do Oeste (NUTS III), integrada na unidade territorial Oeste e Vale do Tejo (NUTS II), decorrente do Regulamento Delegado (UE) 2023/674, de 26 de dezembro de 2022[1], que alterou a divisão territorial e administrativa das classificações estatísticas utilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

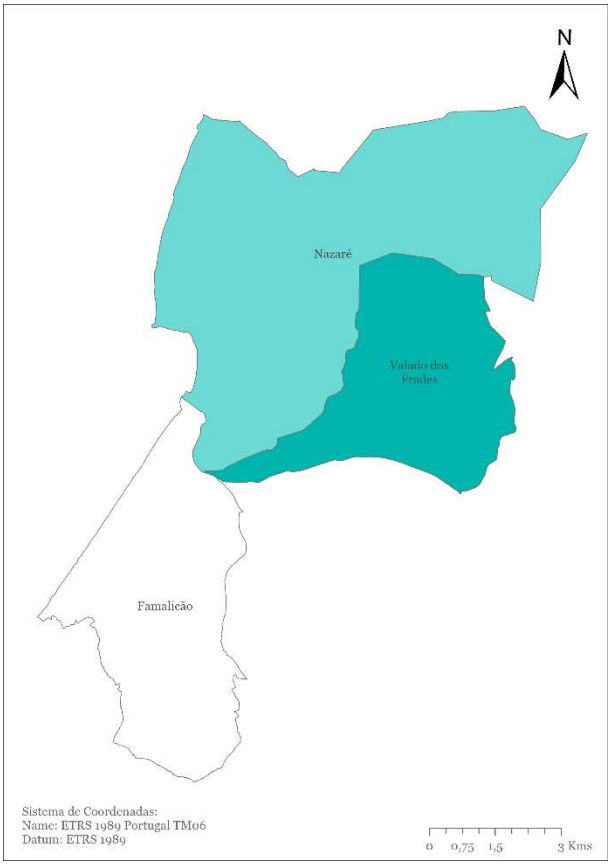
A Região Oeste corresponde à faixa territorial sobre a qual a Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM exerce suas atribuições como pessoa coletiva de direito público de natureza associativa que congrega os Municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, conforme dispõem os Artigos 66º, 80.º e 81.º e o Anexo II da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro[2].

A Figura 2 apresenta a divisão administrativa do Município, composto por 3 freguesias com as seguintes áreas correspondentes[3]: Famalicão (21,72 km²); Nazaré (42,20 km²); e Valado dos Frades (18,51 km²).

O território municipal possui cerca de 59 km de perímetro e 82,43 km² de área.

O território municipal possui cerca de 59 km de perímetro e 82,43 km² de área, sendo o menor da Região Oeste em extensão de limites e o 9º em território e o 255º e 266º de Portugal em relação a essas dimensões[4], respectivamente.

Figura 2. Divisão administrativa do Município com as suas Freguesias



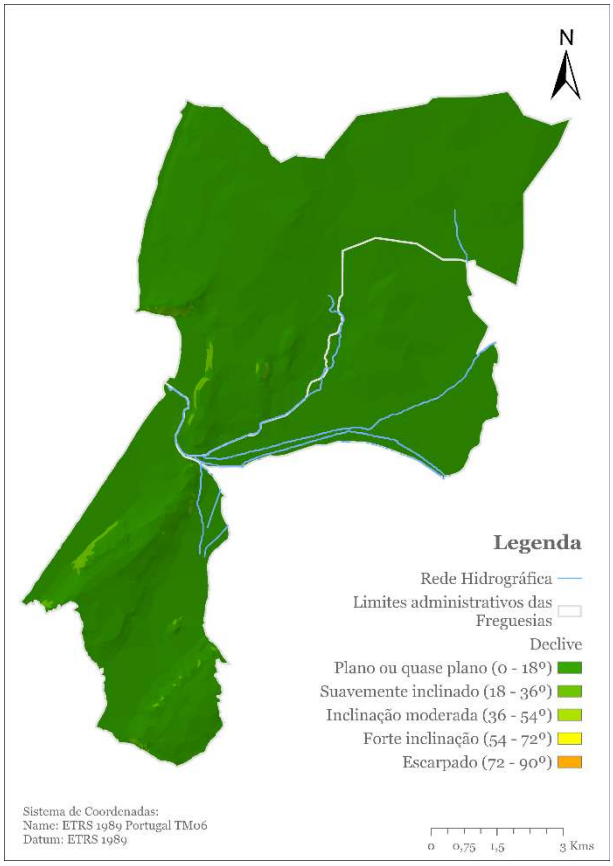
Fonte: Direção-Geral do Território. (2025, 27 de fevereiro). Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2024 (Continente). Acessível em Acessível em https://snig.dgterritorio.gov.pt

O mapa topográfico é apresentado na Figura 3. No território da Nazaré há predomínio de áreas de declive plano ou suavemente inclinado (0° a 36°), particularmente visíveis nas zonas centrais e a sul do território, nomeadamente nas freguesias de Valado dos Frades e Famalicão. Estas áreas planas ou de baixa inclinação coincidem, em parte, com vales aluviais e zonas de maior aptidão agrícola, atravessadas por linhas de água na rede hidrográfica. As zonas litorais, sobretudo na freguesia da Nazaré, caracterizam-se por uma forte inclinação e presença de zonas escarpadas

[1] Veja o conceito e objetos relacionados ao NUTS 2024 no sítio do INE, acessíveis em https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3879
[2] Veja publicação no Diário da República, acessível em https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/09/17600/0568805724.pdf
[3] Veja ficheiro "Áreas das freguesias, municípios, distritos e país", associado à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) de 2024, acessível em https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-cartografia/Areas_Freg_Mun_Dist_Pais_CAOP2024.zip
[4] Veja ficheiro mencionado na nota de rodapé anterior.

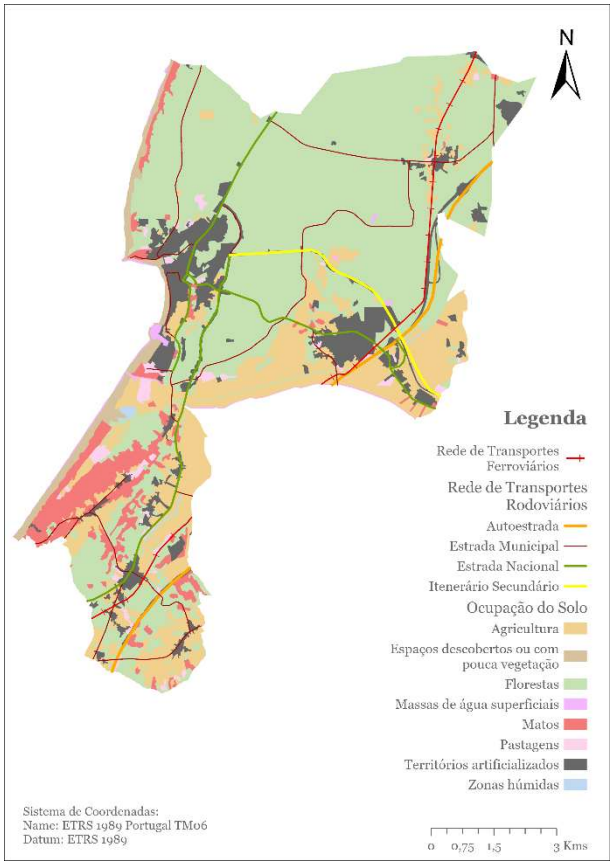
(acima de 54° de declive), o que corresponde à faixa costeira com arribas e falésias pronunciadas, elemento topográfico emblemático da paisagem do concelho. A disposição do relevo sugere uma estrutura em que os espaços urbanizados mais densos tendem a localizar-se em cotas intermédias e planas, enquanto as zonas com maior declive mantêm uma ocupação mais limitada.

Figura 3. Mapa Topográfico



Fonte: Direção-Geral do Território. (2025, 27 de fevereiro). Sistema Nacional de Informação Geográfica. Acessível em https://snig.dgterritorio.gov.pt

Figura 4. Mapa de Acessibilidade e Ocupação do Sol



Fonte: Direção-Geral do Território. (2025, 27 de fevereiro). Sistema Nacional de Informação Geográfica. Acessível em https://snig.dgterritorio.gov.pt

Estas características topográficas têm implicações relevantes para a ação social e para a implementação de políticas públicas, em particular no que se refere à acessibilidade física, à mobilidade das populações mais vulneráveis e à localização de serviços sociais. As áreas com acentuado declive, como as arribas da freguesia da Nazaré e algumas zonas de transição entre Famalicão e Valado dos Frades, podem dificultar o acesso a equipamentos e infraestruturas sociais, nomeadamente por pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida. A dispersão populacional em zonas periféricas ou isoladas, associada a relevo acidentado, pode ainda limitar a cobertura de respostas sociais e exigir soluções de proximidade e modelos descentralizados de prestação de serviços.

A Figura 4 apresenta um mapa que combina a representação da rede rodoviária e ferroviária com as diferentes formas de ocupação do solo. Nazaré apresenta uma infraestrutura de transportes que permite a acessibilidade assente em dois eixos principais de circulação rodoviária – a autoestrada

A8, que estabelece ligação com a região de Lisboa e com os concelhos vizinhos do Oeste, e o Itinerário Complementar 9 (IC9), que articula o concelho com o interior do distrito de Leiria. As estradas nacionais N8 e N242, bem como diversas estradas municipais e itinerários secundários, asseguram a conectividade interna entre as freguesias de Nazaré, Valado dos Frades e Famalicão. No plano ferroviário, a Linha do Oeste atravessa o concelho, com dois pontos de paragem: a Estação de Valado-Nazaré-Alcobaça, situada na freguesia de Valado dos Frades, e o Apeadeiro de Famalicão da Nazaré, reforçando a ligação do município com a rede intermunicipal e nacional de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias. Esta infraestrutura é particularmente relevante para a mobilidade da população e para o escoamento de produtos agrícolas e industriais.

A ocupação do solo evidencia uma composição diversificada, com significativa presença de áreas agrícolas (a sul e sudeste do concelho), florestas (dispersas no interior, com maior concentração na zona de Famalicão), e territórios artificializados, que correspondem aos principais núcleos urbanos e turísticos, nomeadamente na zona litoral da freguesia da Nazaré. Destacam-se também áreas de matos e espaços descobertos com pouca vegetação, que poderão corresponder a zonas de declive acentuado ou de menor aptidão agrícola. As massas de água superficiais e zonas húmidas junto à costa e nos vales fluviais contribuem para a biodiversidade e para a regulação ambiental do território. A organização do uso do solo reflete não apenas os condicionamentos morfológicos e climáticos, mas também a estrutura económica do concelho, com forte incidência nas atividades turísticas, piscatórias e agrícolas, assim como a presença de sítios patrimoniais e culturais, de elevada atratividade.

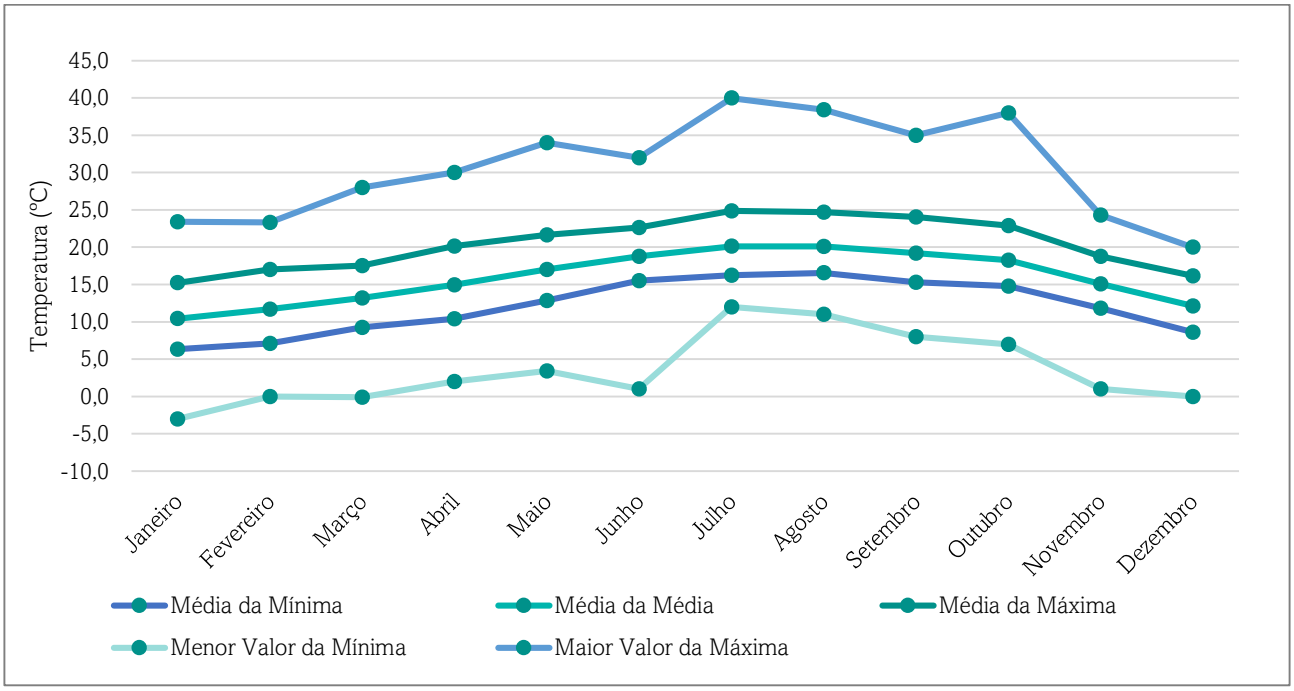
A articulação entre a rede de transportes e a morfologia do território revela disparidades no acesso físico ao conjunto do espaço municipal. As freguesias de Valado dos Frades e Nazaré beneficiam de melhor cobertura em termos de eixos rodoviários estruturantes (proximidade à A8, N8 e IC9) e de transporte ferroviário, refletindo maior centralidade e densidade populacional. Em contraste, a freguesia de Famalicão, embora servida pelo apeadeiro ferroviário, apresenta acessos rodoviários mais limitados e menor articulação com os corredores logísticos regionais, facto que poderá condicionar a mobilidade diária da população residente e a ligação a serviços localizados fora da freguesia. As áreas com maior declive e cobertura florestal no interior e nas zonas de transição entre freguesias evidenciam menor integração na malha viária estruturada, podendo funcionar como barreiras naturais à circulação e ao transporte de pessoas e bens.

Estas assimetrias na acessibilidade têm consequências diretas para a equidade territorial no acesso aos serviços e equipamentos da ação social, em especial para os grupos mais vulneráveis – como pessoas idosas, com deficiência ou com baixos rendimentos – que dependem da proximidade e da mobilidade assistida para aceder a cuidados, apoios e respostas sociais. A menor cobertura rodoviária e ferroviária em zonas mais periféricas pode agravar situações de isolamento territorial e exclusão social, dificultando a implementação de políticas públicas integradas.

As temperaturas médias mensais constam do gráfico apresentado pela Figura 5. Entre 2021 e 2024, registou-se um regime térmico tipicamente atlântico, com verões moderadamente quentes e invernos suaves, embora marcado por picos de calor e episódios de frio. As temperaturas médias máximas atingem os valores mais elevados nos meses de julho (24,9 °C) e agosto (24,7 °C), com máximos absolutos que chegam aos 40 °C e 38,4 °C, respetivamente, refletindo condições que podem agravar situações de vulnerabilidade, sobretudo para pessoas idosas, doentes crónicos e populações sem acesso a climatização adequada. Por outro lado, os meses de janeiro e fevereiro registam as temperaturas mínimas médias mais baixas, com valores próximos de 6,4 °C e 7,1 °C, e

mínimos absolutos que descem até aos –3 °C em janeiro, evidenciando riscos de exposição ao frio. A amplitude térmica em determinados meses, como março (de –0,1 °C a 28 °C) e outubro (de 7 °C a 38 °C), indica variações abruptas de temperatura que exigem especial atenção à saúde pública e condições habitacionais, sobretudo em agregados em situação de precariedade térmica ou com crianças pequenas e idosos.

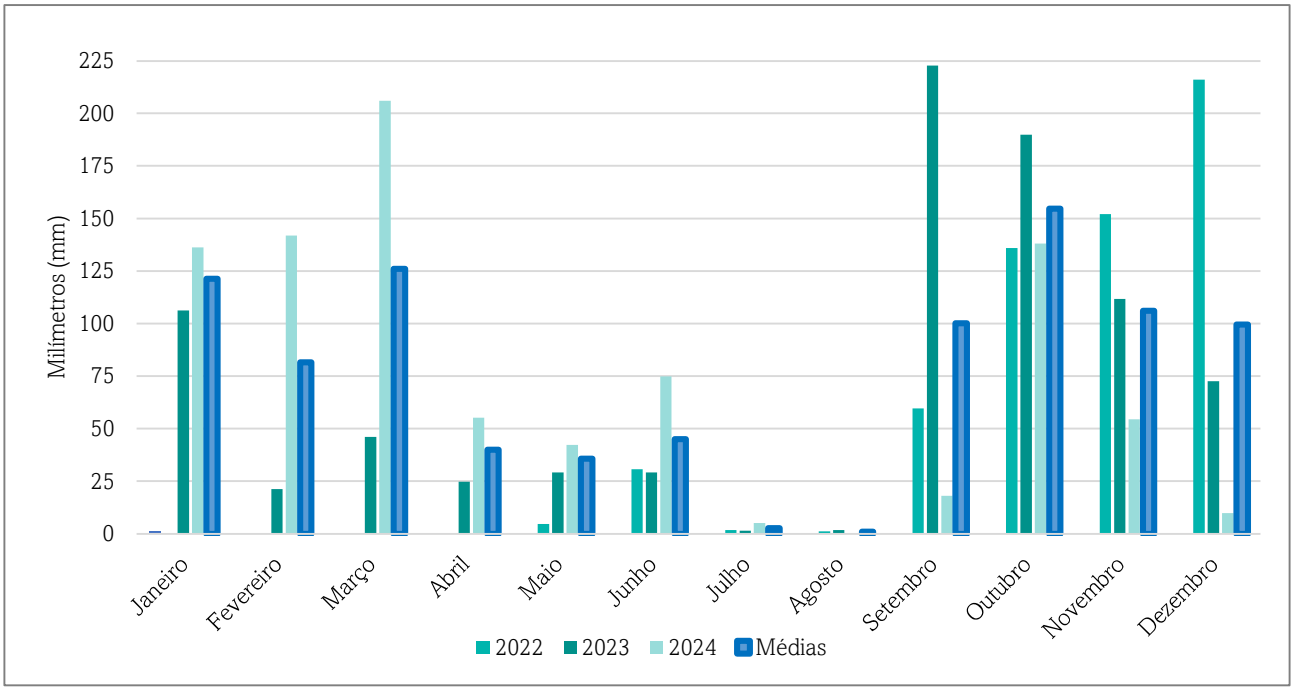
Figura 5. Temperaturas Médias Mensais (2021-2024)



Fonte: Meteostat. (2024). Dados meteorológicos históricos. Acessível em https://meteostat.net/pt/place/PT/

A Figura 6 apresenta o gráfico da precipitação mensal total. Os dados apontam para uma forte concentração das chuvas entre os meses de outubro e março, com valores médios mensais que ultrapassam os 150 mm em outubro (154,7 mm) e mais de 120 mm em janeiro (121,3 mm) e março (126,1 mm), com registos pontuais que ultrapassam os 200 mm, como se verificou em março de 2024. Em contraponto, os meses de julho e agosto revelam condições de stress hídrico, com médias mensais de precipitação inferiores a 3 mm, tornando este período particularmente sensível à escassez de água e ao risco de incêndios, sobretudo nas áreas florestais e rurais do concelho. A irregularidade da precipitação entre anos e dentro do mesmo mês, como o setembro de 2023 (222,8 mm) contrastando com o setembro de 2024 (18 mm), aponta a necessidade de resiliência climática, com medidas adaptativas, tais como reforço da rede de apoio em vagas de calor ou frio, disponibilização de espaços climatizados públicos, e planos de contingência para populações vulneráveis em zonas de risco.

Figura 6. Precipitação Mensal Total (2022-2024)



Fonte: Meteostat. (2024). Dados meteorológicos históricos. Acessível em https://meteostat.net/pt/place/PT/

Importa salientar que as tendências indicadas devem ser interpretadas com cautela, dado o curto intervalo temporal da série e o conjunto limitado de dados utilizados. Para além disso, as variações anuais podem refletir eventos pontuais de natureza meteorológica (como vagas de calor específicas) e não alterações estruturais climáticas. A confirmação destas tendências exige a análise de séries mais longas, com maior desagregação temporal e geográfica, e eventualmente com o suporte de modelação climática regional.

Caracterização e Projeções Demográficas

O Quadro 1 apresenta a população residente por freguesia e desagregada por género. Nazaré segue a tendência nacional e regional, com ligeira predominância do sexo feminino. Em termos globais, o concelho apresenta 52,39 % de mulheres e 47,61 % de homens, valor próximo da média nacional (52,43 % de mulheres) e ligeiramente superior à média da região Oeste (51,87 %). A análise desagregada por freguesia revela padrões internos consistentes, com a freguesia da Nazaré a evidenciar a maior proporção de mulheres (52,53 %), refletindo o seu maior peso populacional e possível concentração de faixas etárias mais elevadas. Famalicão apresenta uma distribuição quase idêntica à média concelhia (52,40 % de mulheres), enquanto Valado dos Frades regista a proporção mais elevada de homens (48,14 %) entre as freguesias, embora a diferença face às mulheres (51,86 %) se mantenha reduzida.

Quadro 1. População Residente por Freguesia (2021)

	Homens (1)		Mulheres (1)		População Residente
Portugal	4.920.220	47,57%	5.422.846	52,43%	10.343.066
Oeste	174.960	48,13%	188.551	51,87%	363.511
Nazaré	7.085	47,61%	7.796	52,39%	14.881
Famalicão	792	47,60%	872	52,40%	1.664
Nazaré (freguesia)	4.934	47,47%	5.460	52,53%	10.394
Valado dos Frades	1.359	48,14%	1.464	51,86%	2.823

Fonte (1): Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), sexo e idade; decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012293.

A Figura 7 apresenta o mapa da densidade populacional. A densidade populacional do Município da Nazaré é de 180,53 habitantes por km², situando-se acima da média da região Oeste (163,73 hab./km²) e substancialmente acima da média nacional (112,15 hab./km²), o que evidencia uma maior concentração populacional no território concelhio. Esta concentração é, no entanto, fortemente assimétrica entre as freguesias: a freguesia da Nazaré, com 246,30 hab./km², apresenta uma densidade significativamente superior, refletindo a sua natureza predominantemente urbana, com forte vocação turística e elevada intensidade de ocupação do solo.

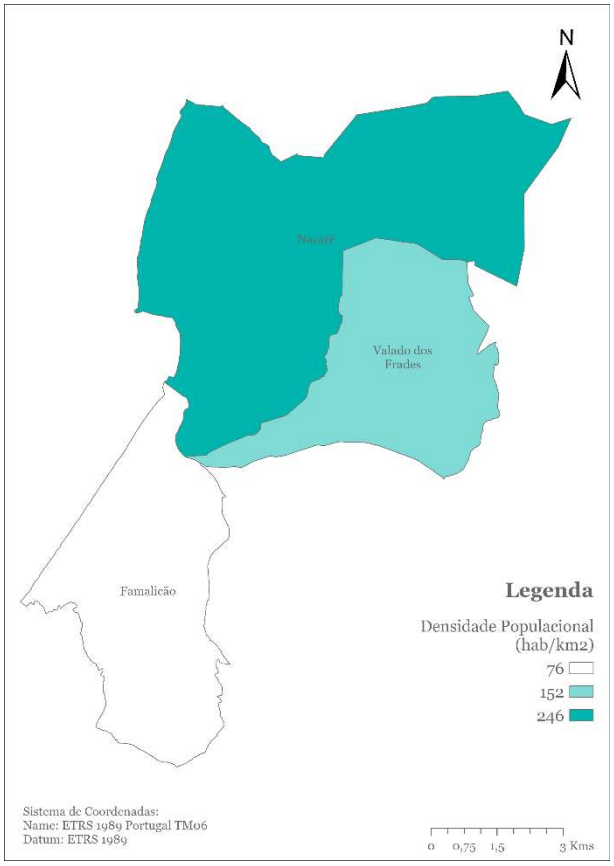
Em contraste, Famalicão, com 76,61 hab./km², apresenta a densidade mais baixa do concelho, revelando um padrão de ocupação mais disperso e rural, com possíveis implicações ao nível do acesso a serviços e infraestruturas. Valado dos Frades regista 152,51 hab./km², um valor intermédio que combina elementos urbanos e rurais. Estas disparidades internas são relevantes para o planeamento da ação social, exigindo estratégias diferenciadas que respondam quer à pressão urbana sobre os serviços sociais na freguesia da Nazaré, quer aos desafios da cobertura e proximidade dos serviços nas áreas de menor densidade, como Famalicão.

A Figura 8 apresenta o mapa da população das freguesias e a distribuição entre grupos etários (população jovem, adulta e idosa). A estrutura etária da Nazaré evidencia um perfil envelhecido, em linha com as tendências nacionais e regionais. A população com 65 ou mais anos representa 26,0 % do total no concelho, superando a média da região Oeste (24,4 %) e a nacional (23,7 %). Esta proporção é particularmente elevada na freguesia de Famalicão, onde 27,8 % da população se encontra neste escalão etário, e na freguesia da Nazaré, com 25,4 %, apontando a eventual necessidade de respostas sociais orientadas para o envelhecimento ativo, apoio domiciliário e proximidade. Por outro lado, os grupos etários mais jovens (0–14 anos) representam 12,5 % da população do concelho, com ligeiras variações entre freguesias (11,8 % em Famalicão e 13,2 % na freguesia da Nazaré), indicando desafios à renovação demográfica e à sustentabilidade. A faixa entre 40 e 64 anos, que constitui o segmento potencialmente mais ativo no mercado de trabalho, representa 36,7 % da população do município, sendo a mais numerosa em todas as freguesias.

Esta estrutura assume particular relevância quando articulada com a morfologia do território, as condições de acessibilidade e as vulnerabilidades climáticas identificadas anteriormente. As zonas com maior declive e menor conectividade rodoviária, nomeadamente em Famalicão e em áreas periféricas de Valado dos Frades, representam obstáculos significativos à mobilidade de pessoas idosas, especialmente em contextos de precipitação intensa, temperaturas extremas ou isolamento residencial. A elevada presença de população envelhecida em freguesias com densidade populacional reduzida e menor cobertura de serviços reforça a urgência de respostas territoriais diferenciadas, como o reforço das equipas de apoio domiciliário, a instalação de estruturas

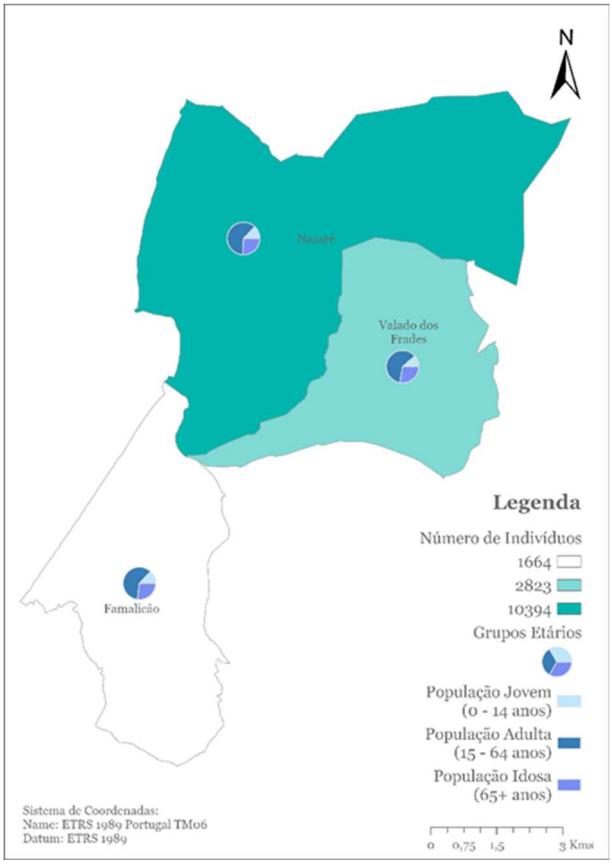
residenciais ou centros em pontos estratégicos, bem como a aposta em soluções de mobilidade assistida.

Figura 7. Mapa da Densidade Populacional por Freguesia (2021)



Fonte (1): Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), sexo e idade; decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012293 **Fonte (2)**: Direção-Geral do Território. (2025, 27 de fevereiro). Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2024 (Continente). Áreas das freguesias, municípios, distritos e país. Acessível em https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-cartografia/Areas_Freg_Mun_Dist_Pais_CAOP2024.1.zip

Figura 8. Mapa da Distribuição da População por Faixa Etária e Freguesia (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), sexo e grupo etário; decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012355

O Quadro 2 apresenta a distribuição das pessoas a residir sozinhas e das famílias por tipo de agregado. Os dados de 2021 revelam que a Nazaré apresenta valores proporcionais elevados de pessoas a residir sozinhas, quer com menos de 65 anos, quer com 65 ou mais anos, quando comparado com Portugal e com a região Oeste. Cerca de 10,8 % da população residente no concelho vive sozinha com menos de 65 anos (742 pessoas), valor superior à média nacional (4,9 %) e regional (4,7 %). No grupo com 65 ou mais anos, essa proporção é igualmente significativa: 11,3 % da população concelhia corresponde a idosos a residir sozinhos, face a 5,0 % em Portugal e 5,2 % na região Oeste. Este padrão é especialmente evidente na freguesia da Nazaré, que concentra mais de dois terços dos casos (591 pessoas idosas e 568 adultos com menos de 65 anos a residir sozinhos),

resultado da sua maior densidade populacional, envelhecimento demográfico e provável prevalência de situações de viuvez ou afastamento dos descendentes. A elevada incidência de residências unipessoais, especialmente entre pessoas idosas, implica riscos acrescidos de isolamento social, solidão, carência de suporte informal e dificuldades de acesso a cuidados continuados, o que reforça a necessidade de estratégias de intervenção domiciliária, acompanhamento social regular e políticas de proximidade.

Quanto à tipologia dos agregados familiares, verifica-se uma predominância de casais sem filhos (1.832) e com filhos menores de 25 anos (1.544), refletindo uma estrutura ainda marcada pela presença de núcleos familiares tradicionais, mas com sinais de redução da dimensão média das famílias. As famílias monoparentais, totalizando 870 casos (506 com filhos menores de 25 anos e 364 com filhos adultos), representam uma parcela expressiva da realidade concelhia e superam, em termos proporcionais, os valores médios do país e da região, indicando a existência de contextos familiares mais vulneráveis, muitas vezes associados a maiores dificuldades económicas, sobrecarga parental e fragilidade no acompanhamento escolar. A freguesia da Nazaré concentra, novamente, a maioria destas situações, mas também Valado dos Frades apresenta uma proporção relevante, sobretudo de famílias monoparentais com filhos menores de 25 anos. Estes dados, articulados com a estrutura etária envelhecida, a densidade populacional desigual e os constrangimentos de acessibilidade, evidenciam a necessidade de reforçar a articulação entre os setores da ação social, saúde e educação, nomeadamente através de respostas integradas de apoio a famílias vulneráveis, programas de combate ao abandono escolar e medidas de promoção da saúde mental e bem-estar, com especial atenção às populações isoladas e aos agregados parentais singulares.

Quadro 2. Tipos de Agregados Familiares por Freguesia (2021)

	Pessoas a residir sozinhas com menos de 65 anos	Pessoas a residir sozinhas com 65 anos ou mais	Casais sem filhos ou enteados	Casais com pelo menos um filho ou enteado com menos de 25 anos	Casais com o filho ou enteado mais novo com 25 anos ou mais	Famílias monoparentais com pelo menos um filho ou enteado com menos de 25 anos	Famílias monoparentais com o filho ou enteado mais novo com 25 anos ou mais
Portugal	510.725	517.146	1.131.926	1.132.042	283.775	357.827	222.144
Oeste	17.158	18.942	42.153	40.660	9.330	12.051	6.692
Nazaré	742	854	1.832	1.544	403	506	364
Famalicão	67	98	213	188	46	44	41
Nazaré (freguesia)	568	591	1.260	1.053	263	362	271
Valado dos Frades	107	165	359	303	94	100	52

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Núcleos familiares (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Tipo de núcleo familiar; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012420.

O Quadro 3 consolida os resultados dos índices de dependência de jovens e idosos, envelhecimento, longevidade, sustentabilidade potencial e de renovação da população ativa. A análise dos dados revela um quadro de desafios significativos. Em 2021, a Nazaré apresentava um índice de dependência de jovens de 20,45, ligeiramente inferior ao valor nacional (20,21) e à média da região Oeste (20,93), o que denota uma baixa proporção de jovens com menos de 15 anos face à população em idade ativa (15–64 anos). Este dado é coerente com a reduzida expressão da faixa etária 0–14 anos (12,5 %) no total da população municipal e indica fragilidade na renovação geracional, o que

terá implicações diretas na sustentabilidade dos sistemas educativos e de apoio à infância, bem como na capacidade de renovação da população ativa a médio prazo.

O índice de dependência de idosos no Município da Nazaré é de 42,78, valor bastante acima da média nacional (36,79) e regional (38,82), confirmando a sobrerrepresentação da população com 65 ou mais anos face à população em idade ativa. Esta tendência é acentuada nas três freguesias do concelho, com destaque para Famalicão (44,94) e Valado dos Frades (45,35), onde os índices são significativamente elevados. Estes dados revelam pressão crescente sobre os sistemas de proteção social, nomeadamente no que se refere aos cuidados continuados, saúde geriátrica, apoio domiciliário e combate à solidão. A prevalência de pessoas idosas a residir sozinhas — acima de 11 % do total da população municipal — agrava a vulnerabilidade deste grupo, particularmente em freguesias com menor acessibilidade, menor densidade populacional e maiores limitações na oferta de serviços sociais e de transporte público.

O índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens) no concelho atinge os 209,23, muito acima da média nacional (182,07) e regional (185,45). A situação é especialmente crítica em Valado dos Frades (241,49) e Famalicão (207,87), evidenciando desequilíbrios estruturais severos na base populacional. Este padrão indica que, por cada 100 jovens com menos de 15 anos, existem mais de 200 idosos, sugerindo uma inversão acentuada da pirâmide etária. Esta realidade compromete o equilíbrio intergeracional e exige uma reorientação das políticas públicas, com maior incidência na resposta a necessidades específicas do envelhecimento — saúde, mobilidade, segurança habitacional — e na promoção de condições favoráveis à fixação de jovens e famílias em idade reprodutiva, com vista a travar o despovoamento e a desertificação social em algumas áreas.

No que se refere ao índice de longevidade, o concelho regista um valor de 44,56, ligeiramente inferior ao valor nacional (48,67) e regional (49,15). Este índice representa a proporção de idosos com 75 ou mais anos relativamente ao total da população com 65 ou mais. A freguesia de Famalicão (50,33) destaca-se por apresentar um valor superior à média nacional, o que poderá refletir um envelhecimento mais avançado da população residente, implicando maior prevalência de situações de dependência funcional e necessidade de cuidados continuados e paliativos. Já a freguesia da Nazaré (43,32) apresenta o valor mais baixo entre as freguesias, ainda que próximo da média concelhia. Estes dados devem ser articulados com a informação sobre tipologias familiares, uma vez que o envelhecimento em contextos unipessoais, como os amplamente identificados na freguesia da Nazaré, requer respostas especializadas de proximidade e vigilância social regular.

O índice de sustentabilidade potencial, que mede a relação entre a população em idade ativa e a população dependente (jovens e idosos), apresenta um valor de 233,77 no concelho, abaixo das médias nacional (271,83) e regional (257,62). Esta menor sustentabilidade demográfica indica que, por cada 100 pessoas dependentes, existem apenas cerca de 234 em idade ativa para sustentar, direta ou indiretamente, os encargos sociais e económicos associados. A freguesia da Nazaré (239,54) apresenta o melhor desempenho relativo, mas ainda abaixo das médias de referência, enquanto Valado dos Frades (220,51) e Famalicão (222,49) confirmam uma menor capacidade de resposta da população ativa, sugerindo maior carga sobre os sistemas públicos de apoio e fragilidade na estrutura económica e fiscal local, com efeitos potenciais na capacidade de financiamento e sustentabilidade dos serviços sociais.

Por fim, o índice de renovação da população ativa, que traduz a razão entre a população jovem (15–39 anos) e a população mais velha (40–64 anos), é de 66,45 no concelho, novamente inferior aos

valores nacionais (76,11) e regionais (73,59), indicando um défice preocupante na renovação da força de trabalho. Este défice é mais acentuado em Famalicão (46,52) e Valado dos Frades (59,00), onde a população jovem representa uma percentagem muito reduzida da estrutura etária ativa. Esta situação impõe desafios à manutenção da dinâmica económica local, à capacidade de inovação e à sustentabilidade de serviços educativos e formativos. Para mitigar estes efeitos, será necessário promover políticas de fixação e atração de jovens e famílias, através de incentivos à habitação, à criação de emprego qualificado e ao investimento em serviços e equipamentos de apoio à infância.

Quadro 3. Índices de Dependência de Jovens e Idosos, Envelhecimento, Longevidade, Sustentabilidade Potencial e Renovação da População Ativa por Freguesia (2021)

	Índice de Dependência de Jovens (1)	Índice de Dependência de Idosos (2)	Índice de Envelhecimento (3)	Índice de Longevidade (4)	Índice de Sustentabili-dade (5)	Índice de Renovação (6)
Portugal	20,21	36,79	182,07	48,67	271,83	76,11
Oeste	20,93	38,82	185,45	49,15	257,62	73,59
Nazaré	20,45	42,78	209,23	44,56	233,77	66,45
Famalicão	21,62	44,94	207,87	50,33	222,49	46,52
Nazaré (freguesia)	20,71	41,75	201,58	43,32	239,54	72,46
Valado dos Frades	18,78	45,35	241,49	45,51	220,51	59

Notas: (1) Pessoas com menos de 15 anos para cada 100 pessoas em idade entre 15 e 64 anos. (2) Pessoas com 65 anos ou mais anos para cada 100 pessoas em idade entre 15 e 64 anos. (3) Razão entre pessoas com 65 anos ou mais e pessoas com menos de 15 anos, multiplicada por 100. (4) Razão entre pessoas com 75 anos ou mais e pessoas com 65 anos ou mais, multiplicada por 100. (5) Razão entre pessoas entre 15 e 64 anos e pessoas com 65 anos ou mais, multiplicada por 100. (6) Razão entre pessoas entre20 e 29 anos e pessoas entre 55 e 64 anos, multiplicada por 100. **Fonte**: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012281. (2) Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024); Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012278. (3) Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012277. (4) Índice de longevidade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012320. (5) Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012283. (6) Índice de renovação da população em idade ativa (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012313.

O 4 apresenta a leitura dos indicadores demográficos de fecundidade, natalidade e mortalidade. Entre 2021 e 2024, Nazaré registou uma evolução positiva da taxa de fecundidade geral, que passou de 42,5‰ em 2021 para 43,3‰ em 2024, superando de forma consistente a média nacional (37,9‰) e regional (37,1‰) em todos os anos do período. Esta tendência é acompanhada por um comportamento igualmente favorável da taxa bruta de natalidade, que atinge 8,6‰ em 2024, acima das médias da região Oeste (7,7‰) e de Portugal (7,9‰). Ainda que os valores se mantenham relativamente baixos em termos absolutos, estes resultados sugerem um potencial de recuperação demográfica ligeiramente mais dinâmico no concelho da Nazaré face aos contextos envolventes. Tal facto poderá refletir a presença de alguns fatores de atratividade para jovens casais ou famílias em idade reprodutiva, nomeadamente na freguesia da Nazaré, onde se concentra a maioria da população ativa e onde os dados anteriores apontam para uma presença mais significativa de famílias com filhos menores de 25 anos. No entanto, este contributo positivo da fecundidade e natalidade ainda não é suficiente para inverter o impacto do envelhecimento populacional.

A taxa bruta de mortalidade no concelho, embora tenha diminuído de 14,4‰ em 2021 para 11,2‰ em 2024, continua a posicionar-se acima da média nacional (11,1‰) e próxima da média regional (11,0‰). Esta redução poderá estar associada a melhorias nos cuidados de saúde, no acompanhamento de pessoas idosas e na vigilância epidemiológica pós-COVID-19, mas não anula os efeitos acumulados de uma estrutura demográfica envelhecida. A leitura cruzada com os índices de dependência de idosos (42,78), de envelhecimento (209,23) e de sustentabilidade potencial (233,77) confirma a persistência de um elevado peso relativo da população idosa, com implicações diretas no aumento da procura por cuidados de longa duração, serviços de saúde geriátrica e apoio domiciliário. Por outro lado, apesar da ligeira recuperação da fecundidade, o índice de renovação da população ativa (66,45) mantém-se abaixo das médias nacional e regional, sinalizando dificuldades estruturais na substituição geracional da força de trabalho. Em termos de ação social, educação e saúde, estes indicadores apontam para a necessidade de reforço das políticas de apoio à parentalidade e à infância, promoção do envelhecimento ativo e saudável, e adaptação da rede de equipamentos e serviços à nova configuração demográfica do território, com particular atenção às freguesias mais envelhecidas e menos acessíveis.

Quadro 4. Taxas de Fecundidade Geral (‰), Natalidade (‰) e Mortalidade (‰) (2021 a 2024)

	2021	2022	2023	2024
Taxa de fecundidade geral (1)	42,5	37,2	42,7	43,3
Taxa bruta de natalidade (2)	8,2	7,2	8,4	8,6
Taxa bruta de mortalidade (3)	14,4	14,1	10,6	11,2

Notas: (1) Permilagem entre o número de nados vivos sobre a população média de mulheres entre 15 e 49 anos em um ano civil. (2) Permilagem entre o número de nados vivos sobre a população média em um ano civil. (3) Permilagem entre o número de óbitos sobre a população média em um ano civil - **Fonte**: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013184. (2) Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013044. (3) Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013046.

O Quadro 5 apresenta o crescimento natural e a taxa de crescimento natural. Entre 2021 e 2024, Nazaré registou uma evolução tanto nos valores absolutos do crescimento populacional como nas taxas de crescimento natural. Em termos agregados, o concelho perdeu 272 residentes, correspondendo a uma taxa acumulada de -18,28‰, valor próximo do registado na região Oeste (-18,29‰), mas mais acentuado que o verificado a nível nacional (-14,73‰). Esta evolução é explicada, sobretudo, pelo saldo natural negativo, ou seja, pelo número de óbitos superior ao de nascimentos, situação que se manteve de forma consistente ao longo do período: em 2024, a taxa de crescimento natural foi de -2,76‰, inferior à média nacional (-3,26‰) e ligeiramente abaixo da média regional (-3,55‰). Esta dinâmica demográfica é coerente com os restantes indicadores estruturais do concelho, nomeadamente o índice de envelhecimento elevado (209,23) e o índice de renovação da população ativa reduzido (66,45), o que confirma um contexto de débil reposição geracional e de pressão crescente sobre a população em idade ativa.

A análise desagregada por freguesia evidencia disparidades relevantes no comportamento demográfico interno. Famalicão apresenta o cenário mais crítico, com uma taxa acumulada de crescimento populacional de -25,84‰ e uma taxa de crescimento natural consistentemente negativa até 2023, invertida apenas em 2024 com um saldo ligeiramente positivo (+0,60‰). Valado dos Frades segue uma trajetória semelhante, com uma taxa de crescimento populacional acumulada de -25,15‰ e de crescimento natural de -5,31‰ em 2024. Já a freguesia da Nazaré, embora

apresente os melhores resultados relativos, regista igualmente uma trajetória negativa contínua, com uma taxa acumulada de crescimento natural de -2,60‰. Estes dados confirmam que nenhuma das freguesias apresenta dinâmica de crescimento sustentado, o que impõe desafios sérios à sustentabilidade dos serviços públicos locais, nomeadamente ao nível da ação social. A redução da base populacional jovem e ativa pode comprometer a capacidade de resposta às necessidades da população envelhecida e levar à necessidade de reconfigurações na rede de equipamentos sociais, com foco na eficiência, proximidade e articulação interinstitucional, bem como políticas ativas de fixação de população jovem, incluindo apoio à habitação, à parentalidade e à criação de emprego.

Quadro 5. Crescimento e Taxa de Crescimento Natural (‰) por Freguesia (2021 a 2024)

	2021		2022		2023		2024		(3)	(4)
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)		
Portugal	-45.259	-4,38	-40.690	-3,93	-32.645	-3,16	-33.732	-3,26	-152.326	-14,73
Oeste	-2.220	-6,11	-1.739	-4,78	-1.398	-3,85	-1.291	-3,55	-6.648	-18,29
Nazaré	-93	-6,25	-105	-7,06	-33	-2,22	-41	-2,76	-272	-18,28
Famalicão	-18	-10,82	-20	-12,02	-6	-3,61	1	0,60	-43	-25,84
Nazaré (freguesia)	-57	-5,48	-63	-6,06	-11	-1,06	-27	-2,60	-158	-15,20
Valado dos Frades	-18	-6,38	-22	-7,79	-16	-5,67	-15	-5,31	-71	-25,15

Notas: (1) Crescimento natural no período. (2) Taxa de crescimento no período (permilagem), considerando a população residente do Quadro 1 para todos os anos. (3) Crescimento natural entre 2021 e 2024. (4) Taxa de crescimento do período entre 2021 e 2024 (permilagem), considerando a população residente do Quadro 1. **Fonte**: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024) e Sexo; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012450. (1) Óbitos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012542.

O Quadro 6 apresenta os resultados estimados do saldo total, do saldo natural (referente ao crescimento natural no Quadro 5), do migratório e da taxa migratória por freguesia. Entre 2021 e 2024, o saldo natural negativo da Nazaré (-272 indivíduos), acompanhou os contextos nacional (-152.326) e regional (-6.648). Como já tratado nas análises anteriores, este défice natural confirma a tendência demográfica tanto no Município com nas freguesias, já evidenciada através do índice de envelhecimento elevado (209,23) e da baixa taxa de renovação da população ativa (66,45), traduzindo a insuficiente reposição geracional. Em contrapartida, Nazaré apresentou um saldo migratório positivo estimado de +1.247 indivíduos no mesmo período, o que permitiu compensar amplamente o défice natural e garantir um saldo total positivo de +975 pessoas entre 2021 e 2024.

Esta dinâmica migratória assume particular importância na reposição parcial da base populacional ativa e na sustentação de serviços essenciais, especialmente num território com elevado índice de dependência de idosos (42,78) e baixa sustentabilidade potencial (233,77). A taxa migratória estimada de 83,80‰ no concelho está acima da média nacional (54,04‰), embora abaixo da média regional (106,22‰), revelando que o concelho tem capacidade de atração, ainda que com margem para reforço. Entre as freguesias, Famalicão regista a taxa migratória mais elevada (91,35‰), seguida de Valado dos Frades (90,68‰) e da freguesia da Nazaré (80,72‰). Estes valores indicam um contributo relevante da migração para a dinâmica demográfica local, ainda que a sua sustentação a médio prazo dependa da integração social, habitacional e económica das populações migrantes.

Estes resultados levantam, contudo, outros desafios para a ação social e para a sustentabilidade demográfica local. O crescimento sustentado por via migratória exige uma adaptação das políticas sociais e dos serviços públicos, incluindo o reforço da capacidade de resposta em educação,

habitação, saúde e apoio social para uma população potencialmente mais diversa em termos culturais, linguísticos e socioeconómicos. A integração plena da população migrante poderá contribuir para aumentar a taxa de renovação da população ativa, melhorar o índice de sustentabilidade e mitigar os efeitos do envelhecimento. No entanto, este processo requer planeamento intersectorial, articulação entre políticas locais e nacionais, e a promoção de condições de acolhimento inclusivas, que previnam situações de exclusão ou vulnerabilidade. O quadro demográfico da Nazaré, apesar de estabilizado pela migração, continua a exigir intervenções estratégicas, orientadas para a coesão territorial e social, o rejuvenescimento demográfico e a valorização do capital humano existente e emergente.

Quadro 6. Estimativas do Saldos Total, Natural e Migratório e Taxa Migratória por (‰) Freguesia (2021-2024)

	População Residente 2021 (1)	População Estimada 2024 (2)	Saldo Total Estimado (3)	Saldo Natural (4)	Saldo Migratório Estimado (5)	Taxa Migratória Estimada (6)
Portugal	10.343.066	10.749.635	406.569	-152.326	558.895	54,04
Oeste	363.511	395.474	31.963	-6.648	38.611	106,22
Nazaré	14.881	15.856	975	-272	1.247	83,80
Famalicão	1.664	1.773	109	-43	152	91,35
Nazaré (freguesia)	10.394	11.075	681	-158	839	80,72
Valado dos Frades	2.823	3.008	185	-71	256	90,68

Notas: (1) População residente segundo CENSOS 2021. (2) Como a população residente não foi recenseada em 2024 e não há dados anteriores a 2021 que permitam o cálculo do saldo natural desagregado por freguesia, utilizou-se o valor estimado para a população residente do Município em 2024 e os valores atribuídos às freguesias foram calculados pela razão da soma do número de residentes em 2011 e 2021 de cada freguesia sobre a soma de residentes totais do Município nestes anos, multiplicada pelo número estimado de residentes do Município em 2024. (3) Corresponde à diferença entre a população estimada em 2024 e a recenseada em 2021. (4) Corresponde ao crescimento natural do período entre 2021 e 2024 no Quadro 5. (5) Corresponde à diferença entre o saldo total estimado e o saldo natural. (6) Corresponde à permilagem do saldo migratório sobre a população residente em 2021. **Fonte**: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) População residente (N.º) por local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), sexo e idade; decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012293. (2). População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012918.

O Quadro 7 apresenta os dados relativos aos estrangeiros com estatuto de residência e aqueles que solicitaram o estatuto. Entre 2021 e 2023, Nazaré registou um aumento significativo da população estrangeira com estatuto legal de residente, passando de 1.146 indivíduos em 2021 (496 originários da União Europeia e 650 de países extra-UE) para 1.879 em 2023 (597 da UE e 1.282 de fora da UE), representando um acréscimo global de 733 pessoas em apenas dois anos. Este crescimento é impulsionado, sobretudo, pelo aumento de residentes originários de países extra-UE, que quase duplicaram entre 2021 e 2023, evidenciando uma crescente atratividade do concelho junto de populações estrangeiras. Paralelamente, também se verificou um aumento acentuado nos pedidos de regularização de residência, que passaram de 259 em 2021 para 711 em 2023, com maior peso igualmente entre os cidadãos de países extra-UE (589 pedidos em 2023). Estes dados indicam uma dinâmica migratória em expansão, compatível com os saldos migratórios positivos estimados anteriormente, e que tem contribuído para contrariar o défice natural da população local, assumindo-se como fator central na sustentabilidade demográfica do município.

Quadro 7. População Estrangeira com Estatuto e Solicitante do Estatuto Legal de Residência (2021 a 2023)

	Originários de países membros da União Europeia			Originários dos demais países		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Estrangeiros com estatuto legal de residente (1)	496	547	597	650	743	1.282
Estrangeiros que solicitaram estatuto de residente (2)	112	81	122	147	140	589

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Nacionalidade (Grupos de países); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013220. (2) População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade (Grupos de países); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009108.

A evolução observada impõe, no entanto, novos desafios e exigências no domínio da ação social, nomeadamente no que respeita à integração plena das populações migrantes, com ênfase nos domínios da habitação, saúde, educação e qualificação profissional, já indicado na análise do quadro anterior. O crescimento mais expressivo entre migrantes originários de países extra-UE pode implicar maior diversidade cultural e linguística, exigindo uma resposta institucional adaptada e inclusiva, com medidas de apoio à aprendizagem do português, mediação intercultural, integração no mercado de trabalho e acesso equitativo aos serviços públicos. Esta realidade deve ser enquadrada numa estratégia local de integração e coesão social, articulada com os serviços da administração central e com as organizações da sociedade civil, de modo a promover a igualdade de oportunidades, evitar fenómenos de segregação e valorizar o contributo dos migrantes para o rejuvenescimento e revitalização do tecido social e económico da Nazaré.

Projeções demográficas para 2026 e 2030

A caracterização demográfica evidencia um conjunto de dinâmicas estruturais relevantes para o planeamento social do Município da Nazaré, com destaque para a persistência de saldos naturais negativos, o envelhecimento acentuado da população e uma crescente dependência de saldos migratórios positivos para assegurar a sustentabilidade demográfica local. Neste contexto, torna-se necessário proceder à elaboração de projeções demográficas que permitam antecipar tendências futuras e orientar, com base técnica fundamentada, a programação das respostas sociais até 2030.

Neste sentido, as projeções apresentadas para os anos de 2026 e 2030 foram realizadas com base no Método das Componentes por Coortes. Este método parte da estrutura populacional observada num determinado ano de referência e aplica, a cada grupo etário e sexo, as três componentes fundamentais que explicam a evolução demográfica: natalidade, mortalidade e migração. No caso do Município da Nazaré, o ano base considerado foi 2021, por corresponder ao último recenseamento disponível. A partir da distribuição populacional por idade e sexo, foi possível projetar a evolução da população total e dos diferentes grupos etários por ciclos de vida, correspondentes a 2026 e 2030.

Este método permite estimar, de forma coerente e sequencial, a evolução da população ao longo do tempo, considerando o envelhecimento natural das coortes e as variações introduzidas pelas componentes da natalidade, mortalidade e migração. O resultado obtido traduz, assim, uma

projeção dinâmica, que reflete o comportamento demográfico esperado para o município no curto e médio prazo.

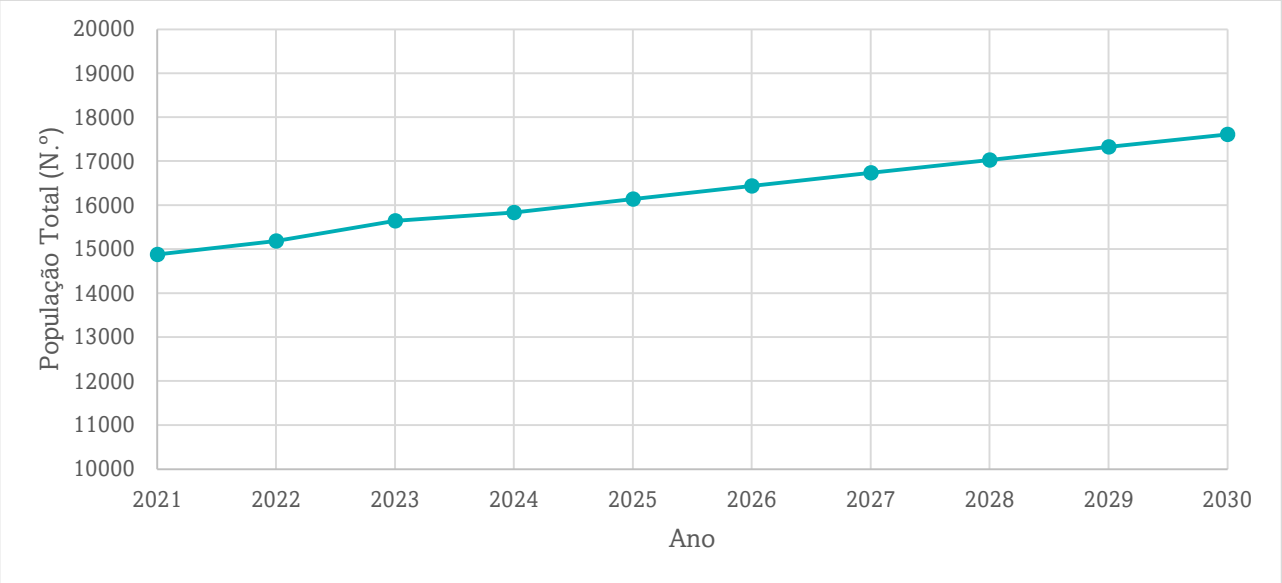
Com base nos dados projetados, foi ainda desenvolvido um cenário prospetivo de procura por equipamentos e respostas sociais, que permite estimar a pressão demográfica previsível sobre a rede de serviços. Esta análise será fundamental para sustentar a definição das prioridades de investimento e reconfiguração da rede social municipal, assegurando a adequação da oferta face à evolução esperada da procura, em consonância com os princípios da coesão territorial, equidade e sustentabilidade que orientam a Carta Social.

Os resultados obtidos dependem diretamente das hipóteses assumidas para cada componente demográfica. Desta forma, os valores projetados não devem ser interpretados como previsões absolutas, mas sim como cenários possíveis, que ilustram a evolução esperada se as condições atuais se mantiverem ou evoluírem segundo as tendências observadas.

As projeções demográficas elaboradas para o Município da Nazaré apontam para uma trajetória de crescimento contínuo da população residente até 2030, refletindo uma dinâmica demográfica globalmente positiva ao longo do período em análise.

De acordo com os dados projetados, a população total da Nazaré passará de 14 881 habitantes em 2021 para 16 436 em 2026 e 17 609 em 2030, o que corresponde a um crescimento global de aproximadamente 18,3% entre 2021 e 2030. Este crescimento populacional é sustentado, sobretudo, pelos saldos migratórios positivos, que compensam o saldo natural negativo resultante da diferença entre nascimentos e óbitos, contribuindo de forma decisiva para a evolução demográfica observada.

Figura 9. Evolução da População Residente do Município da Nazaré (2021 - 2030)



Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

A análise da estrutura etária confirma a reconfiguração gradual da composição populacional do Município da Nazaré, marcada pela consolidação da população em idade ativa e pelo crescimento dos grupos etários mais envelhecidos. A população dos 25 aos 64 anos mantém-se como o grupo etário mais representativo ao longo de todo o período em análise, evidenciando um crescimento progressivo, ao passar de 7 703 indivíduos em 2021 para 8 382 em 2026 e 8 947 em 2030, o que corresponde a um aumento de cerca de 16,1% entre 2021 e 2030. A população idosa (65 e mais anos) apresenta igualmente um crescimento expressivo, aumentando de 3 900 indivíduos em 2021 para 4 385 em 2026 e 4 811 em 2030, o que representa um acréscimo aproximado de 23,4% no período em análise, reforçando o processo de envelhecimento estrutural da população municipal. Em contraste, os grupos etários mais jovens registam uma evolução mais moderada. A população dos 0 aos 14 anos aumenta de 1 864 indivíduos em 2021 para 2 040 em 2026 e 2 187 em 2030, enquanto o grupo dos 15 aos 24 anos evidencia igualmente um crescimento gradual, passando de 1 414 indivíduos em 2021 para 1 629 em 2026 e 1 664 em 2030. Apesar deste crescimento, estas faixas etárias mantêm um peso relativo inferior quando comparadas com a população em idade ativa e com a população idosa.

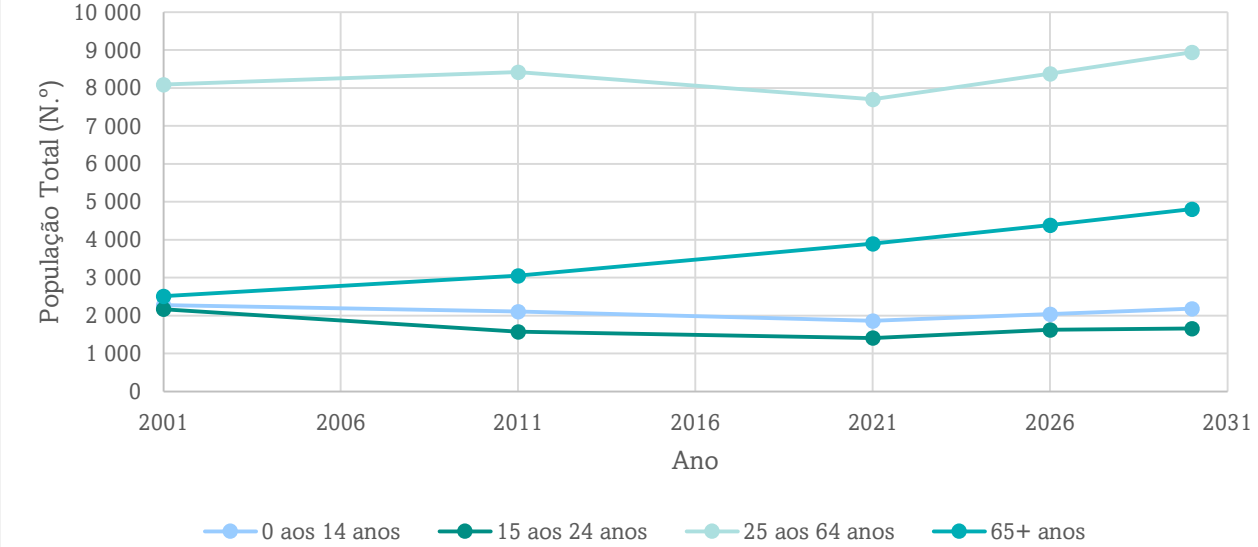
Quadro 8. Evolução da População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário (2001 - 2030)

Ano	População Total	0 aos 14 anos	15 aos 24 anos	25 aos 64 anos	65+ anos
2001	15 060	2 278	2 175	8 093	2 514
2011	15 158	2 106	1 580	8 419	3 053
2021	14 881	1 864	1 414	7 703	3 900
2026	16436	2040	1629	8382	4385
2030	17609	2187	1664	8947	4811

Nota: Os valores relativos aos anos de 2001 e 2011 foram incluídos exclusivamente para efeitos de contextualização histórica, não integrando o horizonte temporal das projeções demográficas (2026–2030). **Fonte:** elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Instituto Nacional de Estatística. (2022, 23 de novembro). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2007, 31 de maio). População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

A análise conjunta dos dados confirma que o Município da Nazaré apresenta uma estrutura etária progressivamente envelhecida, apesar de evidenciar um crescimento demográfico sustentado, associado sobretudo à atratividade migratória e ao reforço da população em idade ativa. A evolução da estrutura etária revela, assim, um aumento da população adulta (15 aos 64 anos) e da população idosa (65 e mais anos), acompanhado por uma evolução moderada das faixas etárias mais jovens, mantendo-se o predomínio da população em idade ativa ao longo de todo o horizonte temporal considerado (Figura 10).

Figura 10. Evolução da População do Município da Nazaré por Grupo Etário (2001 - 2030)



Nota: Os valores relativos aos anos de 2001 e 2011 foram incluídos exclusivamente para efeitos de contextualização histórica, não integrando o horizonte temporal das projeções demográficas (2026–2030). **Fonte:** elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Instituto Nacional de Estatística. (2022, 23 de novembro). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2007, 31 de maio). População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

A população jovem (0 aos 14 anos) do Município da Nazaré regista um crescimento moderado entre 2021 e 2030. Em 2021, este grupo etário contabilizava 1 864 indivíduos, aumentando para 2 040 em 2026 e para 2 187 em 2030, o que corresponde a um crescimento global de aproximadamente 17,3% no período em análise. Em 2026, a população masculina deste grupo etário totaliza 1 010 indivíduos, enquanto a população feminina soma 1 031 habitantes. Em 2030, estes valores aumentam para 1 089 indivíduos do sexo masculino e 1 098 do sexo feminino, mantendo-se uma distribuição globalmente equilibrada entre os sexos, sem assimetrias significativas.

A população em idade ativa (15 aos 64 anos) constitui o principal grupo etário da estrutura populacional da Nazaré. Em 2021, este grupo totalizava 9 117 habitantes, aumentando para 10 011 em 2026 e 10 611 em 2030, o que representa um crescimento global de cerca de 16,4%. O subgrupo dos 15 aos 24 anos apresenta uma evolução gradual, passando de 1 414 indivíduos em 2021 para 1 629 em 2026 e 1 664 em 2030. Já o subgrupo dos 25 aos 64 anos evidencia um crescimento mais expressivo, aumentando de 7 703 indivíduos em 2021 para 8 382 em 2026 e 8 947 em 2030, reforçando o peso relativo da população adulta na estrutura etária municipal.

Em 2026, a população em idade ativa distribui-se por 4 907 indivíduos do sexo masculino e 5 104 do sexo feminino, enquanto em 2030 estes valores aumentam para 5 206 homens e 5 405 mulheres.

A distribuição por sexo mantém-se equilibrada, observando-se uma ligeira predominância da população feminina.

A população idosa (65 e mais anos) é o grupo que apresenta um dos crescimentos mais significativos ao longo do período em análise. Em 2021, contabilizava 3 900 indivíduos, aumentando para 4 385 em 2026 e 4 811 em 2030, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente 23,4% entre 2021 e 2030. Em 2026, a população idosa masculina totaliza 1 865 indivíduos, enquanto a população feminina atinge 2 520 habitantes. Em 2030, estes valores aumentam para 2 027 homens e 2 784 mulheres, refletindo uma maior longevidade feminina, característica típica das dinâmicas demográficas associadas ao envelhecimento populacional.

A distribuição da população residente por grupos etários e por sexo para os anos de 2026 e 2030 encontra-se sintetizada no Quadro 9, permitindo observar a evolução diferenciada das principais componentes demográficas do Município da Nazaré.

Quadro 9. População Residente do Município da Nazaré por Grupo Etário e Sexo (2026 e 2030)

Grupo Etário	População 2026 Sexo		Total	Grupo Etário	População 2030 Sexo		Total
	Masculino	Feminino			Masculino	Feminino	
0 aos 14 anos	1010	1031	2040	0 aos 14 anos	1089	1098	2187
15 aos 24 anos	807	822	1629	15 aos 24 anos	824	840	1664
25 aos 64 anos	4100	4282	8382	25 aos 64 anos	4382	4564	8947
65 e/ou mais anos	1865	2520	4385	65 e/ou mais anos	2027	2784	4811
Total	7782	8654	16436	Total	8323	9285	17609

Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

A estrutura etária do Município da Nazaré evidencia uma tendência de envelhecimento gradual, acompanhada por um crescimento significativo da população em idade ativa e por uma evolução moderada, mas positiva, das faixas etárias mais jovens, confirmando a consolidação de uma dinâmica demográfica globalmente favorável até 2030.

Os indicadores-resumo constituem instrumentos sintéticos de análise demográfica que permitem avaliar a composição e a evolução estrutural de uma população. Estes indicadores traduzem, através de relações proporcionais entre os grandes grupos etários, as tendências de rejuvenescimento, envelhecimento e sustentabilidade da população no tempo. O Quadro 10 apresenta os principais indicadores-resumo calculados para o Município da Nazaré, correspondentes aos anos de 2026 e 2030.

Quadro 10. Indicadores-Resumo do Município da Nazaré (2026 e 2030)

Indicadores-Resumo	2026	2030
Índice de Juventude	46,5	45,5
Índice de Envelhecimento	214,9	220,0
Índice de Longevidade	50	56
Índice de Sustentabilidade Potencial	228,3	220,6
Índice de Renovação da População em Idade Ativa	75,0	78,4

Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

O índice de juventude, que exprime o número de jovens (0 aos 14 anos) por cada 100 idosos (65 e mais anos), apresenta uma ligeira diminuição, passando de 46,5 em 2026 para 45,5 em 2030. Esta evolução traduz a redução do peso relativo da população jovem face à população idosa, confirmando a persistência de uma estrutura etária envelhecida no Município da Nazaré. Por sua vez, o índice de envelhecimento, que expressa o número de idosos por cada 100 jovens, regista um agravamento moderado, aumentando de 214,9 em 2026 para 220,0 em 2030, evidenciando o reforço progressivo do envelhecimento demográfico ao longo do horizonte temporal considerado.

O índice de longevidade, que representa o número de indivíduos com 75 e mais anos por cada 100 indivíduos com 65 e mais anos, apresenta igualmente uma evolução positiva, aumentando de 50 em 2026 para 56 em 2030. Este comportamento reflete o crescimento do peso relativo das idades mais avançadas no seio da população idosa, traduzindo um aumento gradual da longevidade após os 65 anos.

O índice de sustentabilidade potencial, que relaciona o número de indivíduos em idade ativa (15 aos 64 anos) com o número de idosos, regista uma ligeira diminuição, passando de 228,3 em 2026 para 220,6 em 2030. Esta evolução indica uma redução moderada da capacidade potencial de suporte demográfico da população ativa face ao crescimento da população idosa, embora se mantenham valores relativamente elevados no contexto municipal. Já o índice de renovação da população em idade ativa, que compara o número de indivíduos entre os 20 e os 29 anos com o número de indivíduos entre os 55 e os 64 anos, evidencia uma evolução favorável, aumentando de 75,0 em 2026 para 78,4 em 2030, sugerindo uma melhoria relativa do equilíbrio geracional entre as idades de entrada e de saída do mercado de trabalho.

Neste sentido, os indicadores-resumo confirmam a manutenção de um perfil demográfico envelhecido no Município da Nazaré, evidenciado pelos elevados valores dos índices de envelhecimento e de longevidade. Contudo, a evolução positiva do índice de renovação da população em idade ativa e os valores ainda expressivos do índice de sustentabilidade potencial indicam a existência de uma base demográfica relativamente robusta, capaz de atenuar parcialmente os efeitos estruturais do envelhecimento até 2030.

Os índices de dependência são indicadores demográficos que permitem avaliar a pressão exercida pelas populações jovem (0 aos 14 anos) e idosa (65 e/ou mais anos) sobre a população em idade ativa/ adulta (15 aos 64 anos). Estes indicadores expressam o número de indivíduos dependentes

por cada 100 pessoas em idade ativa, constituindo medidas essenciais para a análise da sustentabilidade social e económica de um território.

Distinguem-se três tipos principais de índices: o índice de dependência de jovens, que relaciona a população dos 0 aos 14 anos com a população em idade ativa, o índice de dependência de idosos, que relaciona a população com 65 e mais anos com a população ativa, e o índice de dependência total, que resulta da soma dos dois anteriores, refletindo o peso global das faixas etárias dependentes face à população adulta. O Quadro 11 apresenta os valores projetados destes indicadores para o Município da Nazaré, correspondentes aos anos de 2026 e 2030.

Quadro 11. Índices de Dependência do Município da Nazaré (2026 e 2030)

Índices de Dependência	2026	2030
Índice de Dependência de Jovens	20,4	20,6
Índice de Dependência de Idosos	43,8	45,3
Índice de Dependência Total	64,2	66,0

Fonte: elaboração própria a partir de Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 26 de setembro). Sobreviventes à idade exata x - lx (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Idade; Anual. Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário (quinquenal); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística. (2025, 29 de abril). Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2024), Grupo etário da mãe, Sexo e Filiação; Anual - INE, Nados-vivos. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2.

O índice de dependência de jovens, que traduz o número de indivíduos com menos de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, apresenta um ligeiro aumento, passando de 20,4 em 2026 para 20,6 em 2030. Esta evolução reflete um reforço moderado do peso relativo da população jovem no conjunto da população dependente, ainda que se mantenha em níveis relativamente contidos.

O índice de dependência de idosos, que representa o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 indivíduos em idade ativa, regista um aumento significativo, passando de 43,8 em 2026 para 45,3 em 2030. Esta evolução evidencia o agravamento progressivo da pressão demográfica associada ao envelhecimento da população no Município da Nazaré.

Por sua vez, o índice de dependência total, que expressa o número total de dependentes (jovens e idosos) por cada 100 pessoas em idade ativa, aumenta de 64,2 em 2026 para 66,0 em 2030, traduzindo um reforço do peso global das faixas etárias dependentes face à população ativa. Este aumento resulta sobretudo do crescimento da dependência idosa, parcialmente acompanhado pelo ligeiro acréscimo da dependência jovem.

Concluindo, os índices de dependência confirmam o aprofundamento de uma estrutura populacional envelhecida no Município da Nazaré, marcada pelo aumento da pressão demográfica associada à população idosa. Todavia, os níveis ainda moderados do índice de dependência jovem contribuem para atenuar parcialmente este processo, sustentando um equilíbrio relativo da estrutura demográfica no horizonte de 2030.

Caracterização Socioeconómica

A caracterização socioeconómica do Município e das suas freguesias reveste-se de particular relevância no âmbito da Carta Social Municipal, uma vez que permite identificar desigualdades estruturais, vulnerabilidades territoriais e fatores determinantes das condições de vida da população. Tendo em consideração as especificidades analíticas exigidas para uma compreensão aprofundada desta dimensão, esta secção foi organizada em subsecções temáticas, permitindo uma leitura sistematizada e orientada para os objetivos definidos no projeto.

As subsecções estruturam-se em torno de quatro áreas-chave: Emprego e Mercado de Trabalho, Habitação e Mobilidade, Educação e Saúde e Desigualdade, Grupos em Situação de Vulnerabilidade e Proteção Social.

Cada subsecção integra a apresentação dos dados recolhidos e a consolidação das análises interpretativas que sustentam a formulação de prioridades de intervenção.

Emprego e Mercado de Trabalho

Os dados sobre a evolução da taxa de atividade, calculada pela razão entre a população ativa[5] e a população residente multiplicada por 100, são apresentados no Quadro 12. Entre 2011 e 2021, Nazaré registou uma quebra de 1,43 pontos percentuais, passando de 45,22 % para 43,79 %, o que representa uma redução mais acentuada do que a verificada a nível nacional (-0,98 p.p.) e na região Oeste (-1,08 p.p.). Embora os valores do concelho se mantenham próximos das médias de referência, esta evolução traduz uma tendência de retração da população economicamente ativa, num contexto em que os indicadores demográficos, como o índice de renovação da população ativa (66,45) e o índice de sustentabilidade potencial (233,77), já apontavam para desequilíbrios estruturais entre a população ativa e dependente. A persistência de uma taxa de atividade inferior à média nacional e regional pode indicar desafios quanto à capacidade de regeneração do tecido económico local e à sustentabilidade futura dos sistemas de proteção social, especialmente tendo em conta o envelhecimento demográfico acentuado e os saldos naturais negativos.

Ao nível das freguesias, a situação é assimétrica. Valado dos Frades apresenta a quebra mais expressiva da taxa de atividade (-2,44 p.p.), passando de 46,40 % para 43,96 %, seguida da freguesia da Nazaré (-1,20 p.p.), enquanto Famalicão regista uma redução mais moderada (-0,85 p.p.). Estes resultados podem ser interpretados à luz da estrutura etária de cada freguesia: Valado dos Frades, embora com uma proporção relevante de população jovem, revela sinais de desmobilização da sua força de trabalho, o que pode indicar migração de jovens ativos para fora do território ou desajuste entre a oferta de emprego e os perfis existentes. Famalicão, por outro lado, apesar de envelhecida, mantém alguma estabilidade, o que pode refletir maior persistência de atividade económica em setores tradicionais ou menor rotatividade populacional. Para a ação social e demais políticas, estes dados sugerem a necessidade de investir em políticas de ativação profissional, requalificação de adultos, e criação de condições para a fixação de população em idade ativa, especialmente em

[5] A população ativa é composta pela população empregada ou desempregada que se encontra em busca ativa de emprego, formada por pessoas com idade superior a 14 anos, que não sejam estudantes, reformados, domésticos e nem portadores de incapacidades permanentes para o trabalho. Veja a definição disponibilizada pelo INE, acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=708531372&FAQSmodo=1&xlang=pt.

freguesias com maior quebra de dinamismo económico. A articulação com o sistema de educação e formação profissional, bem como com os serviços de emprego e empreendedorismo, torna-se essencial para contrariar esta tendência.

Quadro 12. Taxa de Atividade por Freguesia (2011 e 2021)

	2011 (1)	2021 (1)
Portugal	47,56	46,58
Oeste	47,35	46,27
Nazaré	45,22	43,79
Famalicão	43,10	42,25
Nazaré (freguesia)	45,20	44
Valado dos Frades	46,40	43,96

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decena. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006732. (2) Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012317.

A composição da população ativa por freguesia é apresentada pelo Quadro 13. Os dados revelam que há na Nazaré uma concentração marcante nas idades intermédias (30 a 54 anos), que representam mais de 50 % da população ativa total do concelho. A freguesia da Nazaré concentra a maioria da população ativa, com especial destaque para os grupos entre os 35 e os 54 anos, que somam mais de 2.400 indivíduos. Esta freguesia apresenta valores absolutos mais elevados em todas as faixas etárias, refletindo o seu peso demográfico e a concentração de atividades económicas e serviços. Valado dos Frades segue com números mais modestos, embora apresente uma presença relevante nos grupos dos 45 aos 59 anos, sinalizando alguma estabilidade da população ativa madura. Já Famalicão regista os valores mais baixos, com uma distribuição concentrada entre os 30 e os 54 anos, mas com número muito reduzido de jovens ativos (apenas 5 indivíduos entre os 15 e os 19 anos), o que aponta para défices de renovação do capital humano ativo.

Estes dados têm implicações diretas para a ação social e as políticas de emprego no concelho. A forte concentração da população ativa nas idades centrais sugere uma janela de oportunidade para políticas de requalificação, formação contínua e mobilização do potencial laboral existente, sobretudo em áreas com menor dinamismo económico, como Valado dos Frades e Famalicão. A baixa expressão dos grupos mais jovens nas faixas entre os 15 e os 29 anos, especialmente em Famalicão, indica dificuldades de fixação e integração dos jovens no mercado de trabalho local, o que poderá estar associado a migração para outras regiões, desadequação da oferta formativa ou escassez de oportunidades profissionais. Para além do reforço das medidas de promoção do emprego, pode ser necessário investir na articulação com o sistema educativo e formativo, na promoção do empreendedorismo jovem e na instalação de serviços de apoio à empregabilidade, de forma descentralizada e adaptada às especificidades territoriais e sociodemográficas de cada freguesia.

Quadro 13. População Ativa por Faixa Etária e Freguesia (2021)

Freguesia	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65-69 anos	70-74 anos	75+
Famalicão	5	30	52	70	80	97	95	104	90	61	14	3	2
Nazaré (freguesia)	35	266	410	427	522	681	628	595	510	320	118	46	15
Valado dos Frades	9	87	78	96	149	166	172	208	156	86	28	4	2
Totais do Município	49	383	540	593	751	944	895	907	756	467	160	53	19
Porcentagens por faixa	0,75%	5,88%	8,29%	9,10%	11,52%	14,49%	13,73%	13,92%	11,60%	7,17%	2,46%	0,81%	0,29%

Nota: A população ativa é a população com idade mínima de 15 anos que, no período do CENSO 2021, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada). **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População ativa (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Estado civil; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012305.

O Quadro 14 apresenta a evolução da taxa de emprego por género. Entre 2011 e 2021, Nazaré registou uma evolução positiva no total (+1,07 p.p.), superando os acréscimos observados tanto a nível nacional (+0,61 p.p.) como na região Oeste (+0,36 p.p.), com destaque para o aumento expressivo da taxa de emprego entre as mulheres (+9,32 p.p.), face a uma quebra acentuada entre os homens (-4,00 p.p.). Esta inversão do padrão tradicional é ainda mais visível nas freguesias: na freguesia da Nazaré, a taxa de emprego feminina aumentou 9,93 p.p., enquanto a masculina recuou 2,92 p.p., resultando num crescimento total de +2,01 p.p. — o mais elevado do concelho. Já Valado dos Frades apresentou uma redução total da taxa de emprego (-1,49 p.p.), com a maior quebra entre os homens (-7,15 p.p.) e uma subida mais moderada entre as mulheres (+7,94 p.p.). Famalicão manteve estabilidade no total (+0,03 p.p.), mas também com forte crescimento feminino (+8,17 p.p.) e redução masculina (-4,7 p.p.).

Estes dados indicam uma reestruturação do mercado de trabalho local, com maior integração das mulheres na atividade profissional, o que é positivo do ponto de vista da igualdade de género e autonomia económica, mas revela fragilização da empregabilidade masculina, que poderá estar associada à reconversão económica, envelhecimento ou desajuste de qualificações. Para a ação social e o emprego, estes resultados talvez apontem para a necessidade de reforçar políticas ativas de emprego para homens em situação de exclusão laboral, promover a conciliação entre vida profissional e familiar, e manter o investimento na igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, de forma territorialmente diferenciada, com especial atenção às freguesias com maior perda de dinamismo económico.

Quadro 14. Taxas de Emprego por Género e Freguesia (2011 e 2021)

	2011			2021		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Portugal	53,65	43,92	48,51	53,25	45,45	49,12
Oeste	55,22	44,22	49,47	54,39	45,68	49,83
Nazaré	50,06	40,46	44,99	46,06	49,78	46,06
Famalicão	50,42	41,32	45,69	45,72	49,49	45,72
Nazaré (freguesia)	48,9	39,6	43,97	45,98	49,53	45,98
Valado dos Frades	53,67	42,89	48,01	46,52	50,83	46,52

Nota: A taxa de emprego corresponde à razão entre a população empregada e a população residente com 15 anos ou mais, multiplicada por 100. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Taxa de emprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011690.

O Quadro 15 apresenta a distribuição da população empregada por atividade económica no Município. Os dados indicam que a população empregada da Nazaré encontra-se concentrada em três grandes setores: indústrias transformadoras (20,62 %), comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (16,98 %) e alojamento, restauração e similares (10,48 %). Esta distribuição sugere uma estrutura económica assente em atividades tradicionais e de base local, com forte componente de serviços, pequena indústria e turismo — padrão que se articula com a ocupação do solo marcada por territórios artificializados nas zonas centrais e por uso agrícola e florestal nas periferias, conforme anteriormente analisado. A concentração do emprego nos setores industrial e comercial, em coexistência com uma população ativa centrada nas faixas etárias entre os 35 e os 54 anos, indica um perfil de força de trabalho madura, que pode enfrentar riscos futuros de desajuste entre competências e transformação tecnológica dos setores económicos.

Paralelamente, o peso do setor da administração pública (8,16 %), saúde e apoio social (7,34 %) e educação (6,11 %) demonstra a relevância do emprego público e social para o equilíbrio socioeconómico local, o que exige atenção à sua sustentabilidade a médio prazo. O reduzido peso das atividades científicas, técnicas, culturais e de inovação sugere desafios ao rejuvenescimento económico e à diversificação produtiva, com implicações para a ação social, nomeadamente na necessidade de qualificação da população ativa, requalificação de trabalhadores em setores vulneráveis, e promoção do empreendedorismo e inovação social, particularmente em freguesias com menor dinamismo económico. Estes elementos apontam para a necessidade de políticas integradas de emprego e coesão social, que articulem desenvolvimento económico com inclusão e adaptação às transições demográfica e digital.

Quadro 15. População Empregada por Atividade Económica (2021)

	Atividade Económica	População Empregada	%
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	269	4,49%
B	Indústrias extrativas	11	0,18%
C	Indústrias transformadoras	1.236	20,62%
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	8	0,13%
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	67	1,12%
F	Construção	347	5,79%
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.018	16,98%
H	Transportes e armazenagem	243	4,05%
I	Alojamento, restauração e similares	628	10,48%
J	Atividades de informação e de comunicação	77	1,28%
K	Atividades financeiras e de seguros	100	1,67%
L	Atividades imobiliárias	55	0,92%
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	198	3,30%
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	213	3,55%
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	489	8,16%
P	Educação	366	6,11%
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	440	7,34%
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	67	1,12%
S	Outras atividades de serviços	127	2,12%
T	Atividades dos agregados familiares	36	0,60%
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00%
Total		5.995	

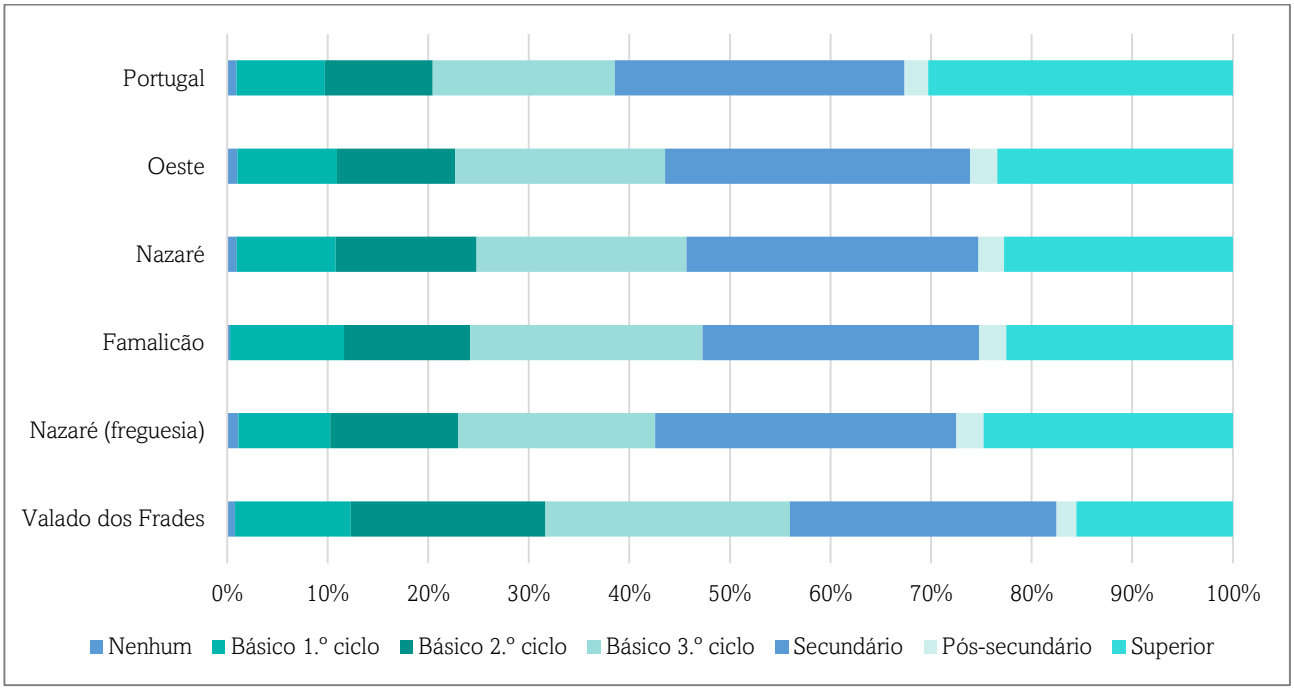
Nota: As atividades econômicas correspondem às designações agrupadas por secção da CAE Versão 3, disponível em https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Atividade económica (CAE Rev.

3) e Situação na profissão; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011640.

A Figura 11 apresenta o gráfico das percentagens da população empregada pelo maior nível de escolaridade no Município e suas freguesias. Os dados apontam que uma concentração significativa nos níveis de ensino secundário (29,0 %) e ensino superior (22,7 %) na Nazaré, valores que se mantêm próximos das médias nacionais e regionais, o que evidencia uma força de trabalho moderadamente qualificada, com destaque para a freguesia da Nazaré, que sozinha reúne 75 % dos empregados com ensino superior no concelho. Em contrapartida, os níveis mais baixos de escolaridade — 1.º e 2.º ciclos — ainda representam cerca de 23,8 % da população empregada, o que pode indicar presença de segmentos populacionais com menor qualificação formal, possivelmente associados às indústrias transformadoras (20,6 %), comércio (17 %) e alojamento e restauração (10,5 %), setores com forte expressão no tecido económico local. A freguesia de Valado dos Frades regista uma proporção superior de pessoas empregadas com o 2.º e 3.º ciclos, sugerindo um perfil socioeconómico mais tradicional, enquanto Famalicão, embora com menor volume absoluto, apresenta uma taxa elevada de trabalhadores com ensino superior (22,5 %).

Esta distribuição deve ser analisada em articulação com a estrutura da população ativa, maioritariamente concentrada nas faixas etárias entre os 35 e os 54 anos, o que levanta desafios à atualização de competências e reconversão profissional face às exigências dos setores emergentes. Para a ação social e para as políticas de emprego, estes dados evidenciam a necessidade de reforçar a qualificação ao longo da vida, com oferta formativa ajustada aos perfis locais, promoção da aprendizagem digital, e apoio específico a populações com menores níveis de escolaridade, especialmente em freguesias mais periféricas, assegurando equidade territorial no acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Figura 11. População Empregada por Último Nível Concluído de Formação por Freguesia (2021)



Nota: As percentagens correspondem à quantidade de pessoas empregadas por nível sobre o total de pessoas empregadas. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021]

(NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011698.

O Quadro 16 apresenta a evolução da taxa de desemprego no Município e em suas freguesias por género. Entre 2011 e 2021, a Nazaré apresentou uma redução significativa, passando de 14,33 % para 8,01 %, acompanhando a tendência nacional (de 13,18 % para 8,13 %) e regional (de 11,36 % para 6,40 %), embora se situe ligeiramente abaixo da média do país e acima da média da região. A queda foi sentida tanto entre homens (de 12,51 % para 7,10 %) quanto entre mulheres (de 16,25 % para 8,95 %), embora se mantenha uma disparidade de género acentuada, refletindo desafios persistentes de igualdade no acesso ao emprego. Entre as freguesias, a Nazaré (freguesia) concentra os maiores índices, com 8,81 % em 2021, enquanto Famalicão regista o menor (5,83 %), evidenciando desequilíbrios territoriais na integração laboral. Valado dos Frades, apesar da melhoria face a 2011, apresenta uma taxa elevada entre mulheres (7,97 %), o que poderá refletir barreiras específicas ao emprego feminino, como menor oferta local de trabalho qualificado ou dificuldades de conciliação entre vida profissional e familiar.

Estes resultados, combinados com a estrutura de escolaridade da população empregada e os setores de atividade predominantes (como comércio, turismo e indústria), reforçam a necessidade de ações sociais focadas na empregabilidade feminina e qualificação profissional, bem como medidas de inclusão laboral orientadas para públicos vulneráveis, especialmente em freguesias mais afetadas, de modo a promover maior coesão social e equilíbrio no mercado de trabalho local.

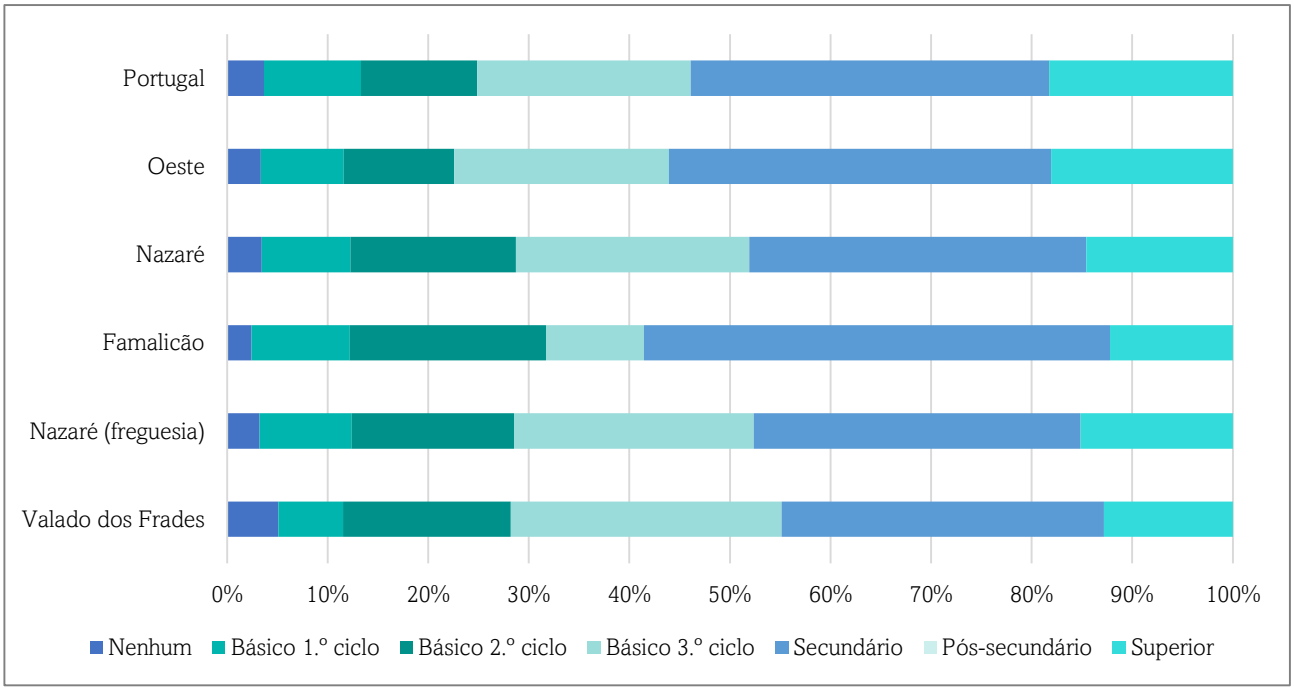
Quadro 16. Taxas de Desemprego por Freguesia (2011 e 2021)

	2011			2021		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Portugal	12,58	13,83	13,18	7,35	8,92	8,13
Oeste	10,48	12,34	11,36	5,47	7,39	6,40
Nazaré	12,51	16,25	14,33	7,10	8,95	8,01
Famalicão	7,93	11,14	9,47	5,77	5,90	5,83
Nazaré (freguesia)	14,27	17,87	16,03	7,97	9,67	8,81
Valado dos Frades	9,33	13,54	11,36	4,69	7,97	6,29

Nota: A taxa de desemprego corresponde à razão entre a população desempregada e a população ativa, multiplicada por 100. A definição disponibilizada pelo INE sobre o que seja "pessoa desempregada" e seus critérios de contagem podem ser encontrados em https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011637&lingua=PT. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Taxa de desemprego (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011661.

Finalmente, a Figura 12 apresenta gráfico das percentagens da população desempregada por nível de escolaridade mais elevado concluído. Os dados relativos à população desempregada por último nível de formação no Município da Nazaré evidenciam que quase um quarto dos desempregados completou o ensino básico 3.º ciclo (23,18%) e pouco mais de um terço completou o ensino secundário (33,52%), o que reflete um perfil de desemprego predominantemente qualificado, à semelhança das tendências observadas em Portugal e no Oeste.

Figura 12. População Desempregada por Último Nível Concluído de Formação por Freguesia (2021)



Nota: As percentagens correspondem à quantidade de pessoas desempregadas por nível sobre o total de pessoas desempregadas.
Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População desempregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011700.

A percentagem de desempregados com ensino superior (14,56%) é relevante à escala local e reforça a existência de um desfasamento entre qualificações e oportunidades de emprego, o que poderá indicar subaproveitamento de competências e a necessidade de políticas de promoção de emprego qualificado. Entre as freguesias, a freguesia da Nazaré concentra mais de 77 % do total de desempregados, destacando-se igualmente pela maior diversidade de níveis de formação entre os desempregados. Já Valado dos Frades e Famalicão apresentam números mais baixos, mas, proporcionalmente, também registam desemprego qualificado.

Estes dados, em articulação com a estrutura etária da população ativa, a elevada concentração de emprego em setores como o comércio, turismo e indústria transformadora, e a redução geral da taxa de desemprego entre 2011 e 2021, revelam desafios específicos para a ação social e para as políticas de emprego, nomeadamente a necessidade de requalificação contínua, de incentivos à diversificação económica e de programas de reconversão profissional que permitam ajustar a oferta de competências à procura local. Além disso, reforçam a importância de ações educativas orientadas para a empregabilidade e para o desenvolvimento de novas áreas estratégicas, promovendo uma maior sustentabilidade social e económica.

Habitação e Mobilidade

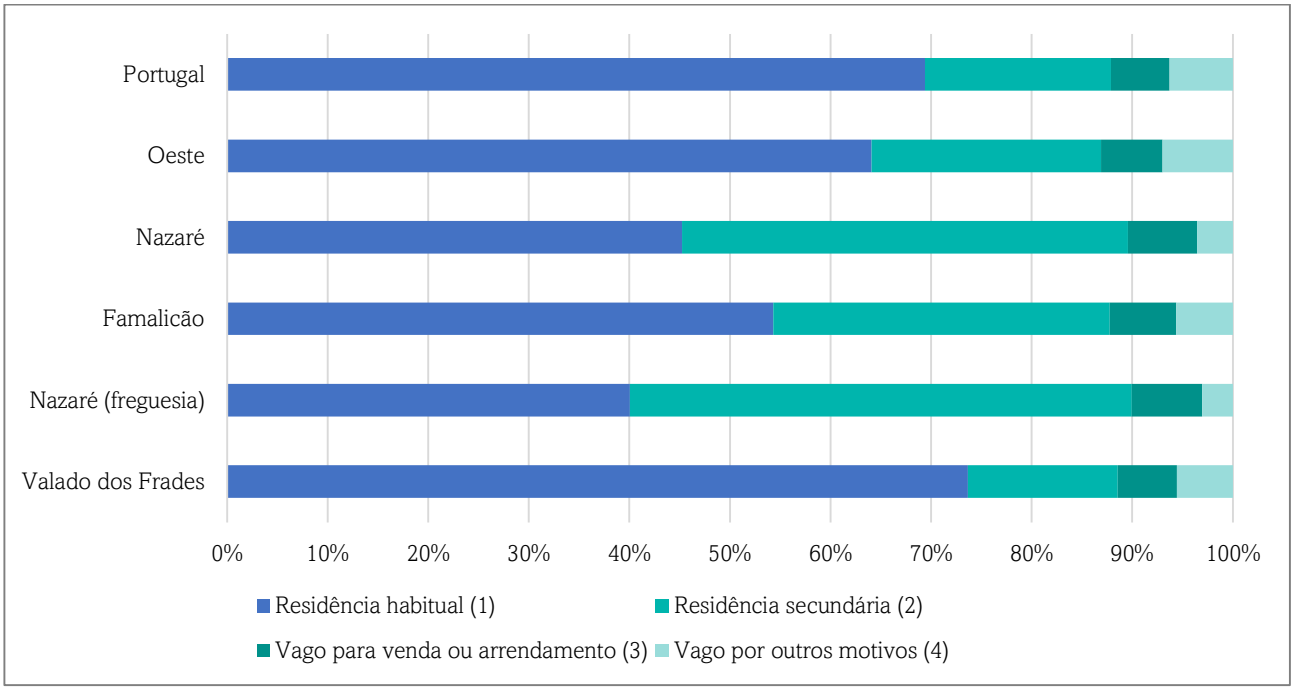
A Figura 13 apresenta gráfico referente à distribuição das percentagens do número de alojamentos residenciais por forma de ocupação — incluindo residências habituais, residências secundárias, alojamentos vagos para venda ou arrendamento e vagos por outros motivos. Os dados da Nazaré

evidenciam um perfil habitacional distinto da média nacional e regional, especialmente devido à expressiva proporção de residências secundárias, que representam praticamente 44 % do total de alojamentos no município (6.085 de 13.726), superando ligeiramente o número de residências habituais (6.211). Esta situação contrasta com os padrões verificados em Portugal e no Oeste, onde as residências habituais são largamente predominantes.

A freguesia da Nazaré concentra a grande maioria das residências secundárias (5.427 de 6.085), refletindo o peso do turismo e do alojamento local na economia local, fenómeno também sustentado pelos elevados níveis de emprego no setor de alojamento e restauração (10,48 %), conforme anteriormente analisado. Por outro lado, o número de alojamentos vagos para venda ou arrendamento (941) e vagos por outros motivos (489) é elevado face ao número de residências habituais, o que pode revelar tensões no mercado habitacional, como pressão sobre o arrendamento de longa duração ou desadequação da oferta às necessidades da população residente. Este desequilíbrio é mais evidente na freguesia da Nazaré e contrasta com Valado dos Frades, onde as residências habituais (1.164 de 1.580) são predominantes e os alojamentos secundários e vagos representam uma fração menor.

Estes dados reforçam a necessidade de políticas de habitação ajustadas ao contexto turístico e à sazonalidade económica, bem como de medidas que garantam o acesso à habitação para a população residente permanente, especialmente para os grupos em situação de maior vulnerabilidade social ou com vínculos laborais mais precários.

Figura 13. Alojamentos Residenciais por Forma de Ocupação por Freguesia (2021)



Nota: (1) Alojamento onde reside de forma permanente pelo menos um agregado familiar ou pessoa em alojamento individual. (2) Alojamento não utilizado como residência habitual por nenhum agregado familiar, mas reservado para uso sazonal, de férias ou de fim-de-semana. (3) Abrange os alojamentos desocupados e que estão efetivamente disponíveis no mercado imobiliário para venda ou para arrendamento de longa duração. (4) Alojamento desocupado e não se enquadrava nas categorias de residência habitual, residência secundária ou vaga para venda ou arrendamento. Observação: não foram encontrados dados sobre alojamentos para regime de arrendamento de curta duração (como os alojamentos locais - AL). **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Alojamentos familiares clássicos (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Forma de

ocupação e Época de construção; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011494.

O Quadro 17 apresenta o número de pessoas a residir sozinhas e núcleos familiares, o número de alojamentos por forma de habitação e o percentual do número de pessoas sozinhas e núcleos sobre o de alojamentos potencialmente dirigidos à habitação familiar (residências habituais e alojamentos vagos para venda ou arrendamento). Os dados da ocupação de alojamentos para residência na Nazaré revelam um nível inferior ao verificado em Portugal (87,32 % face a 92,54 %) e na região Oeste (91,72 %). Este indicador, associado aos elevados números de residências secundárias e de alojamentos vagos na Nazaré — conforme já analisado —, evidencia um parque habitacional significativamente orientado para a sazonalidade, fortemente condicionado pelas dinâmicas do turismo e do alojamento local. Esta configuração reduz a disponibilidade efetiva de habitação para residência permanente, especialmente para jovens, famílias em início de vida autónoma e pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que representa um desafio concreto para a ação social e para políticas locais de habitação acessível.

Entre as freguesias, observa-se um padrão contrastante. A freguesia da Nazaré apresenta o índice mais baixo de ocupação (85,25 %), o que reforça o peso do turismo e da segunda residência nesta zona mais urbanizada e central. Em oposição, Valado dos Frades regista a mais elevada taxa de ocupação (93,87 %), superior à média nacional, revelando uma realidade habitacional mais estável, com predomínio de residência permanente e menor incidência de habitação sazonal ou desocupada. Já Famalicão situa-se entre os dois extremos (90,40 %), com uma estrutura que aparenta conjugar alguma estabilidade residencial com menor pressão turística. Estas diferenças intra-municipais, articuladas com os dados já analisados da distribuição da população empregada por atividade económica e da população ativa por faixa etária, evidenciam a necessidade de uma abordagem territorial diferenciada nas políticas de habitação, promovendo o acesso equitativo à moradia permanente e combatendo as desigualdades territoriais na distribuição e ocupação do parque habitacional.

Quadro 17. Pessoas a Residir Sozinhas, Núcleos Familiares e Alojamentos Disponíveis à Habitação Familiar por Freguesia (2021)

	Indivíduos a Residir Sozinhos e Núcleos Familiares (1) e (2)	Residências habituais (3)	Residências secundárias (4)	Residências vagas para venda ou arrendamento (5)	Vagas por outros motivos (6)	% Indivíduos e famílias (1+2) sobre alojamentos potencialmente dirigidos a moradia (3+5)
Portugal	4.155.585	4.142.581	1.104.881	348.097	375.118	92,54%
Oeste	146.986	146.273	52.076	13.975	15.928	91,72%
Nazaré	6.245	6.211	6.085	941	489	87,32%
Famalicão	697	687	423	84	71	90,40%
Nazaré (freguesia)	4.368	4.360	5.427	764	330	85,25%
Valado dos Frades	1.180	1.164	235	93	88	93,87%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Indivíduos a residir sozinhos (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012141. (2) Núcleos familiares (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Tipo de núcleo familiar; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012420. (3), (4), (5) e (6) Alojamentos familiares clássicos (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Forma de ocupação e Época de construção; Decenal. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011494.

O Quadro 18 apresenta os dados relativos à tipologia dos edifícios por número de pisos e ausência de elevador. A análise da acessibilidade vertical no edificado da Nazaré revela uma percentagem muito elevada de edifícios sem elevador, em linha com os valores de Portugal (99,84 %) e do Oeste (99,88 %) nos edifícios de 1 e 2 pisos. Contudo, o problema acentua-se nos edifícios com mais de dois andares: nos edifícios de 3 e 4 pisos, 94,63 % estão sem elevador no município, valor ligeiramente inferior à média nacional, mas ainda expressivo e limitador. A situação mantém-se nos edifícios de 5 e 6 pisos, onde 43,62 % carecem de elevador, número que é mais elevado que a média nacional (42,61 %) e que reforça os desafios de mobilidade e acessibilidade. Entre as freguesias, a freguesia da Nazaré concentra a quase totalidade dos edifícios mais altos (93 edifícios com 5 e 6 pisos e todos os 5 com 7 ou mais pisos), o que implica que os principais riscos de exclusão física se concentram na zona urbana central, especialmente entre idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Esta realidade, quando cruzada com os elevados índices de envelhecimento, dependência de idosos e a significativa proporção de população com 65 anos ou mais — que ultrapassa os 26 % no concelho —, indica um risco elevado de exclusão habitacional por barreiras arquitetónicas.

Esta realidade apresenta impactos diretos sobre a saúde, inclusão e bem-estar das populações, nomeadamente das pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, e pode contribuir para o isolamento social e a degradação da qualidade de vida. A ausência de elevadores em edifícios com três ou mais pisos dificulta o acesso seguro e confortável às habitações, especialmente em contextos de envelhecimento demográfico elevado. Tal realidade tem implicações diretas para as políticas sociais, de saúde, apoio à autonomia e envelhecimento na comunidade, devendo motivar medidas como: a criação de programas de apoio à adaptação de edifícios com soluções de acessibilidade (plataformas elevatórias, cadeiras de escada, elevadores em edifícios plurifamiliares); a definição de critérios urbanísticos que privilegiem a construção de habitação acessível e adaptada; a disponibilização de apoios financeiros, para obras de reabilitação orientadas para a acessibilidade; e a promoção de parcerias com IPSS e cooperativas de habitação para disponibilização de soluções alternativas de alojamento adaptado a populações em situação de vulnerabilidade. Complementarmente, pode-se articular estas medidas com políticas de teleassistência e proximidade, garantindo que a habitação se constitua como pilar das estratégias de autonomia e qualidade de vida da população idosa e/ou em situação de dependência.

Quadro 18. Edifícios Sem Elevadores por Número de Pisos por Freguesia (2021)

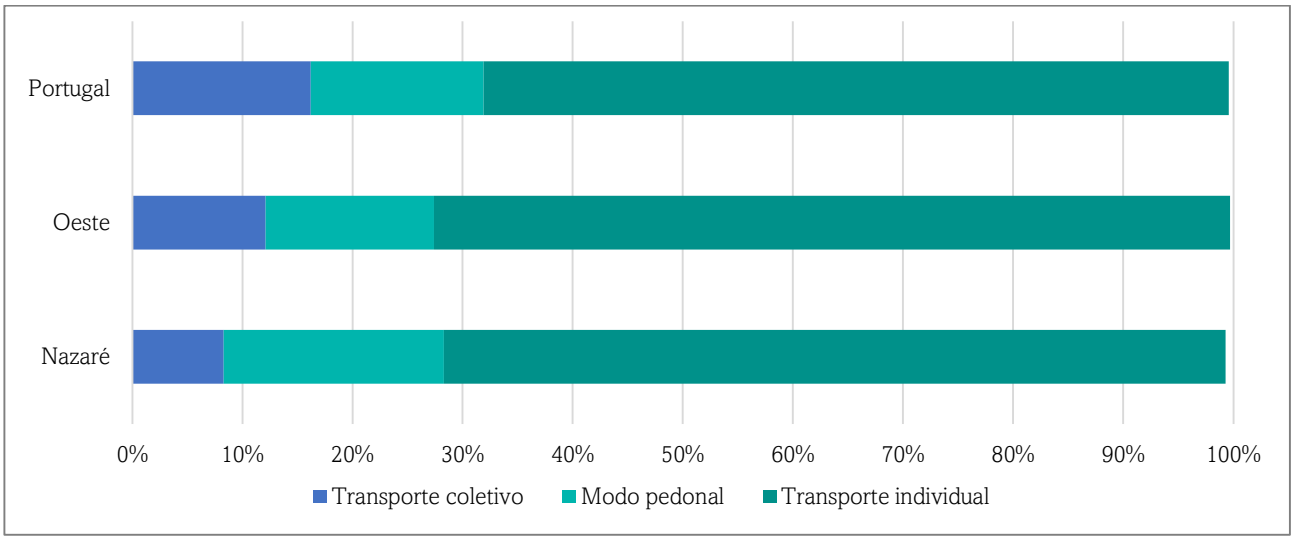
	Edifícios com 1 e 2 pisos		Edifícios com 3 e 4 pisos		Edifícios com 5 e 6 pisos		Edifícios com 7 ou + pisos	
	Número	% Sem elevador	Número	% Sem elevador	Número	% Sem elevador	Número	% Sem elevador
Portugal	2.989.652	99,84%	472.342	95,33%	74.402	42,61%	37020	0,00%
Oeste	145.210	99,88%	14.682	94,94%	1.918	39,78%	548	0,00%
Nazaré	5.818	99,90%	1.658	94,63%	94	43,62%	5	0,00%
Famalicão	1.113	100,00%	66	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Nazaré (freguesia)	3.373	99,88%	1.545	94,30%	93	43,01%	5	0,00%
Valado dos Frades	1.332	99,85%	47	97,87%	1	100,00%	0	0,00%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Edifícios (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Época de construção, Dimensão de pisos e Existência de elevador; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012577.

A Figura 14 apresenta os resultados sobre a mobilidade pendular no Município. A análise dos dados da Nazaré revela um uso predominante do transporte individual (71 %) como modo de deslocação entre residência e local de trabalho ou estudo, valor ligeiramente inferior ao da região Oeste (72,3 %)

e superior à média nacional (67,7 %). Esta dependência do transporte individual sugere uma pressão ambiental superior, associada ao uso do automóvel, e pode refletir limitações na cobertura, acessibilidade ou frequência do transporte coletivo. Com efeito, apenas 8,3 % da população da Nazaré utiliza transporte coletivo, um valor significativamente inferior ao registado na região (12,1 %) e em Portugal (16,2 %). Tal situação aponta para a necessidade de investimentos em infraestruturas de transporte público, com especial enfoque nas zonas menos centrais e mais periféricas, como Famalicão e Valado dos Frades, onde a dispersão geográfica e menor densidade populacional podem agravar os problemas de acessibilidade. Por outro lado, 20 % dos residentes da Nazaré utilizam o modo pedonal, um valor bastante superior à média regional (15,3 %) e nacional (15,7 %). Esta percentagem elevada poderá estar relacionada com a concentração demográfica e de serviços na freguesia da Nazaré, que facilita deslocações a pé, especialmente em áreas com topografia favorável e estrutura urbana densa.

Figura 14. Mobilidade Pendular por Modos de Deslocação (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo nas deslocações pendulares (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009041. Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza o modo pedonal nas deslocações pendulares (%) por Local de residência (NUTS - 2024); Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009039. Proporção da população residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte individual nas deslocações pendulares (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009040.

No entanto, tendo em conta os elevados índices de envelhecimento e de dependência de idosos no município, a mobilidade pedonal exige especial atenção à qualidade do espaço público, incluindo passeios acessíveis, zonas de atravessamento seguro e mobiliário urbano adequado. Para além disso, o reduzido uso de transporte coletivo pode criar barreiras de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, sobretudo para idosos, jovens em idade escolar e pessoas com baixos rendimentos, representando um desafio para a inclusão social. A promoção de soluções de mobilidade sustentável, como transporte flexível, redes cicláveis seguras e incentivos ao transporte partilhado, poderá contribuir não só para a coesão social e territorial, mas também para a redução da pegada ambiental do município.

Educação e Saúde

A estrutura da rede de estabelecimentos de ensino é apresentada no Quadro 19. Os dados relativos ao número de estabelecimentos de ensino não superior na Nazaré revelam uma estrutura reduzida, mas relativamente diversificada, com um total de 9 estabelecimentos, dos quais 3 escolas básicas públicas, 1 jardim-de-infância público e 2 privados, 1 escola básica e secundária pública, 1 escola secundária privada e 1 escola profissional privada. Em comparação, o Oeste conta com 329 estabelecimentos, e Portugal, no total, com 8.136, o que evidencia o reduzido peso da oferta educativa da Nazaré no contexto regional e nacional. Esta limitação torna-se particularmente relevante quando se considera a estrutura etária do município, em que 17,92% da população tem menos de 40 anos e 11,5% encontra-se entre os 35 e os 39 anos, uma faixa em idade reprodutiva com a possibilidade de filhos em idade escolar. O índice de dependência de jovens (20,45) combinado com o elevado índice de envelhecimento (209,23) e o índice de sustentabilidade potencial de apenas 233,77 reforçam a necessidade de garantir serviços educativos — não apenas para crianças, mas também para adultos, nomeadamente em contextos de requalificação profissional. A existência de apenas uma escola profissional privada, por exemplo, pode limitar o acesso e afetar negativamente a inclusão e as oportunidades de qualificação de jovens e adultos. Neste sentido, os dados sugerem a importância de reforçar a oferta educativa local e de articular as políticas de educação com a ação social, a mobilidade e a regeneração demográfica do território.

Quadro 19. Estabelecimentos de Ensino Não Superior (2022-2023)

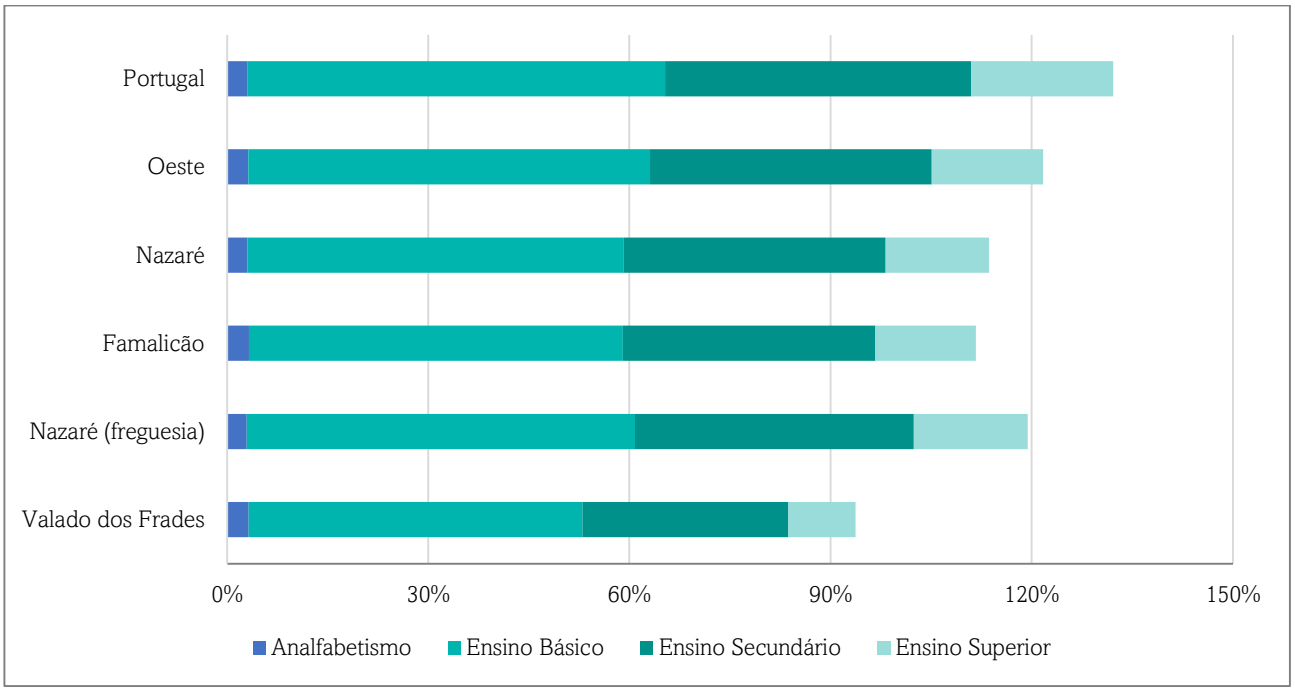
Tipo de estabelecimento	Jardim-de-infância		Escola básica		Escola secundária		Escola básica e secundária		Escola artística		Escola profissional	
Natureza institucional	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Portugal	1.019	1.839	3.881	414	315	24	235	136	7	7	33	226
Oeste	65	54	170	9	9	2	5	4	0	0	3	8
Nazaré	1	2	3	0	0	1	1	0	0	0	0	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Estabelecimentos de ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de estabelecimento e Natureza institucional; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012585.

Os dados relativos à escolaridade da população residente são apresentados na Figura 15. Na Nazaré, a taxa de analfabetismo (3,03%) apresenta-se ligeiramente abaixo das médias nacional (3,08%) e da região Oeste (3,19%), o que é um indicador positivo do ponto de vista da alfabetização básica. Contudo, observa-se que apenas 56,13% da população residente possui, pelo menos, o ensino básico, valor inferior ao registado a nível nacional (62,26%) e regional (59,89%). Esta disparidade é mais acentuada em freguesias como o Valado dos Frades, onde menos de metade da população (49,80%) completou o ensino básico, revelando uma situação particularmente vulnerável. Quanto ao ensino secundário, a Nazaré regista 39,04%, também abaixo da média nacional (45,64%), e, no que diz respeito ao ensino superior,15,46% da população completou este nível, contrastando com os 21,20% de Portugal e os 16,65% da região. Estes dados, articulados com a estrutura envelhecida da população, a taxa de desemprego em 2021, a cobertura de estabelecimentos de ensino não superior e a mobilidade no concelho apontam para desafios complexos em matéria de inclusão social e igualdade de oportunidades. Estes fatores limitam o acesso à formação contínua, restringem a mobilidade no acesso ao emprego e acentuam as desigualdades entre freguesias, exigindo políticas

públicas integradas nas áreas da educação, qualificação e ação social, com foco nas populações mais vulneráveis e nos territórios com menor cobertura de infraestruturas educativas e formativas.

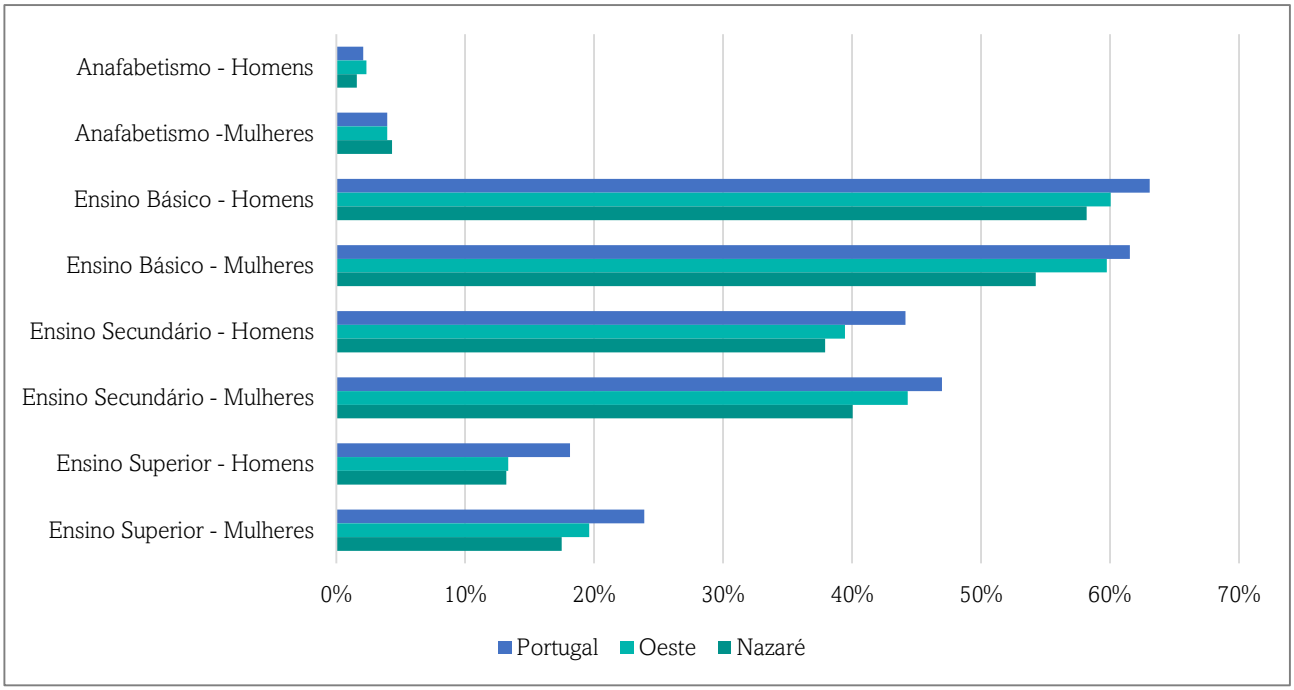
Figura 15. Taxa de Analfabetismo e Nível de Escolaridade por Freguesia (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012273. Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011648. Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011660. Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011649.

A Figura 16 apresenta as taxas de analfabetismo e escolaridade da população residente por género. Os dados revelam disparidades significativas entre homens e mulheres no acesso à educação, em linha com as tendências observadas a nível nacional e na região Oeste, embora com particularidades locais. A taxa de analfabetismo entre as mulheres da Nazaré (4,32%) é quase três vezes superior à dos homens (1,6%), possivelmente ligando a desigualdades estruturais persistentes de gerações mais velhas. No que respeita aos níveis de ensino concluído, a percentagem de homens com pelo menos o ensino básico (58,2%) é superior à das mulheres (54,26%), o que se inverte nos níveis mais elevados: as mulheres superam os homens no ensino secundário (40,05% vs. 37,91%) e no ensino superior (17,49% vs. 13,18%), refletindo possíveis mudanças geracionais no perfil educativo feminino. No entanto, essa melhoria educativa entre as mulheres não se traduz proporcionalmente na redução da taxa de desemprego feminino, que continua mais elevada do que a masculina. Esta situação, conjugada com a maior presença de mulheres em agregados familiares monoparentais, com os custos associados à mobilidade e à distribuição desigual dos serviços educativos e de apoio, impõe desafios para as políticas de ação social e de igualdade de género, exigindo respostas articuladas nas áreas da educação ao longo da vida, apoio à parentalidade, formação profissional e empregabilidade, sobretudo para as mulheres em contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

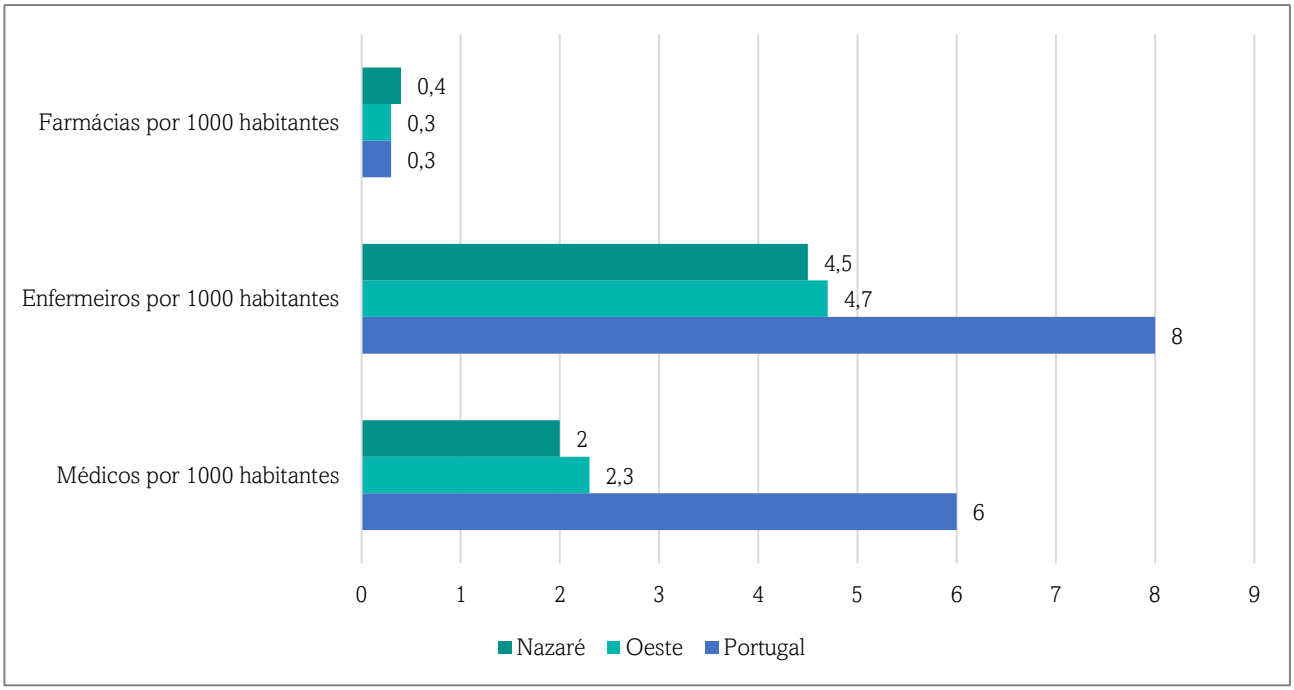
Figura 16. Analfabetismo e Nível de Escolaridade por Género (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012273. Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011648. Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011660. Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011649.

O número de médicos, enfermeiros e farmácias por 1000 habitantes são apresentados na Figura 17. Os dados evidenciam que a Nazaré apresenta valores significativamente inferiores aos nacionais em termos de médicos (2) e enfermeiros (4), situando-se também abaixo da média da região Oeste, que regista 2,3 médicos e 4,7 enfermeiros por 1000 habitantes. Esta escassez relativa de profissionais de saúde pode comprometer o acesso a cuidados de saúde primários, especialmente numa população de idade mais avançada, onde os índices de envelhecimento e de dependência de idosos são elevados. Ainda que o município apresente uma maior densidade de farmácias (0,4 por 1000 habitantes) face à média nacional e regional (0,3), este fator *per se* não compensa a menor presença de médicos e enfermeiros.

Figura 17. Médicos, Enfermeiros e Farmácias por 1.000 habitantes (2023 e 2024)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012837. Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012842. Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013202.

Quando cruzados com a distribuição da população por faixa etária, a mobilidade reduzida de certos grupos (sobretudo idosos em zonas periféricas) e a baixa taxa de cobertura por elevadores em edifícios com mais pisos, os dados sugerem barreiras físicas, sociais e geográficas ao acesso a cuidados de saúde, o que reforça a necessidade de respostas articuladas de ação social, apoio domiciliário, promoção da saúde comunitária e reforço de recursos humanos no sistema local de saúde.

Desigualdade, grupos em situação de vulnerabilidade e proteção social

Os valores do indicador P80/P20, que permite comparar o rendimento dos 20% mais ricos com o dos 20% mais pobres e retratam a desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS, são apresentados no Quadro 20. Os dados indicam que, em 2023, a Nazaré (2,5) se manteve ligeiramente abaixo da média nacional (2,8) e da região Oeste (2,6), com valores estáveis desde 2020. Esta estabilidade e posicionamento inferior à média nacional podem sugerir uma menor disparidade entre os rendimentos mais altos e mais baixos no concelho, mas não necessariamente uma situação de equidade socioeconómica, especialmente quando analisamos os dados desagregados por freguesia. A freguesia da Nazaré apresenta um valor acima da média concelhia (2,6), enquanto Valado dos Frades regista a mais baixa desigualdade (2,1) entre 2018 e 2023. Os dados de Famalicão não estão disponíveis, o que representa uma lacuna importante na leitura territorial da desigualdade no concelho.

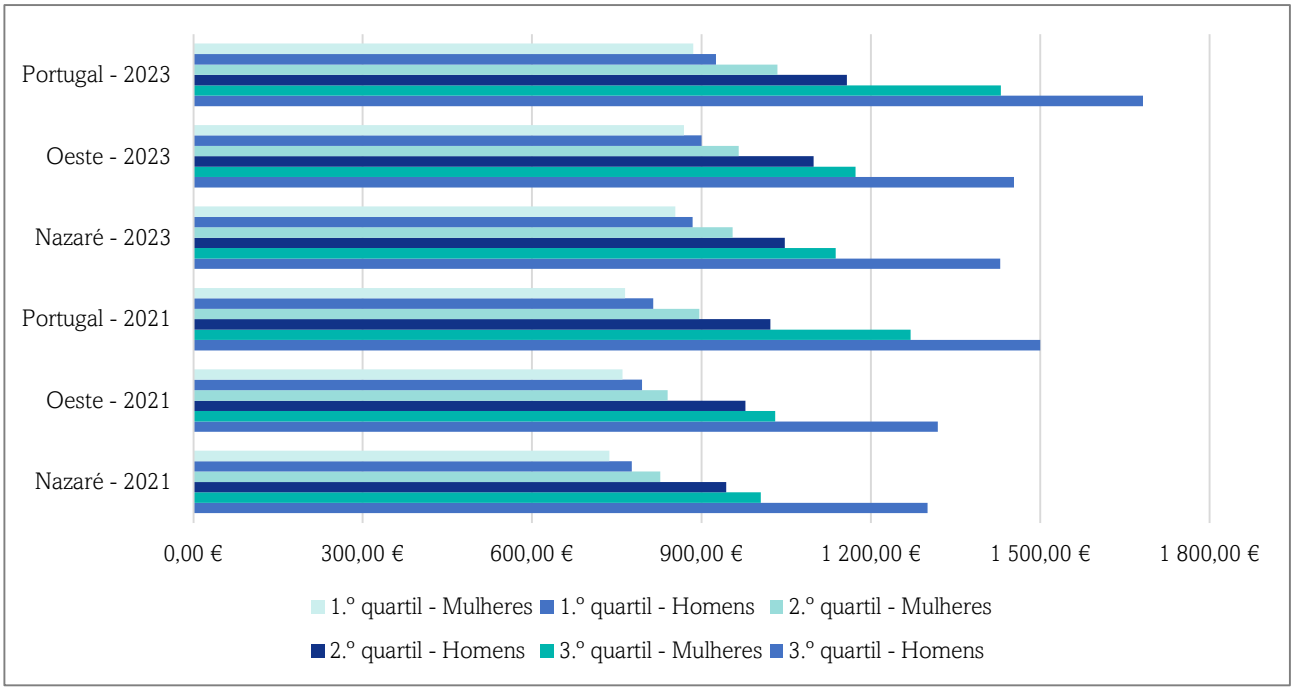
Quadro 20. Desigualdade no Rendimento Bruto Declarado Deduzido do IRS (P80/P20) por Freguesia (2018 a 2023)

	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Portugal	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,9
Oeste	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,7
Nazaré	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
Famalicão	-	-	-	-	-	-
Nazaré (freguesia)	2,6	2,7	2,7	2,7	2,8	2,8
Valado dos Frades	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos sujeitos passivos (P80/P20 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012761.

A Figura 18 apresenta os ganhos mensais por quartis entre homens e mulheres. Os dados dos ganhos mensais por quartis e por género em 2021 e 2023 revelam que, embora se observe uma ligeira redução das disparidades salariais entre homens e mulheres, estas permanecem significativas, sobretudo nos escalões de rendimento mais elevados — em 2023, as mulheres ganhavam cerca de 20% menos que os homens no 3.º quartil e cerca de 3% menos no 1.º quartil. Comparando com a região e com Portugal, verifica-se que os salários são mais baixos no município e a desigualdade salarial de género é ligeiramente mais acentuada. Quando cruzados com os dados da taxa de desemprego por género, da escolaridade (em que as mulheres apresentam menor percentagem de ensino superior) e da composição dos agregados familiares, com destaque para a presença de famílias monoparentais femininas, estes resultados evidenciam desafios relevantes para a igualdade, o emprego e a ação social no município. Estas desigualdades estruturais, associadas à forte concentração de emprego em setores com salários mais baixos e maior precariedade — como o turismo e os serviços — reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam a qualificação profissional das mulheres, a diversificação das oportunidades de emprego e o combate às desigualdades de rendimento.

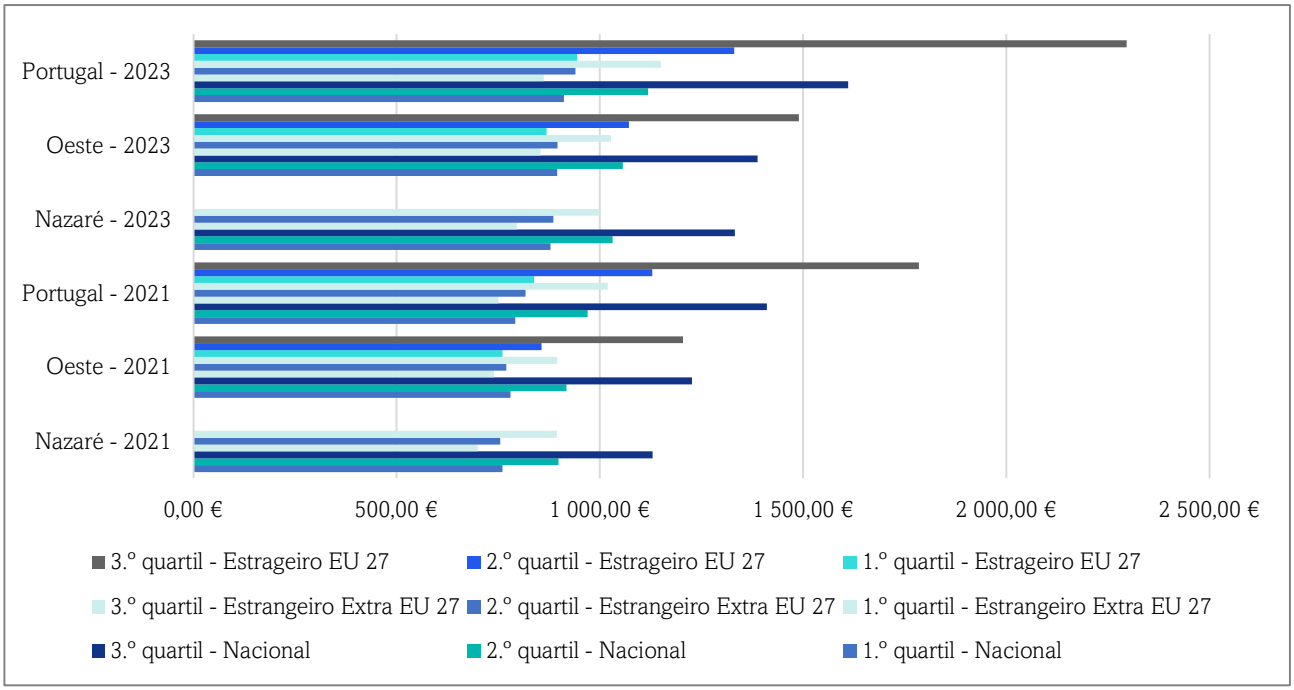
Figura 18. Ganhos Mensais por Género (2021 e 2023)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Ganho mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Sexo e Quartis; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013008.

A Figura 19 apresenta os ganhos mensais por quartis e por nacionalidade. Os dados sobre os ganhos mensais por quartis e por nacionalidade mostram que, embora os rendimentos tenham aumentado entre 2021 e 2023 para todos os grupos na Nazaré, persistem desigualdades significativas entre a população de origem portuguesa e a população estrangeira, especialmente a proveniente de países extra UE, que apresenta sistematicamente rendimentos mais baixos em todos os quartis. Em 2023, os estrangeiros extra UE na Nazaré auferiam, no 3.º quartil, menos €333 do que os nacionais, sendo esta diferença mais acentuada do que na média da região Oeste e de Portugal. É de notar ainda a ausência de dados relativos aos cidadãos oriundos da UE na Nazaré, o que limita uma leitura mais abrangente da segmentação salarial por origem. Estas disparidades, associadas a contextos de maior vulnerabilidade social e inserção em setores económicos menos qualificados, combinam-se com uma dependência demográfica crescente da população imigrante, que tem vindo a mitigar o decréscimo da população residente causado por saldos naturais negativos. Este cenário levanta desafios para a coesão social, a sustentabilidade demográfica e a ação social, exigindo políticas públicas que promovam a inclusão económica da população imigrante, combatam a segmentação do mercado de trabalho e garantam o acesso equitativo a oportunidades de formação, qualificação e progressão profissional.

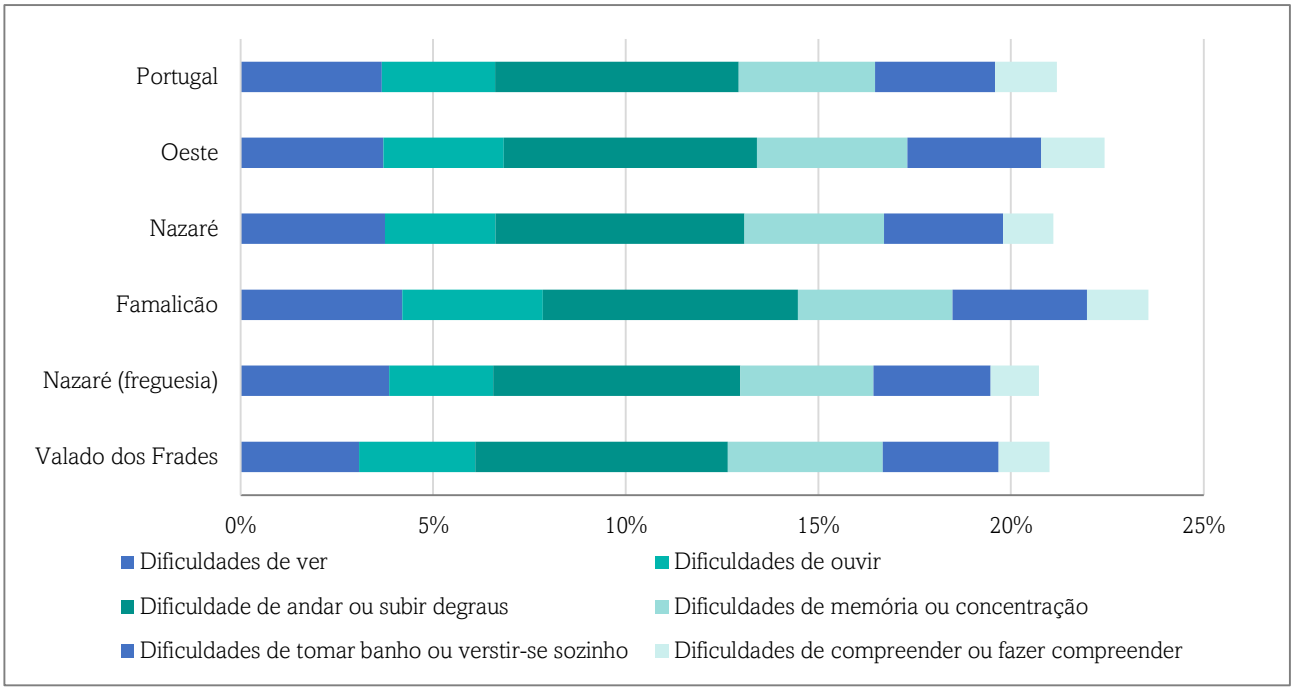
Figura 19. Ganhos Mensais por Nacionalidade (2021 e 2023)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Ganho mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Nacionalidade e Quartis; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013010.

A Figura 20 apresenta o panorama de pessoas com dificuldades funcionais. Os dados da Nazaré revelam uma realidade próxima da média nacional e da região Oeste, embora com variações entre freguesias. A nível municipal, destaca-se a prevalência da dificuldade de andar ou subir degraus (6,47%), seguida de limitações relacionadas com memória ou concentração (3,63%) e ver (3,75%), o que sugere uma presença significativa de limitações associadas ao envelhecimento e a condições crónicas de saúde. Famalicão apresenta percentagens superiores em quase todas as categorias, nomeadamente em dificuldades de audição (3,65%) e mobilidade (6,62%), o que pode estar relacionado com o seu perfil demográfico mais envelhecido. Já Valado dos Frades, embora com a menor taxa de dificuldades visuais (3,08%), regista uma das mais elevadas em mobilidade (6,55%) e dificuldades cognitivas (4,02%). Estas limitações funcionais, sobretudo quando combinadas, impõem barreiras significativas à autonomia e à qualidade de vida, agravadas em contextos de fragilidade económica ou de isolamento geográfico. Estes dados evidenciam a necessidade de políticas públicas robustas que promovam acessibilidade física e comunicacional, cuidados de saúde integrados e de proximidade, serviços de apoio domiciliário, programas de apoio à deficiência e ao envelhecimento ativo, bem como medidas específicas para garantir a inclusão de mulheres cuidadoras, crianças com necessidades especiais e jovens em situação de vulnerabilidade.

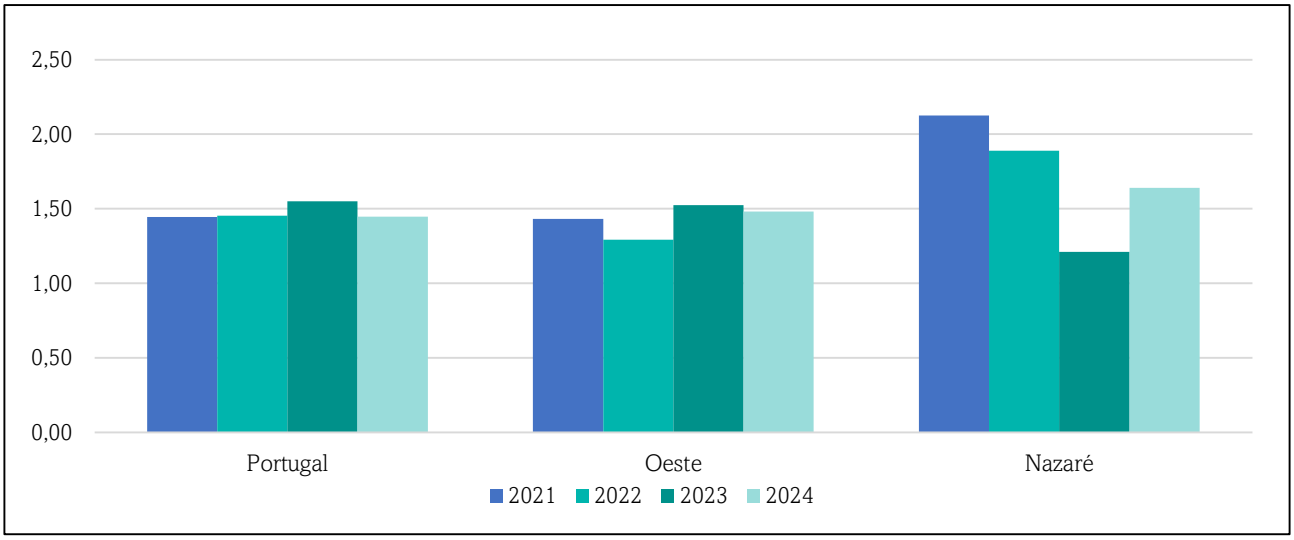
Figura 20. Pessoas com Dificuldades Funcionais (2021)



Notas: Os dados referem-se à percentagem de pessoas que "têm muita dificuldade" ou que "não conseguem" realizar as ações de "ver", "ouvir", "andar ou subir escadas", "memorizar ou concentrar-se" e "compreender ou se fazer compreender" sobre a população residente. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (N.º de dificuldades) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário do indivíduo (5 anos; 90 ou mais anos), Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012362.

A Figura 21 informa sobre o número de crianças e jovens em situação de perigo diagnosticado pela CPCJ em relação à população residente. Nazaré revela uma oscilação significativa nos últimos anos, com um valor muito elevado em 2021 (2,13‰), bastante acima das médias nacional (1,44‰) e da região Oeste (1,43‰), seguido por uma diminuição contínua até 2023 (1,21‰), antes de voltar a subir em 2024 (1,64‰). Apesar desta descida face ao pico de 2021, os valores do município continuam consistentemente acima das referências nacional e regional, apontando para uma persistente vulnerabilidade social que afeta crianças e jovens. Este padrão pode estar relacionado com fatores estruturais como precariedade habitacional, instabilidade familiar, pobreza, abandono escolar, ou situações de negligência e violência doméstica. A leitura destes dados exige um reforço das políticas de prevenção, proteção e acompanhamento, com especial atenção à articulação entre escolas, serviços de saúde, instituições sociais e CPCJ, promovendo respostas integradas que assegurem os direitos das crianças e jovens e rompam com ciclos de exclusão intergeracional. Além disso, os números elevados impõem a necessidade de medidas de emergência social orientadas para o apoio imediato a famílias em crise, garantindo proteção efetiva às crianças em risco e mecanismos céleres de atuação interinstitucional, incluindo alojamento temporário, apoio psicológico e apoio económico às famílias mais fragilizadas.

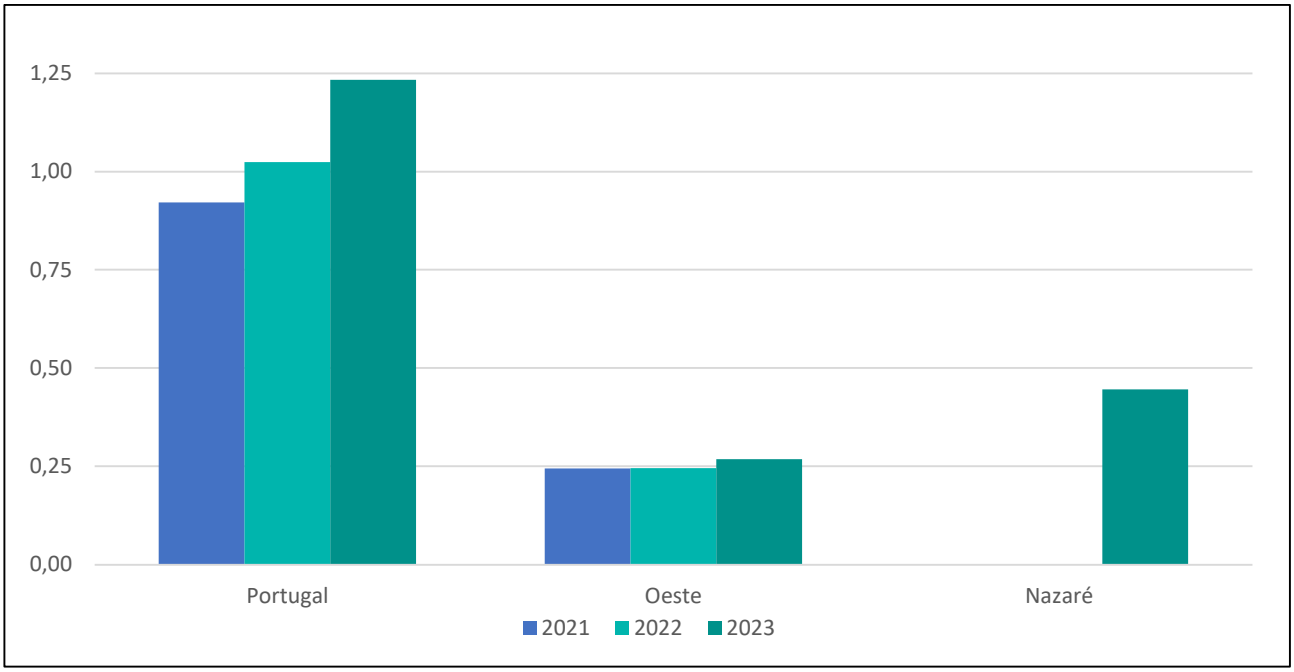
Figura 21. Crianças e Jovens em Situação de Perigo Diagnosticada (2021-2024)



Notas: Os resultados referem-se à permilagem de crianças e jovens em situação de perigo diagonosticada pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) sobre a população residente. **Fonte:** Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Criança e Jovens. Relatórios Anuais de Avaliação da Atividade das CPCJ. Acessíveis em https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades.

A Figura 22 informa sobre o número de pessoas em situação sem abrigo em relação à população residente. A ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) informou a impossibilidade de indicar o número de 2021 e registou valor de "zero" em 2022 (0,00‰). Os dados de 2023 indicam valor de 0,45‰, significativamente acima da média da regional (0,27‰), que, embora também tenha registado uma ligeira subida, revela uma situação mais estável.

Figura 22. Pessoas em Situação sem Abrigo (2021-2023)



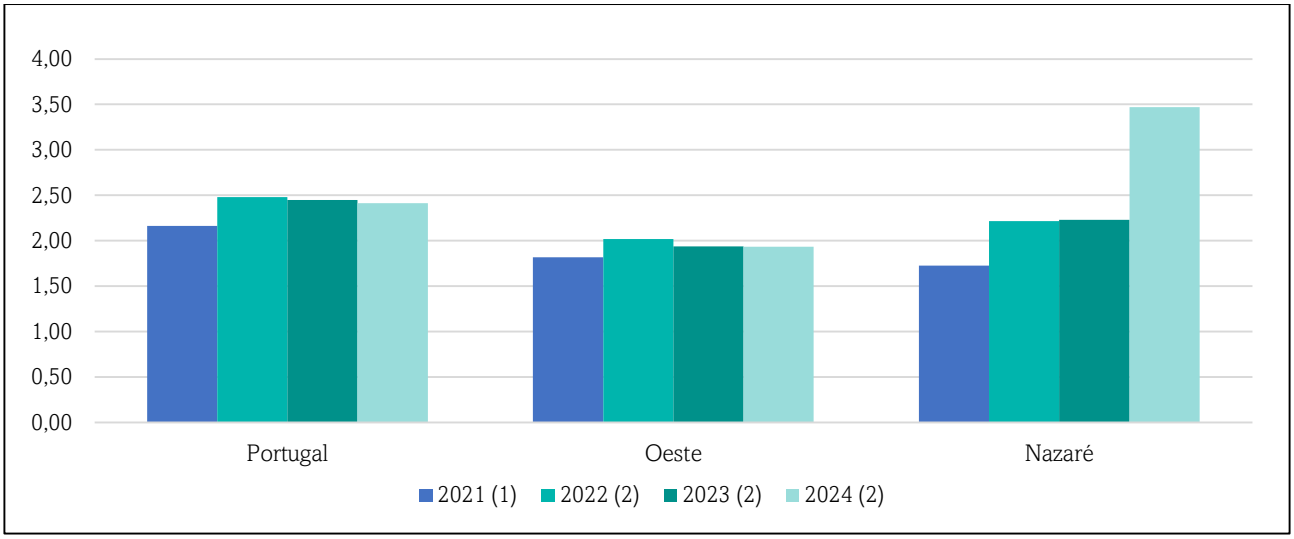
Notas: (1) Registou-se a impossibilidade de indicar o número de pessoas em situação de sem-abrigo no município em 2021 e o registo de um valor nulo em 2022. (2) Os resultados referem-se à permilagem do número de pessoas em situação sem abrigo informado pela

Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) sobre a população residente. **Fonte:** Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. Nova ENIPSSA 25/30.

Este número da Nazaré pode refletir não só uma eventual deterioração das condições socioeconómicas de parte da população, mas também o aprimoramento dos mecanismos de identificação e registo de situações de sem-abrigo. Independentemente da causa, os dados apontam para a necessidade de reforçar as respostas da ação social local, com medidas de emergência direcionadas para o acolhimento, apoio psicossocial e reintegração destas pessoas. Deve, ainda, considerar-se a necessidade de garantir a existência de estruturas de primeira resposta (como centros de acolhimento temporário e equipas multidisciplinares de rua) e de políticas preventivas sobre as causas estruturais do fenómeno, como o desemprego, a precariedade habitacional, os problemas de saúde mental e o isolamento social.

A Figura 23 informa sobre a violência doméstica detetada pela Autoridade Policial ou levada ao seu conhecimento. Os dados da Nazaré revelam, em 2024, uma taxa de 3,47‰ — a mais elevada da série e significativamente superior às médias nacional (2,41‰) e da região Oeste (1,93‰). Esta evolução contrasta com os valores mais próximos dos referenciais nacionais e regionais entre 2021 e 2023, evidenciando uma elevação dos casos de violência detetados pelas forças de polícia ou levados ao seu conhecimento.

Figura 23. Violência Doméstica Detetada ou Notificada à Autoridade Policial (2021-2024)



Notas: Os resultados referem-se à permilagem do número crimes da tipologia "violência doméstica" detetados ou notificados à Autoridade Policial sobre a população residente. **Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). (1) Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008073. (2) Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria de crime; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0012261.

Quando combinada com a taxa de crianças e jovens em situação de perigo identificada em 2024 (1,64‰), bem como com os índices de dependência de idosos e de envelhecimento que caracterizam o concelho, este aumento levanta duas possibilidades que não são mutuamente exclusivas: por um lado, uma eventual maior vulnerabilidade de populações mais expostas — nomeadamente mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência; por outro, uma possível maior consciencialização quanto à importância e às formas de denúncia, bem como uma melhoria da

capacidade de deteção das forças policiais. De qualquer forma, as assimetrias de género nos rendimentos, na escolaridade e no desemprego observadas em indicadores anteriores sugerem contextos que podem agravar situações de desigualdade e violência. Assim, podem ser necessárias respostas articuladas de ação social e proteção — que integrem policiamento de proximidade, serviços especializados de apoio à vítima, reforço da articulação com a saúde e educação, campanhas de sensibilização comunitária e intervenção precoce —, com especial atenção às situações de interseccionalidade entre género, idade e deficiência.

Os dados relativos ao número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão são apresentados no Quadro 21. Em 2023, o município da Nazaré contabilizava 221 beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (PSI), o que corresponde a 1,49% da sua população residente — valor praticamente alinhado com a média nacional (1,50%) e ligeiramente superior à da região Oeste (1,40%). No entanto, a proporção de beneficiários da PSI face à população desempregada é particularmente relevante: 42,34% na Nazaré, valor superior ao de Portugal (39,62%), embora inferior ao da região (47,21%). Esta relação, ainda que obtida a partir de bases de dados de anos distintos (PSI de 2023 e desemprego de 2021), permite inferir a elevada sobreposição entre as populações com deficiência e/ou incapacidade e as populações em situação de vulnerabilidade económica e laboral.

Quadro 21. Beneficiárias/os da Prestação Social para Inclusão na Segurança Social (2023)

	Homens	Mulheres
Portugal	77.028	78.094
Oeste	2.538	2.545
Nazaré	105	116

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024) e Sexo; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013405.

Quando combinados com os indicadores de dificuldades funcionais, de envelhecimento populacional, de violência doméstica, de desemprego e de baixos níveis de escolaridade em determinadas freguesias, estes dados revelam desafios estruturais à inclusão social e à proteção de grupos mais fragilizados. A elevada proporção de beneficiários da PSI no universo dos desempregados na Nazaré reforça a necessidade de políticas públicas integradas que combinem prestações sociais com estratégias de requalificação profissional, acessibilidade, saúde e apoio ao cuidador, bem como o reforço da articulação entre os serviços locais de segurança social, saúde, emprego e ação social.

Os dados de 2023 relativos ao valor médio das pensões da Segurança Social são apresentados no Quadro 22. Os valores médios no município da Nazaré revelam-se inferiores aos registados em Portugal e na região Oeste, com exceção da pensão por sobrevivência. As pensões por invalidez (€6.043) e por velhice (€6.624) na Nazaré situam-se abaixo das médias nacionais (€6.051 e €7.424, respetivamente) e regionais (€6.338 e €7.080), o que pode indicar trajetórias contributivas mais curtas ou com menores remunerações ao longo da vida ativa, associadas a profissões de baixa qualificação ou a precariedade laboral. A pensão por sobrevivência, no entanto, apresenta valor ligeiramente superior ao da região (€3.745 contra €3.608), embora continue inferior à média nacional (€3.806).

Quadro 22. Valor médio das pensões da segurança social (€) (2023)

	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	€ 6.051,00	€ 7.424,00	€ 3.806,00
Oeste	€ 6.338,00	€ 7.080,00	€ 3.608,00
Nazaré	€ 6.043,00	€ 6.624,00	€ 3.745,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. (2024, 19 de março). Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência (NUTS - 2024) e Tipo de pensão; Anual. Acessível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0013398.

A leitura destes dados deve ser feita em articulação com os índices de envelhecimento, a estrutura etária da população ativa, os níveis de qualificação escolar e os ganhos medianos por quartil já analisados. O baixo valor das pensões, particularmente de velhice, combinado com o índice de dependência de idosos elevado e a baixa taxa de formação superior, evidencia um risco acrescido de pobreza na população sénior do município. Isto coloca desafios significativos à ação social, nomeadamente no reforço de respostas de apoio à população idosa, de serviços domiciliários, habitação adequada, e também de medidas de complemento de rendimentos e acesso a cuidados de saúde continuados. A valorização das pensões mínimas, a promoção da literacia financeira e a integração da população envelhecida em redes de apoio locais podem ser temas e medidas das políticas públicas no território.

Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

Este capítulo apresenta a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do concelho da Nazaré, oferecendo uma leitura integrada sobre quem assegura a resposta social, onde se localiza a oferta e que tipologias estão efetivamente em funcionamento. A análise organiza-se por três eixos de intervenção — Infância e Juventude, Pessoas Adultas e Família e Comunidade — e procura produzir evidência útil para o planeamento territorial, combinando a dimensão institucional (operadores e natureza jurídica) com a dimensão territorial (distribuição por freguesia).

A partir de fontes oficiais — Carta Social (GEP), INE (2025) e cartografia administrativa (CAOP) — procede-se ao mapeamento da rede e à caracterização comparada das tipologias por freguesia, mobilizando indicadores como número de respostas, capacidade instalada, utentes, taxas de ocupação e taxas de cobertura. Sempre que aplicável, incorpora-se ainda o enquadramento jurídico das entidades proprietárias, permitindo compreender a configuração institucional da rede (setor solidário, privado e organismos públicos) e a concentração de respostas em determinados operadores.

A análise territorial evidencia padrões de concentração da oferta, assimetrias de cobertura, pressões de procura e lacunas tipológicas, articulando-os com prioridades de intervenção ao nível do concelho e das freguesias. Considerando a natureza e a granularidade dos dados disponíveis, alguns indicadores são apresentados em escalas diferenciadas, mantendo-se, contudo, a coerência metodológica e a comparabilidade necessária à leitura territorial.

O capítulo integra, ainda, uma caracterização do universo local de organizações da Economia Social (com base na base regional disponibilizada pela OesteCIM), contextualizando o tecido institucional concelhio e as suas limitações informacionais (designadamente lacunas em variáveis financeiras e

de recursos humanos). Por fim, o texto fecha com sínteses operacionais orientadas para a decisão: identificação de respostas inexistentes, pontos críticos no continuum de cuidados, e principais necessidades diagnosticadas pelas entidades (recursos humanos, infraestruturas, tempos de espera, acessibilidades e carências funcionais), constituindo uma base para prioridades de ajuste, reorganização e coordenação interinstitucional da Rede Social na Nazaré.

Organizações da Economia Social da Nazaré

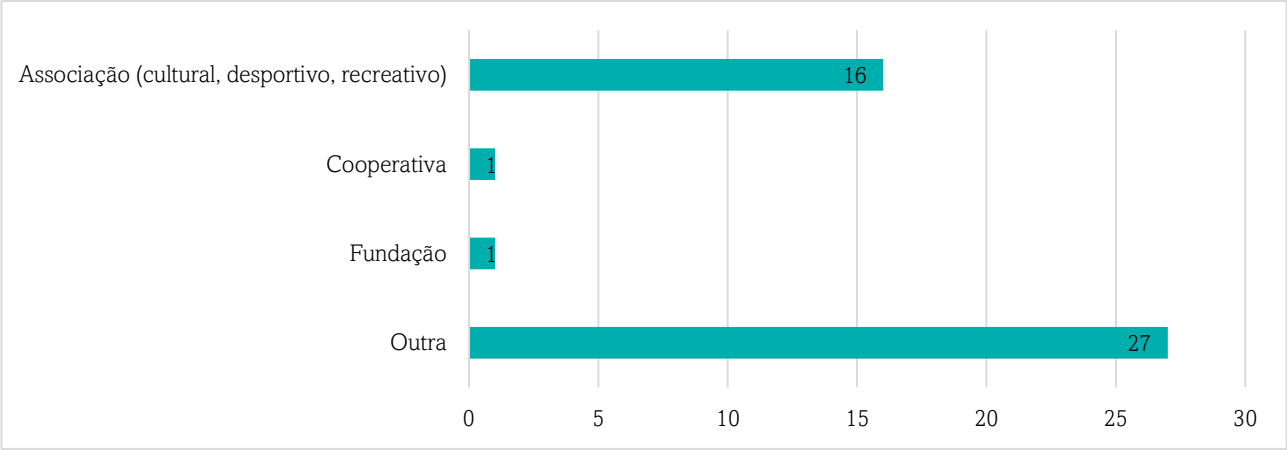
O universo analisado integra 45 entidades da Economia Social com sede no concelho da Nazaré, extraídas da base regional de Economia Social (12 concelhos do Oeste) disponibilizada pela OesteCIM. O critério de inclusão corresponde aos CAE enquadráveis no setor social/cooperativo, independentemente de possuírem (ou não) estatuto de IPSS.

Todos os indicadores financeiros ou de recursos humanos apresentam lacunas superiores a 30%; por isso são apenas referidos no texto, sem tratamento estatístico detalhado.

No concelho da Nazaré foram identificadas 45 entidades da Economia Social, selecionadas pelos CAE enquadráveis no setor social/cooperativo, independentemente de terem estatuto de IPSS. A leitura da tipologia jurídica evidencia uma distribuição dominada pela categoria "Outra" (27 entidades; 60,0%), o que reduz a granularidade analítica e recomenda a sua futura desagregação por subtipo (p. ex., IPSS, misericórdias, mutualidades, associações de desenvolvimento local). Em segundo lugar surge o movimento associativo — Associações culturais, desportivas e recreativas — com 16 entidades (35,6%), sinalizando um tecido cívico ativo e capilar no território. As Cooperativas e as Fundações estão residual e pontualmente representadas (ambas com 1 entidade; 2,2%), sugerindo menor expressão de lógicas cooperativas e filantrópicas formais no concelho.

Este perfil combina vitalidade associativa com opacidade classificativa: a predominância de "Outra" pode ocultar organizações com papel central na provisão social, pelo que se recomenda a validação/reclassificação desta rubrica para melhor orientar financiamento, parcerias e planeamento em rede. Mantém-se, adicionalmente, a cautela quanto à exploração de indicadores financeiros e de recursos humanos, dado que apresentam lacunas superiores a 30%, razão pela qual são apenas referidos descritivamente e não tratados de forma estatística detalhada. Em síntese, a Nazaré apresenta um ecossistema de Economia Social assente no associativismo, com margem para clarificar perfis jurídicos e diversificar modelos organizativos — designadamente no eixo cooperativo — em articulação com prioridades locais.

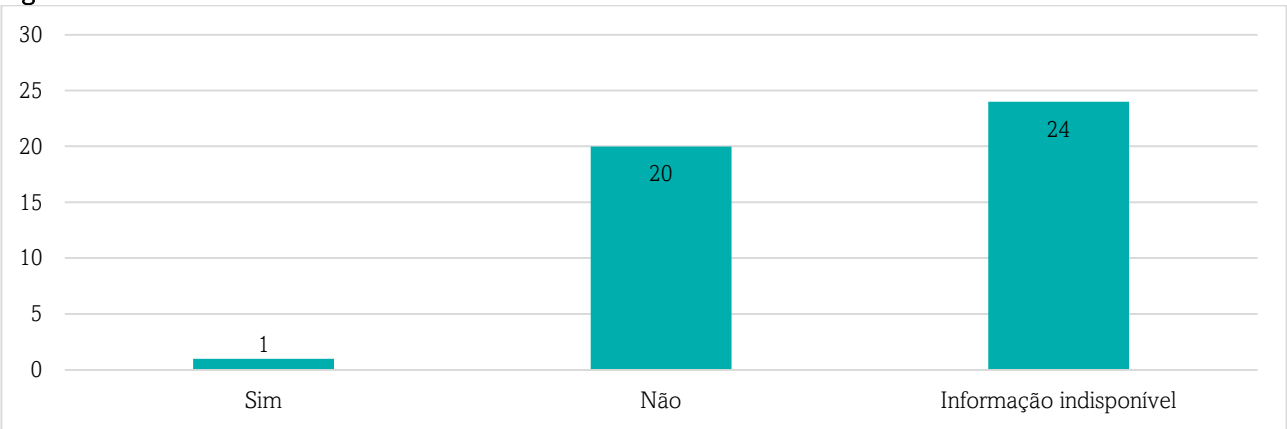
Figura 24. Distribuição das entidades da economia social por tipologia



Fonte: OesteCIM, 2025.

No concelho da Nazaré foram identificadas 45 entidades da Economia Social. Quanto ao estatuto de IPSS, os dados mostram que apenas 1 entidade (2,2%) surge registada como IPSS, 20 entidades (44,4%) estão explicitamente classificadas como não IPSS e em 24 casos (53,3%) a informação é indisponível (gráfico anexo). Este quadro evidencia uma baixa formalização IPSS e, sobretudo, um défice informativo que limita leituras comparativas e o planeamento operacional. Na prática, coexistem poucas organizações com potencial para acordos de cooperação com a Segurança Social e um conjunto alargado cujo estatuto não está clarificado, dificultando a avaliação do seu papel na prestação de serviços e na dinamização comunitária. A prioridade imediata deve passar por validar e completar o registo institucional (particularmente os casos "informação indisponível"), permitindo distinguir com rigor entre associações não IPSS, cooperativas, fundações e outras formas jurídicas, e, assim, ajustar instrumentos de financiamento, capacitação e articulação em rede às necessidades reais do território.

Figura 25. Estatuto de IPSS das entidades da Economia Social



Fonte: OesteCIM, 2025.

O mapeamento das 45 entidades da Economia Social da Nazaré evidencia um tecido fortemente ancorado no associativismo cultural, recreativo e desportivo. As associações culturais e recreativas lideram com 8 entidades (17,8%), logo seguidas das outras atividades desportivas, com 7 (15,6%) e das Outras Atividades Associativas, com 5 (11,1%), sinalizando um ecossistema vocacionado para a animação sociocultural e a prática desportiva. Há, ainda, presença relevante de serviços públicos

locais (Administração Local, 3; 6,7%) e de atividades dos museus (3; 6,7%), o que reforça a centralidade do património e da oferta municipal na dinamização comunitária. O campo da formação profissional e da gestão de instalações desportivas agrega 2 entidades cada (4,4%), enquanto um conjunto disperso de ramos aparece de forma pontual — atividades das artes do espetáculo, organizações económicas e patronais (1), organizações profissionais (1), proteção civil (1), clubes desportivos (1), estabelecimentos de saúde com internamento (1), ensino básico e secundário (1) e solidariedade social (1) — todos com 2,2% cada. Apenas 3 entidades (6,7%) surgem "Sem informação" quanto ao ramo principal, o que representa boa completude informativa face a outros contextos da região.

Em termos interpretativos, a Nazaré revela um perfil marcadamente comunitário, com massa crítica em cultura/desporto e menor expressão de respostas sociais estruturadas (p. ex., solidariedade social e saúde com internamento, ambas residuais). Esta configuração aponta para três pistas de atuação: (i) potenciar redes interassociativas para ampliar impacto social (programação cultural desportiva com objetivos de inclusão, envelhecimento ativo e juventude); (ii) articular formação profissional com setores locais (turismo, economia do mar e gestão de equipamentos) para reforço de competências; e (iii) monitorizar lacunas em respostas sociais especializadas, avaliando necessidades e oportunidades de cooperação com entidades supra municipais quando pertinente. A reduzida proporção de casos "Sem informação" sugere condições favoráveis para planeamento baseado em evidência, devendo, ainda assim, ser cruzada com a qualificação jurídica das entidades para clarificar a elegibilidade a instrumentos de financiamento e cooperação.

Quadro 23. Ramo da atividade principal das entidades da Economia Social

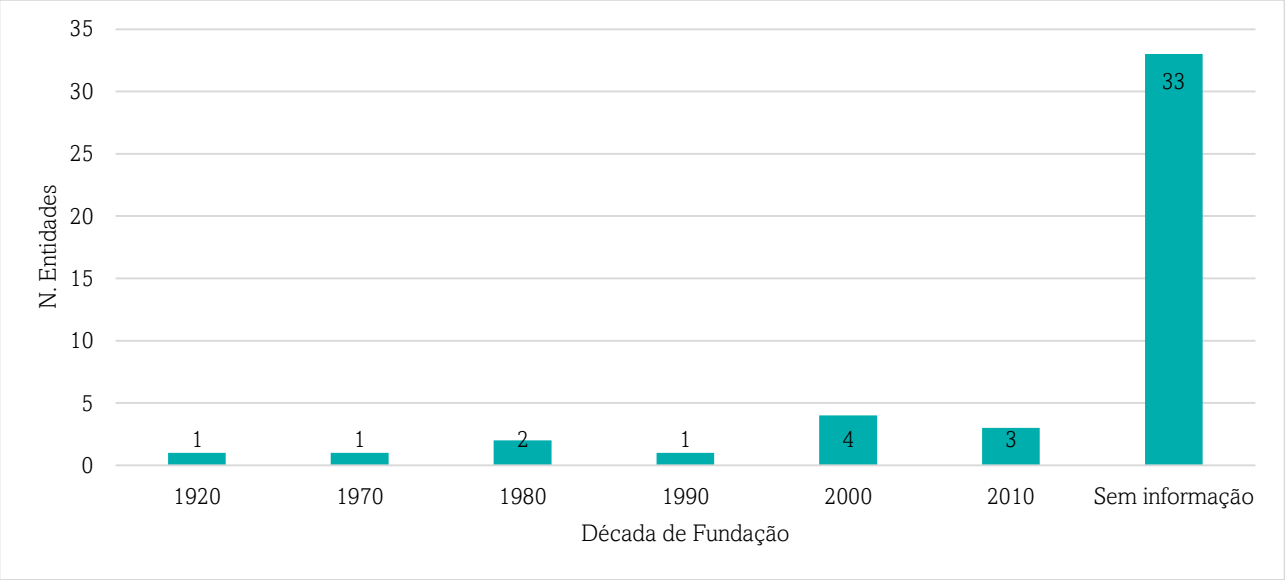
Ramo da atividade principal	Quantidade
Administração Local	3
Associações culturais e recreativas	8
Atividades das artes do espetáculo	1
Atividades de organizações económicas e patronais	1
Atividades de organizações profissionais	1
Atividades de proteção civil	1
Atividades dos Clubes Desportivos	1
Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	1
Atividades dos museus	3
Ensinos básico (3º Ciclo) e secundário geral	1
Formação Profissional	2
Gestão de instalações desportivas	2
Organizações económicas e patronais	2
Outras Atividades Associativas NE	5
Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.	2
Outras atividades desportivas, n.e.	7
Solidariedade Social	1
Sem Informação	3

Fonte: OesteCIM, 2025.

No concelho da Nazaré foram identificadas 45 entidades da Economia Social. A informação sobre a década de fundação encontra-se disponível para 12 entidades (26,7%), permanecendo sem registo 33 (73,3%), o que limita leituras históricas robustas. Entre os casos datados, observa-se uma presença residual nas décadas de 1920 (1; 2,2%), 1970 (1; 2,2%), 1980 (2; 4,4%) e 1990 (1; 2,2%), com maior concentração no pós-2000: 2000 (4; 8,9%) e 2010 (3; 6,7%). Considerando apenas as entidades com data conhecida, 58,3% nasceram nas décadas de 2000 e 2010, sugerindo um impulso recente de criação associativa e institucional, coerente com dinâmicas contemporâneas de

participação cívica e valorização territorial. Ainda assim, a elevada proporção de "Sem informação" (73,3%) mantém a trajetória histórica do ecossistema parcialmente opaca, impedindo a identificação fina de ciclos de expansão (p. ex., no pós-1974) ou de renovação geracional.

Figura 26. Entidades da Economia Social da Nazaré por década de fundação



Fonte: OesteCIM, 2025.

Em síntese, a Nazaré revela um ecossistema associativo dinâmico em cultura e desporto, com baixa formalização IPSS e zonas de opacidade (estatuto institucional e datas de fundação) que importa colmatar. Recomenda-se validar estatutos, reclassificar a categoria "Outra" e completar registos cronológicos, para afinar o planeamento e o acesso a instrumentos de apoio. Tal como noutros municípios do Oeste, persistem lacunas superiores a 30% nos indicadores financeiros e de recursos humanos, pelo que estes são apenas referidos descritivamente, sem tratamento estatístico aprofundado.

Composição Institucional da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

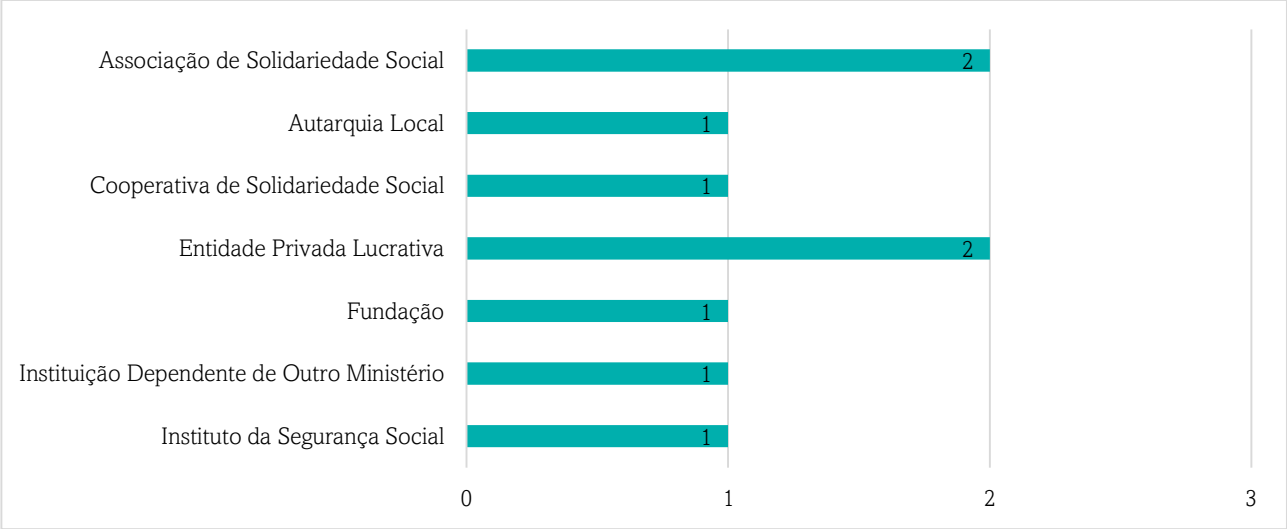
A rede de serviços e equipamentos sociais em funcionamento na Nazaré integra 9 entidades proprietárias, com uma composição institucional equilibrada (Gráfico 4). Os grupos mais representativos são as Associações de Solidariedade Social (2; 22,2%) e as Entidades Privadas Lucrativas (2; 22,2%). Com 1 entidade (11,1%) cada, surgem a Autarquia Local, a Cooperativa de Solidariedade Social, uma Fundação, uma Instituição dependente de outro ministério e o Instituto da Segurança Social.

Agrupando por setor, o solidário sem fins lucrativos (Associação de Solidariedade Social, Cooperativa de Solidariedade Social e Fundação) representa 44,4% do total; o setor público (Autarquia, organismo de outro ministério e Instituto da Segurança Social) soma 33,3%; e o privado lucrativo corresponde a 22,2%. Esta distribuição confirma uma governação intersetorial da rede,

sem domínio de um único operador, o que é favorável à complementaridade de respostas, mas exige coordenação formal (protocolos, comissões locais, partilha de dados) para evitar sobreposições e garantir cobertura tipológica e territorial.

Em termos operacionais, recomenda-se: (i) consolidar parcerias público-comunitárias em áreas com maior procura (ex.: respostas de proximidade e envelhecimento ativo); (ii) clarificar modelos de financiamento e acordos de cooperação para as entidades solidárias; e (iii) acompanhar a qualidade e continuidade do serviço nos operadores privados lucrativos, assegurando alinhamento com as prioridades locais.

Figura 27. Natureza jurídica das entidades proprietárias das respostas que integram a rede de serviços e equipamentos sociais



Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

O Quadro 24 identifica as entidades proprietárias que, em conjunto, gerem as respostas sociais: 12 de Infância e Juventude (30,8%), 15 de Pessoas Adultas (38,5%), 4 de Família e Comunidade (10,3%) e 8 de Outras Atividades (20,5%). A estrutura revela maior peso nas respostas dirigidas a pessoas adultas, seguidas da infância e juventude, enquanto família/comunidade e outras atividades completam o portefólio com expressão mais moderada. No plano institucional, sobressaem três polos: a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, que concentra 11 respostas (28,2%) com incidência nas áreas de pessoas adultas e infância/juventude; o Centro Social de Valado dos Frades, com 8 respostas (20,5%); e a CERCINA – Cooperativa de Ensino e Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré, com 7 respostas (17,9%), combinando intervenções nas três áreas principais. O Agrupamento de Escolas da Nazaré e o Centro Social da Freguesia de Famalicão reforçam a ancoragem educativa e paroquial, com 4 respostas cada (10,3%), enquanto a oferta municipal, o operador privado e o ISS, I.P., contribuem de forma mais pontual, garantindo cobertura em nichos específicos.

Este desenho confirma uma governação intersetorial sem domínio absoluto de um único ator, apoiada em polos cooperativo, paroquial e confraria, e complementada por operadores escolar, municipal, privado e Segurança Social. Para consolidar a rede, é aconselhável fortalecer mecanismos de coordenação formal entre os principais proprietários, alinhar acordos e financiamentos (em especial nas respostas de pessoas adultas) e monitorizar a continuidade e a

qualidade do serviço nas valências privadas e municipais, assegurando uma cobertura tipológica e territorial equilibrada.

Quadro 24. Listagem das entidades proprietárias por tipo de resposta social

Entidade proprietária	I.J.	P.A.	F.C.	O.A.	Total
Agrupamento de Escolas da Nazaré	4				4
Alexandrina & Ribeiro - Serviços de Apoio e Acção Social Lda.		2			2
Câmara Municipal de Nazaré			1		1
Casa de Repouso Nossa Senhora da Vitória de A. Silva e Filhos, Lda		1			1
Centro Social da Freguesia de Famalicão	1	2		1	4
Centro Social de Valado dos Frades	3	2	1	2	8
Cercina - Cooperativa de Ensino e Reabilitação Capacitação e Inclusão da Nazaré		4		3	7
Confraria de Nossa Senhora da Nazaré	3	4	2	2	11
Instituto da Segurança Social - ISS, I.P.	1				1

Legenda: I.J.: Infância e Juventude; P.A.: Pessoas Adultas; F.C.: Família e Comunidade; O.A.: Outras atividades
Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

Distribuição e Caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais da Nazaré

No domínio da caracterização da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais da Nazaré, a informação organiza-se em torno dos três grandes eixos de intervenção social: Infância e Juventude, Pessoas Adultas e Família e Comunidade. A análise recorre a cartografia temática e a quadros estatísticos por tipologia, mobilizando indicadores sobre número de respostas, capacidade instalada, utentes, taxas de ocupação e taxas de cobertura por freguesia, bem como a natureza jurídica das entidades proprietárias sempre que pertinente.

Com base na Carta Social (GEP) e no INE, 2025, é possível identificar padrões territoriais de concentração da oferta, assimetrias de cobertura e pressões de procura, assim como lacunas tipológicas que condicionam a resposta às necessidades locais. Observa-se maior densidade de respostas nos polos com entidades proprietárias e equipamentos, nas freguesias da Nazaré e Valado dos Frades, enquanto Famalicão apresenta uma oferta mais focalizada, beneficiando de mecanismos de coordenação interinstitucional e inter-freguesias para assegurar continuidade de cuidados e proximidade. Esta leitura sustenta o planeamento local, orientando prioridades de reforço, reconfiguração e articulação territorial para promover equidade no acesso e sustentabilidade da rede, garantindo que o concelho da Nazaré responde de forma equilibrada às diferentes dimensões da intervenção social.

Respostas para Infância e Juventude

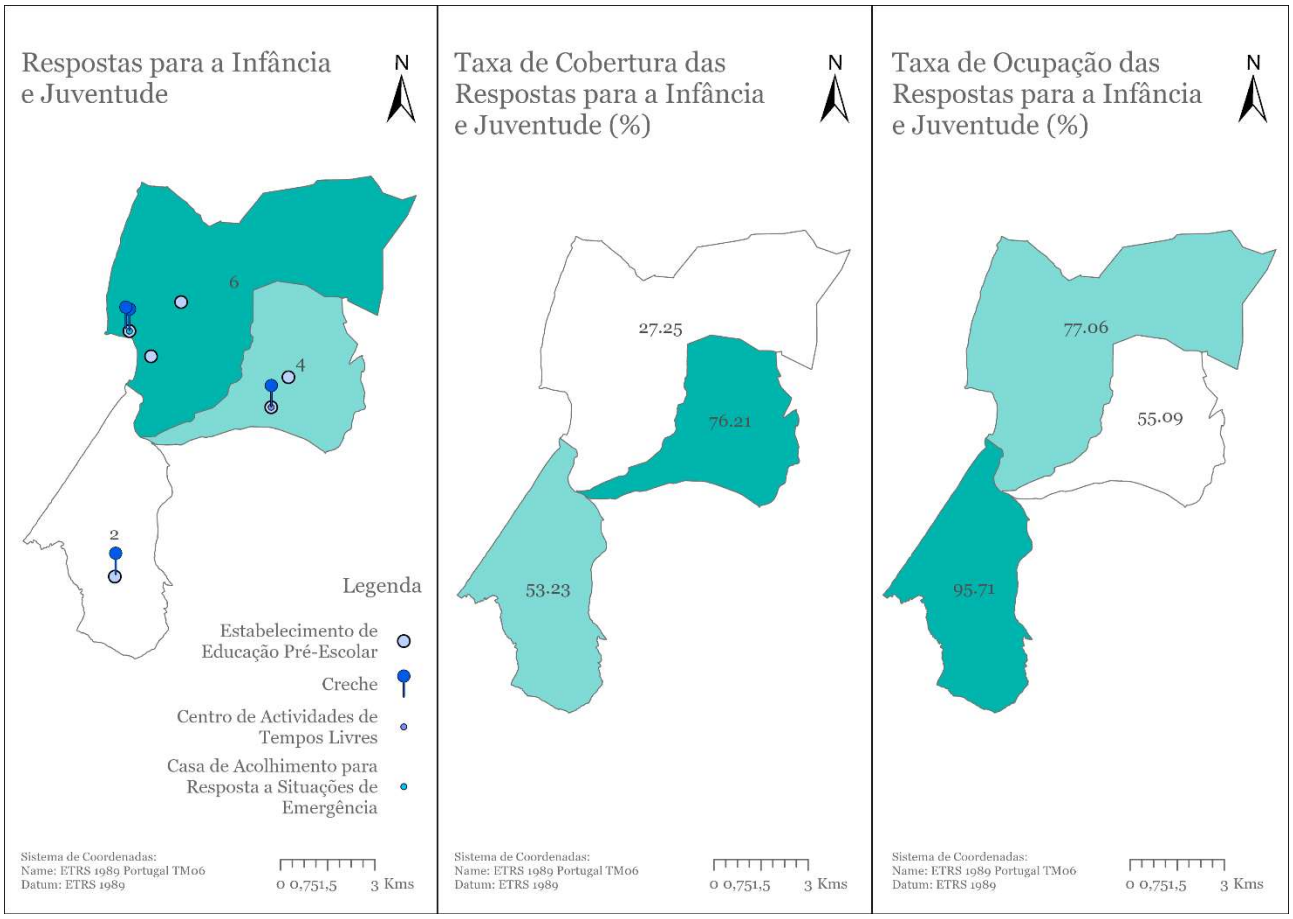
A rede concelhia de Infância e Juventude da Nazaré integra 12 respostas, com 890 lugares de capacidade e 643 utentes, o que corresponde a uma taxa média de ocupação de 72,2% e a uma taxa de cobertura de 39,1% face à população 0–17 anos (2 275 residentes). A oferta concentra-se nas três freguesias: Nazaré reúne 6 respostas (436 lugares, 336 utentes), Valado dos Frades conta

com 4 respostas (314 lugares, 173 utentes) e Famalicão apresenta 2 respostas (140 lugares, 134 utentes).

A leitura territorial evidencia padrões distintos. Valado dos Frades regista a maior taxa de cobertura (76,2%), mas uma ocupação mais baixa (55,1%), sinalizando capacidade disponível e possível desalinhamento entre oferta e procura. Famalicão combina cobertura elevada (53,2%) com ocupação muito próxima da capacidade (95,7%), refletindo procura intensa e risco de pressão sobre as respostas existentes. Já a freguesia da Nazaré concentra metade das respostas do concelho, mas, devido à maior população jovem, apresenta cobertura relativamente baixa (27,3%) apesar de uma ocupação confortável (77,1%), sugerindo necessidade de reforço seletivo de lugares/valências ou reconfiguração para segmentos com maior procura.

Em síntese, a rede revela cobertura global moderada e heterogénea, com excesso relativo de capacidade em Valado, equilíbrio tenso em Famalicão e défice relativo na Nazaré quando ponderada a população residente. Priorizam-se, assim, três linhas de atuação: (i) ajustar a oferta na Nazaré (reforço de lugares ou reconfiguração tipológica); (ii) otimizar a ocupação em Valado (mediação, transportes, articulação com escolas e saúde, revisão de critérios/horários); e (iii) acompanhar a pressão em Famalicão, prevenindo listas de espera e assegurando continuidade de cuidados através de coordenação inter-freguesias.

Figura 28. Respostas para a Infância e Juventude no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia



Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025 e INE, 2025.

O cruzamento dos indicadores de capacidade, ocupação e cobertura aponta para prioridades diferenciadas no concelho da Nazaré (médias concelhias: ocupação 72,2%; cobertura 39,1%):

- Reforço da cobertura em freguesias onde a taxa se revela particularmente baixa, Nazaré (27,3%), evidenciando défices significativos na resposta às necessidades da população jovem;
- Gestão e qualificação da rede em territórios onde a procura se aproxima da capacidade máxima instalada, como em Famalicão (95,7%), garantindo a sustentabilidade da oferta e a qualidade dos serviços em contextos de forte pressão;
- Otimização da ocupação onde a cobertura alta é a mais elevada, mas tem lugares vagos — Valado dos Frades (55,1% / 76,2%). Priorizar medidas de acesso antes de crescer em capacidade.

A rede de Infância e Juventude da Nazaré apresenta escala concentrada nas três freguesias, com cobertura global moderada (39,1%) e assimetrias territoriais: défice relativo na freguesia da Nazaré (cobertura 27,3%), pressão elevada em Famalicão (ocupação 95,7%) e capacidade disponível em Valado dos Frades (ocupação 55,1% / cobertura 76,2%). Estas evidências reforçam a necessidade de planeamento seletivo, privilegiando o reforço da oferta na Nazaré, a requalificação/gestão da procura em Famalicão e a otimização da ocupação em Valado dos Frades (melhorando acesso, horários e articulação com transportes/escolas), a par de coordenação inter-freguesias para garantir equidade no acesso e adequação das respostas às dinâmicas locais.

No concelho da Nazaré, o portefólio de Infância e Juventude apresenta 12 respostas e revela diversificação tipológica, combinando Creche (4 respostas; 270 lugares; taxa de ocupação 93,3%), Estabelecimento de Educação Pré-escolar (6; 485; 72,4%) e Centro de Atividades de Tempos Livres – CATL (1; 120; 23,3%), a que se junta uma resposta de Casa de Acolhimento para Situações de Emergência (1; 15; 80,0%). No total, a rede disponibiliza 890 lugares e atende 643 utentes, correspondendo a uma taxa média de ocupação de 72,2%. O padrão de utilização é heterogéneo: as Creches operam muito próximas do limite, sinalizando procura intensa e necessidade de manter/ajustar capacidade; o Pré-escolar apresenta ocupação confortável, mas desigual entre equipamentos; o CATL evidencia subutilização marcada (23,3%), sugerindo desalinhamento entre o modelo de oferta e a necessidade; e a resposta de emergência mostra ocupação elevada para uma valência de natureza episódica, devendo ser lida com reservas e monitorizada por ciclos.

Em síntese, a Nazaré combina boa cobertura universal na educação pré-escolar, pressão nas creches e margem de otimização no CATL; recomenda-se, por isso, reforço seletivo onde a procura é crítica (creche), gestão da ocupação no pré-escolar e reconfiguração/adequação do CATL (articulação com escolas/transportes, horários e comunicação), mantendo vigilância operacional sobre a resposta de emergência.

Quadro 25. Respostas para a Infância e Juventude no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação

Categoria	Tipologia	Nº de respostas	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação
Crianças e Jovens	Centro de Atividades de Tempos Livres	1	120	28	23,3%
	Creche	4	270	252	93,3%
	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	6	485	351	72,4%
Crianças e Jovens em situação de perigo	Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência	1	15	12	80,0%

Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

Os dados sugerem uma análise mais detalhada e um debate em torno dos seguintes fatores crítico:

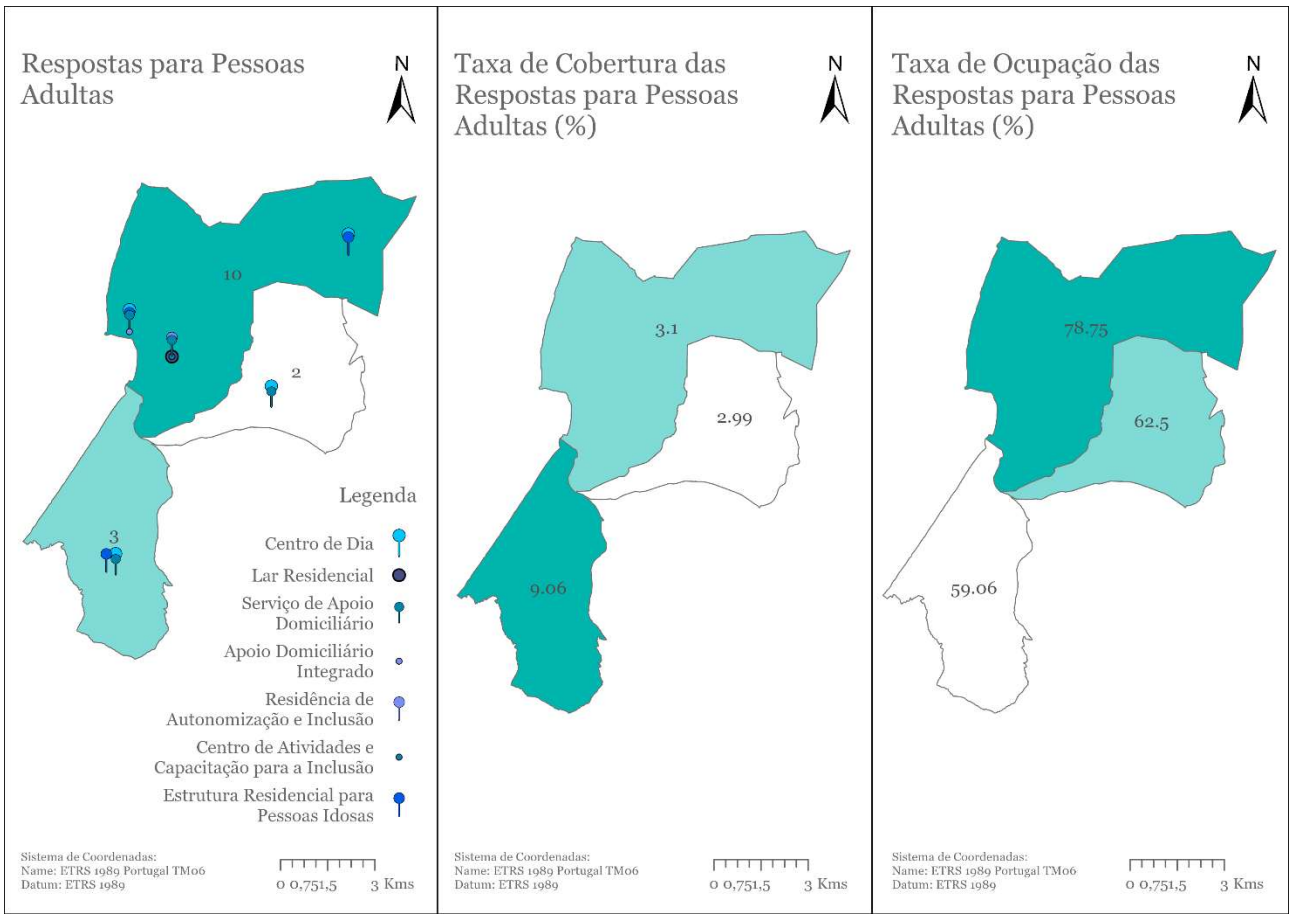
- Creche: procura persistente e próxima do limite, recomenda-se um reforço seletivo de lugares e melhor distribuição territorial.
- Pré-escolar: utilização estável com margem de gestão, o que pode carecer de um ajustamento de turmas/horários e articular transições com creche.
- CATL: subutilização, recomenda-se uma análise mais aprofundada dos dados e se necessário reconfigurar modelo.
- Acolhimento de emergência: presença com uso elevado para a tipologia, sugere-se a monitorização contínua e forte articulação com CPCJ/ISS.
- Território: déficit relativo na freguesia da Nazaré, pressão em Famalicão e capacidade disponível em Valado dos Frades melhoria da coordenação inter-freguesias para equilibrar acesso.

Prioridades operacionais: (i) reforçar creche onde a pressão é crítica; (ii) otimizar pré-escolar com gestão de capacidade; (iii) reconfigurar CATL para aumentar adesão; (iv) coordenação inter-freguesias para equilibrar acesso e ajustar a oferta às dinâmicas locais.

Respostas para Pessoas Adultas

A rede concelhia de Pessoas Adultas na Nazaré reúne 15 respostas (Figura 23), com 472 lugares e 335 utentes (ocupação média 71,0%; cobertura 3,7% face a 12 606 residentes 18+). A oferta é fortemente concentrada na freguesia da Nazaré (10 respostas), que apresenta ocupação acima da média (78,8%) mas cobertura baixa (3,1%) devido à maior população residente. Famalicão tem a maior cobertura (9,1%) com ocupação abaixo da média (59,1%), indiciando capacidade disponível e/ou barreiras de acesso. Valado dos Frades regista cobertura baixa (3,0%) e ocupação moderada (62,5%), sugerindo necessidade de otimização antes de ampliar capacidade.

Figura 29. Respostas para Pessoas Adultas no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia



Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025 e INE, 2025.

O cruzamento dos três mapas aponta prioridades distintas para a rede concelhia de respostas dirigidas a pessoas adultas:

- Reforço seletivo na Nazaré: ocupação elevada com cobertura baixa, ou seja, aumentar lugares/valências ou reconfigurar a oferta em função da procura efetiva;
- Otimização em Famalicão: cobertura alta com lugares vagos, melhorar acesso e reforçar articulação com outras áreas;
- Ajuste em Valado dos Frades: cobertura e ocupação baixas/moderadas, dinamizar a procura (proximidade, comunicação, encaminhamentos) e avaliar micro-reforços dirigidos a perfis com lista de espera comprovada;

O perfil da rede de respostas sociais para pessoas adultas na Nazaré evidencia assimetria territorial: na freguesia da Nazaré verifica-se pressão de utilização com cobertura relativa baixa; em Famalicão a cobertura é mais elevada, mas persiste capacidade disponível; e em Valado dos Frades ambas se mantêm em níveis moderados/baixos. O planeamento estratégico deve, por isso, combinar reforço seletivo na Nazaré, otimização do acesso em Famalicão e dinamização/ajuste em Valado dos Frades, assegurando coordenação inter-freguesias para equilibrar a utilização, promover equidade no acesso e consolidar uma rede mais sustentável e ajustada às necessidades da população adulta.

O Quadro 26 confirma que o apoio a pessoas idosas estrutura a rede concelhia de Pessoas Adultas na Nazaré, mas com perfis de utilização muito distintos por tipologia. As ERPI (3 respostas) operam em pressão elevada (96,4%), evidenciando procura persistente por soluções residenciais. Em contraste, as respostas comunitárias para idosos apresentam subutilização relativa: Centro de Dia (48,0%) e SAD (55,6%), sugerindo barreiras de acesso (horários, transporte, elegibilidade, copagamentos) e/ou desalinhamento com preferências das famílias.

No eixo de pessoas adultas com deficiência, todas as respostas apresentam ocupação plena (100%) — SAD, CACI, Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão — revelando escala reduzida e capacidade saturada, com risco de listas de espera e necessidade de reforço ou de soluções complementares (transição para a vida independente, empregabilidade apoiada, respostas residenciais diferenciadas). Já o ADI (pessoas em situação de dependência) regista 85,7%, indicando boa utilização com alguma margem de ajustamento operacional.

Em síntese, a Nazaré combina pressão em ERPI, margem de otimização nas respostas comunitárias para idosos e saturação nas respostas para deficiência. Prioridades: (i) reforçar alternativas à institucionalização articuladas com saúde e transporte social; (ii) avaliar expansão seletiva de capacidade em deficiência e, caso comprovadas listas de espera, em ERPI; (iii) melhorar referenciação e coordenação interserviços para elevar a adesão às respostas comunitárias. Assinala-se ainda a ausência não evidenciada de Centros de Noite e de Acolhimento Familiar para idosos, o que limita a flexibilidade do portefólio concelhio.

Quadro 26. Respostas para Pessoas Adultas no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação

Categoria	Tipologia	Nº de respostas	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação
Pessoas Idosas	Serviço de Apoio Domiciliário	3	178	99	55,6%
	Centro de Dia	4	100	48	48,0%
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	3	110	106	96,4%
Pessoas adultas com deficiência	Serviço de Apoio Domiciliário	1	30	30	100,0%
	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	1	15	15	100,0%
	Lar Residencial	1	20	20	100,0%
	Residência de Autonomização e Inclusão	1	5	5	100,0%
Pessoas em situação de dependência	Apoio Domiciliário Integrado - ADI	1	14	12	85,7%

Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

Os dados sugerem uma análise cuidada e um debate em torno dos seguintes fatores críticos:

- ERPI: 96,4% de ocupação (3 respostas). Funcionam praticamente em lotação plena, confirmando procura elevada e estável.
- Respostas comunitárias para idosos (SAD e Centros de Dia): 55,6% e 48,0% de ocupação, respetivamente, com indícios de subutilização.
- Deficiência: Ocupação plena (100%) em SAD, CACI, Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão → escala reduzida e saturação; considerar incrementos seletivos e trajetórias de vida independente e empregabilidade apoiada.
- Apoio Domiciliário Integrado (dependência): 85,7% de ocupação; boa utilização com margem operacional (e.g., alargamento de horários/territórios).

- Lacunas a colmatar: ausência de Centros de Noite e Acolhimento Familiar para idosos; necessidades de mobilidade adaptada e respostas para sem-abrigo exigem planeamento dedicado e parcerias supraconcelhias.

A Nazaré apresenta pressão nas ERPI, saturação nas respostas de deficiência e subutilização nas respostas comunitárias para idosos. O caminho passa por reforçar seletivamente a capacidade residencial onde comprovado, mas sobretudo por qualificar e potenciar a proximidade (SAD/ADI e Centros de Dia), com integração funcional com saúde e mobilidade local.

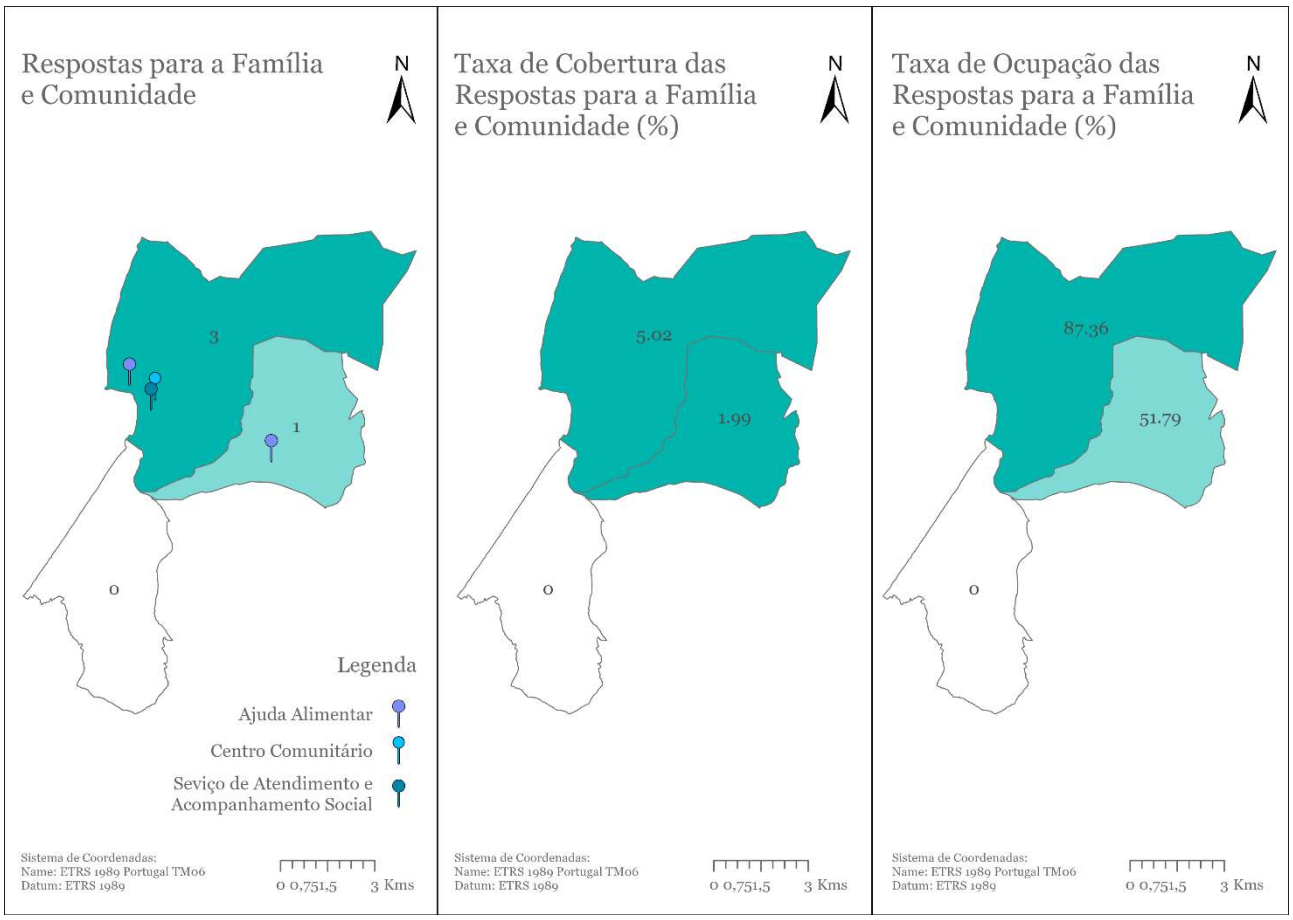
Respostas para Família e Comunidade

A rede concelhia de Família e Comunidade na Nazaré é de pequena escala e moderadamente concentrada: existem 4 respostas, distribuídas pela freguesia da Nazaré (3) e Valado dos Frades (1), sem oferta em Famalicão.

A capacidade total é de 578 lugares, com 485 utentes, resultando numa taxa média de ocupação de 83,9% e taxa de cobertura de 3,9% face à população residente. A freguesia da Nazaré concentra a maior parte da oferta (522 lugares; 456 utentes), com ocupação elevada (87,4%) e cobertura ainda reduzida (5,0%), o que sugere pressão relativa e necessidade de reforço seletivo ou expansão programática. Valado dos Frades apresenta menor escala (56 lugares; 29 utentes), com ocupação moderada (51,8%) e cobertura baixa (2,0%), apontando para margem de otimização (acesso, referenciação, articulação com serviços locais).

A ausência de respostas em Famalicão evidencia um vazio territorial que limita a proximidade do apoio às famílias. Em síntese, impõe-se um planeamento seletivo: reforçar/ajustar a oferta na Nazaré onde a procura é mais intensa, dinamizar a adesão em Valado e estudar a implantação de serviços em Famalicão, articulando soluções inter-freguesias para garantir equidade no acesso e maior adequação às necessidades comunitárias.

Figura 30. Respostas para Família e Comunidade no concelho da Nazaré: localização da oferta, taxa de cobertura e taxa de ocupação por freguesia



Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025 e INE, 2025.

O cruzamento dos três mapas aponta prioridades distintas:

- Reforço seletivo na freguesia da Nazaré, onde se concentram 3 das 4 respostas: ocupação elevada (87,4%) com cobertura ainda reduzida (5,0%) sugere expansão ajustada e qualificação programática.
- Cobertura do vazio territorial em Famalicão, atualmente sem qualquer resposta, através de pontos de atendimento descentralizados e articulação com serviços concelhios/supraconcelhios.
- Otimização em Valado dos Frades, com ocupação moderada (51,8%) e cobertura baixa (2,0%): melhorar acessibilidade (horários, transportes, referenciação) e dinamizar a adesão antes de crescer em capacidade.

No concelho da Nazaré, a área de Família e Comunidade apresenta 4 respostas distribuídas por três tipologias (Quadro 27): Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS (1 resposta), Centro Comunitário (1) e Ajuda Alimentar (2). O Centro Comunitário regista 221 lugares/221 utentes (100%), sinal de utilização plena e procura estabilizada. A Ajuda Alimentar disponibiliza 357 lugares e acompanha 264 utentes (73,9%), evidenciando uso elevado com alguma margem operacional. Em conjunto, estas valências correspondem a 578 lugares e 485 utentes (83,9% de

ocupação), com concentração territorial na freguesia da Nazaré (3 respostas) e presença residual em Valado dos Frades (1), mantendo-se Famalicão sem oferta.

Importa referir que ao nível alimentar existente no concelho dois mecanismos distintos: por um lado, o Programa de Emergência Social (Valado dos Frades e Famalicão), e por outro lado o Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados, operacionalizado mediante a distribuição direta de géneros alimentares ou através da atribuição de um cartão social eletrónico, sendo que esta respostas não se encontram tipificadas como Respostas Sociais para Família e Comunidade, mas sim como outras atividades.

De acordo com os dados da Carta Social (GEP, 2025), o SAAS surge registado sem dados de capacidade e de utentes na plataforma (dados atualizados em 28/01/2025[6]), o que não permite aferir a sua taxa de ocupação, embora seja reconhecido como resposta central no acompanhamento de situações de vulnerabilidade social.

Em suma, a rede possui núcleo comunitário funcional, mas escala limitada e assimetria territorial. Prioridades imediatas: (i) consolidar/expandir a resposta na freguesia da Nazaré (tendo em conta a ocupação plena do Centro Comunitário); e (ii) formalizar métricas do SAAS (atendimentos, processos ativos) para suportar planeamento, promovendo equidade territorial e continuidade do apoio às famílias.

De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré de 28/04/2026, existem no concelho respostas alimentares que, embora não se encontrem tipificadas na Carta Social como respostas sociais para Família e Comunidade, assumem relevância no apoio à população em situação de vulnerabilidade. Destacam-se o POAMC, assegurado pela Confraria de Nossa Senhora da Nazaré e pelo Centro Social de Valado dos Frades, a Cantina Social dinamizada pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão e o Banco Alimentar, através da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré.

De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré de 28/04/2026, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social iniciou atividade em 2023, no seguimento da transferência de competências no domínio da Ação Social. À data de abril de 2026, encontram-se ativos 281 processos familiares SAAS/RSI, correspondendo a 556 beneficiários, dos quais 417 de nacionalidade portuguesa e 139 de outras nacionalidades. Face à ausência de serviços de proximidade, foi ainda implementado atendimento descentralizado do SAAS nas freguesias de Famalicão e Valado dos Frades.

Quadro 27. Respostas para Família e Comunidade no concelho da Nazaré: tipologias, número de respostas, capacidade e taxa de ocupação

Categoria	Tipologia	Nº de respostas	Capacidade	Utentes	Taxa de Ocupação
Família e comunidade em geral	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	1			
	Centro Comunitário	1	221	221	100,0%
	Ajuda Alimentar	2	357	264	73,9%

Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

Os dados sugerem uma análise mais detalhada e um debate em torno dos seguintes fatores críticos:

[6] https://www.cartasocial.pt/resultados-da-pesquisa?p_p_id=SocialLetterPortlet_WAR_cartasocialportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&_SocialLetterPortlet_WAR_cartasocialportlet_facesViewIdRender=%2Fviews%2FsocialLetter%2Flist%2Fview%2Fequipment%2Fequipment_detail.xhtml&_SocialLetterPortlet_WAR_cartasocialportlet_idEquipment=38466

- Reforço seletivo na freguesia da Nazaré: concentra 3/4 das respostas, com 87,4% de ocupação e cobertura de 5,0%; importa expandir/qualificar a oferta onde a procura é mais intensa.
- Vazio territorial em Famalicão: ausência de respostas; criar pontos de atendimento descentralizados e articular com serviços concelhios/supraconcelhios.
- Valado dos Frades com margem de otimização: 51,8% de ocupação e 2,0% de cobertura; melhorar acesso (horários, transportes, referenciação) antes de crescer em capacidade.
- Centro Comunitário com 100% de ocupação: reforçar recursos humanos, horários e extensão territorial (pólos/satélites).
- Ajuda Alimentar com 73,9% de ocupação: estabilizar financiamento e diversificar modalidades (cabazes, vales, protocolos com comércio local) para maior adaptabilidade.
- SAAS sem métricas formais de capacidade/utentes: normalizar indicadores (atendimentos, processos ativos, tempos de espera) e reforçar equipa onde evidenciado.
- Lacunas tipológicas: ausência de respostas como apoio à vida, alojamento temporário, estruturas para violência doméstica, comportamentos aditivos e saúde mental comunitária; justificar parcerias e equipas móveis.

De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré de 28/04/2026, desde março de 2003 encontra-se em funcionamento uma resposta de Consulta e Tratamento dirigida a pessoas com comportamentos aditivos e dependências residentes no concelho, inicialmente orientada para situações de toxicodependência e atualmente alargada a outras dependências.

Em síntese, a rede é pequena e concentrada, a cobertura concelhia é baixa (3,9%) existindo assimetrias entre freguesias. Prioridades: reforçar onde há pressão (Nazaré), implantar serviços em Famalicão e otimizar Valado, diversificando tipologias para garantir equidade territorial e resiliência da proteção social de base comunitária.

Respostas inexistentes na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

O levantamento confirma uma rede de respostas centrada nas tipologias mais clássicas creche, educação pré-escolar, ERPI, SAD e Centros de Dia — com alguma diversificação (ex.: CATL, Casa de Acolhimento para Situações de Emergência, CACI/Lar/Residência de Autonomização para deficiência e ADI). Persistem, porém, lacunas tipológicas relevantes que fragilizam a continuidade dos cuidados e a resposta a situações emergentes (Quadro 28).

Infância e Juventude

- Creche Familiar/Ama: inexistente, limitando soluções de pequena escala e proximidade, sobretudo onde a creche não chega; seria complementar da rede de creches em territórios com procura superior à oferta.
- Intervenção Precoce na Infância: inexistente, reduzindo a capacidade de deteção e resposta técnica atempada em casos de atraso de desenvolvimento e risco biopsicossocial.

- Crianças e jovens com deficiência: ausência de Lar de Apoio e de Transporte especializado, serviços críticos para articular escola, terapias e vida familiar, promovendo inclusão e aliviando a carga das famílias.
- Apoio familiar e parentalidade: inexistência de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, enfraquecendo a prevenção secundária e o trabalho estruturado com dinâmicas familiares complexas.
- Situações de perigo: inexistem Acolhimento Familiar, Casas de Acolhimento (incluindo unidade de promoção de autonomia) e Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens; esta lacuna fragiliza a resposta imediata no território e aumenta a dependência de vagas supraconcelhias.

Pessoas Adultas

- Idosos: inexistência de Centro de Noite, Centro de Convívio e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas, num contexto de ERPI com elevada ocupação. Estas respostas são chave para aliviar cuidadores, permitir estadias temporárias/noturnas e adiar institucionalização.
- Pessoas adultas com deficiência: ausência de CAARPD, Acolhimento Familiar, Transporte especializado e Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI/MAVI). Falta um continuum que assegure reabilitação, mobilidade e autonomia, articulando educação, emprego e vida familiar.
- Saúde mental: não existem Unidades de Vida (Protegida, Autónoma ou Apoiada) nem Fórum Sócio-Ocupacional, o que restringe reabilitação comunitária e reinserção; priorizar parcerias intermunicipais e equipas comunitárias de reabilitação psicossocial.
- Pessoas em situação de sem-abrigo: ausência de Equipa de Rua e de Atelier Ocupacional; urge uma rede intermunicipal com ponto único de contacto, acolhimento temporário e percursos de reintegração.

Família e Comunidade

- Respostas de base comunitária: existe um Centro Comunitário, mas estão ausentes Grupos de Auto-Ajuda, Centro de Férias e Lazer, Refeitório/Cantina Social, Centro de Apoio à Vida, Comunidade de Inserção e Centro de Alojamento Temporário. Falhas que reduzem o trabalho de proximidade, o apoio a vulnerabilidades e as soluções habitacionais transitórias.
- Pessoas com comportamentos aditivos: ausência de Equipa de Intervenção Direta e Apartamentos de Reinserção Social, enfraquecendo prevenção, tratamento e continuidade de cuidados.
- Pessoas vítimas de violência doméstica: não existem Estruturas de Atendimento nem Casas de Abrigo, criando dependência de respostas supraconcelhias e fragilizando a proteção imediata e a reintegração local.
- Outras respostas específicas: inexistência de Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças, Apoio em Regime Ambulatório, Imprensa Braille e Escola de Cães-Guia, reduzindo a adaptabilidade e a inclusão de grupos com necessidades particulares.

Quadro 28. Listagem de respostas sociais inexistentes no concelho da Nazaré

Eixos de Intervenção	Categoria	Tipologia
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Ama / Ama (Creche Familiar)
	Crianças e Jovens com deficiência	Intervenção Precoce na Infância[7] Lar de Apoio (deficiência) Transporte de Pessoas com Deficiência
	Crianças e Jovens em situação de perigo	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens Acolhimento Familiar Casa de Acolhimento[8] Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens Atividades Socioeducativas
Pessoas Adultas	Pessoas Idosas	Centro de Convívio Centro de Noite Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
	Pessoas adultas com deficiência	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD) Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência Transporte de Pessoas com Deficiência Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI) no âmbito do MAVI
	Pessoas em situação de dependência	Serviço de Apoio Domiciliário[9] Unidade de Apoio Integrado – UAI
	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Fórum Sócio-Ocupacional Unidade de Vida Protegida Unidade de Vida Autónoma Unidade de Vida Apoiada
	Pessoas em situação de sem abrigo	Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo Atelier Ocupacional
Família e Comunidade	Família e comunidade em geral	Grupo de Auto-Ajuda Centro de Férias e Lazer Refeitório/Cantina Social[10] Centro de Apoio à Vida Comunidade de Inserção Centro de Alojamento Temporário
	Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial Serviço de Apoio Domiciliário Residência para Pessoas com VIH/SIDA
	Pessoas com Comportamentos Aditivos	Equipa de Intervenção Direta Apartamento de Reinserção Social
	Pessoas vítimas de violência doméstica	Estrutura de Atendimento Casa de Abrigo
	Outras respostas específicas	Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças Apoio em Regime Ambulatório Imprensa Braille Escola de Cães-Guia

Fonte: Carta Social GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2025.

[7] De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré, a resposta de Intervenção Precoce na Infância é assegurada pela ELI, cuja equipa intervém nos concelhos de Alcobaça e Nazaré.
[8] De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré, existe, desde 2002/2003, uma resposta de Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Perigo, assegurada pela Confraria de Nossa Senhora da Nazaré.
[9] De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré, existe resposta de Serviço de Apoio Domiciliário nas três freguesias do concelho, assegurada pela Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão, pelo Centro Social de Valado dos Frades e pela CERCINA.
[10] De acordo com informação complementar remetida pelo Município da Nazaré, o Centro Social da Freguesia de Famalicão assegura a resposta de Cantina Social no concelho.

Apesar de a Nazaré assegurar as tipologias "clássicas" — creche, pré-escolar, ERPI, SAD e Centros de Dia — e já apresentar alguma diversificação (CATL, Casa de Acolhimento para Situações de Emergência, CACI, Lar Residencial, Residência de Autonomização e Inclusão, ADI, Centro Comunitário, Ajuda Alimentar e SAAS), persistem lacunas que fragilizam a continuidade dos cuidados e a resposta a situações emergentes.

No eixo de Infância e Juventude faltam Ama/Creche Familiar, Intervenção Precoce, Lar de Apoio e Transporte especializado para crianças/jovens com deficiência, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e, em proteção, Acolhimento Familiar, Casas de Acolhimento (com unidade de promoção de autonomia) e Equipas de Rua.

Entre as Pessoas Adultas, sobressaem ausências em várias frentes: Centro de Noite e Acolhimento Familiar para idosos; CAARPD, Acolhimento Familiar, Transporte especializado e SAVI/MAVI para deficiência; UAI para dependência; Unidades de Vida (Protegida, Autónoma, Apoiada) e Fórum Sócio-Ocupacional em saúde mental; e, para situações de sem-abrigo, Equipa de Rua e Atelier Ocupacional.

No domínio de Família e Comunidade, apesar do Centro Comunitário, SAAS e Ajuda Alimentar, faltam Grupos de Auto-Ajuda, Centro de Férias e Lazer, Refeitório/Cantina Social, Centro de Apoio à Vida, Comunidade de Inserção, Centro de Alojamento Temporário; respostas para comportamentos aditivos (equipa de intervenção direta e apartamentos de reinserção); e dispositivos para violência doméstica (estrutura de atendimento e casa de abrigo).

Em síntese, a rede mantém cobertura nos pilares básicos, mas é pouco diversificada em áreas críticas; recomenda-se planeamento estratégico, reforço tipológico e parcerias supraconcelhias para assegurar maior equidade territorial e capacidade de resposta a necessidades sociais complexas.

Necessidades das Instituições

No âmbito do diagnóstico da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais da Nazaré, procedeu-se à auscultação direta das entidades com respostas sociais em funcionamento, com o objetivo de identificar necessidades sentidas ao nível do funcionamento quotidiano e da sustentabilidade da intervenção. A recolha de informação incidiu sobre quatro dimensões centrais:

- Necessidades de reforço dos recursos humanos;
- Estado das infraestruturas e equipamentos sociais;
- Tempo médio de espera por resposta social;
- Carências identificadas nas respostas e serviços prestados.

Esta abordagem permite incorporar a perspetiva dos próprios operadores da rede, valorizando o conhecimento situado das instituições e contribuindo para uma leitura mais fina das fragilidades operacionais e dos desafios estruturais que condicionam a qualidade e a continuidade da intervenção social no concelho.

As necessidades de reforço de recursos humanos concentram-se no Centro Social da Freguesia de Famalicão, que reporta dificuldade de recrutamento em dois perfis críticos: ajudantes de ação direta para cuidados a pessoas idosas e educadores(as) de infância para as respostas de creche/pré-

escolar. Não foi indicada quantificação, pelo que o reforço deverá priorizar estes perfis em regime ajustado aos horários/turnos das valências. O IEFP não é aplicável nesta análise e o Centro Social de Valado dos Frades não identificou necessidades de reforço.

No eixo das **infraestruturas** e equipamentos sociais, o IEFP é não aplicável. O Centro Social da Freguesia de Famalicão reporta instalações com 11 anos, em bom estado de conservação, e encontra-se em fase final de investimento estrutural, prevendo a conclusão da nova Estrutura Residencial para Pessoas Idosas em agosto de 2026, o que consolidará a resposta local em cuidados continuados e de longa duração. Já o Centro Social de Valado dos Frades, pela antiguidade e dimensão do complexo, enfrenta dificuldades de requalificação física e de renovação do parque automóvel afeto ao apoio domiciliário e ao transporte de utentes; o aumento da dependência dos idosos torna prioritária a aquisição de uma carrinha adaptada, articulada com um plano faseado de obras de melhoria (acessibilidades, eficiência energética e adequação funcional dos espaços). Em síntese, o parque edificado apresenta um núcleo recente e funcional em Famalicão, com expansão em curso, e um polo mais antigo em Valado dos Frades que carece de investimento dirigido à modernização das infraestruturas e à mobilidade assistida, condição essencial para assegurar segurança, qualidade e proximidade nos cuidados.

No domínio dos **tempos de espera**, o IEFP é não aplicável. No Centro Social da Freguesia de Famalicão, registam-se prazos muito curtos nas respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (cerca de 5 dias em ambos os casos), enquanto a Cantina Social assegura atendimento imediato. A Creche constitui a exceção: devido à forte procura no início do ano letivo, a capacidade esgota com frequência e, quando a necessidade surge posteriormente, as famílias podem aguardar entre 6 e 12 meses, até ao arranque do ano letivo seguinte. No Centro Social de Valado dos Frades, a Creche apresenta uma lista de espera extensa, com um tempo médio que pode exceder um ano letivo; a instituição assinala intenção de alargar a resposta, aproveitando espaços disponíveis. Em síntese, os tempos de resposta são adequados nas valências de proximidade (Centro de Dia, SAD, Cantina), mas prolongados na Creche, confirmando a necessidade de reforço seletivo de capacidade e de gestão fina de admissões (calendário, critérios e substituições) para reduzir a espera das famílias com crianças em idade de creche.

As **carências identificadas** nas respostas sociais da Nazaré distribuem-se por três planos. No plano formativo/empregabilidade, o IEFP assinala a falta de infraestruturas próprias no concelho para desenvolver ações de formação dirigidas a adultos, apesar da existência do Pólo FOR-MAR e de oferta privada. Esta limitação condiciona a resposta em áreas com escassez de mão de obra qualificada, como a hotelaria, num contexto em que o desemprego (326 inscritos a 30.09.2025) não é elevado, mas requer requalificação e *upskilling* ajustados ao mercado. No plano socioassistencial, o Centro Social da Freguesia de Famalicão evidencia a necessidade de flexibilização regulatória por parte da Segurança Social para permitir complementaridade SAD–Centro de Dia, bem como revisão de rácios de recursos humanos e reforço técnico, medidas que deverão ser acompanhadas por ajuste das comparticipações para garantir sustentabilidade face ao aumento da dependência dos idosos e da complexidade dos cuidados. No plano infraestrutural, o Centro Social de Valado dos Frades aponta prioridades de requalificação energética e funcional — substituição de caldeiras por equipamentos mais eficientes/sustentáveis e renovação de mobiliário — indispensáveis para segurança, conforto e redução de custos operacionais. Em conjunto, estas necessidades recomendam: (i) reforço de capacidade formativa local em setores críticos; (ii) adaptação de normas e financiamento às novas exigências dos cuidados de longa duração; e (iii) investimento em

eficiência energética e equipamentos para modernizar a rede e libertar recursos para a intervenção social direta.

Outras Iniciativas de Base Local

No concelho da Nazaré, a dinâmica de apoio social, educativo, comunitário e de promoção do bem-estar é também reforçada por um conjunto diversificado de iniciativas de base local, desenvolvidas por entidades públicas, autárquicas, educativas, sociais e de segurança, em estreita articulação com os recursos existentes no território. Estas respostas complementam a rede formal de equipamentos e serviços, na medida em que alargam os domínios de intervenção a áreas como a proteção de crianças e jovens, a juventude, o emprego e a formação, a justiça, a educação, os comportamentos aditivos e dependências, o envelhecimento ativo, a segurança, a intervenção precoce, o apoio à família e a participação cívica. Neste quadro, evidenciam-se práticas que contribuem para uma atuação de proximidade, integrada e orientada para as necessidades da população, fortalecendo a coesão social local e a capacidade de resposta do concelho perante diferentes situações de vulnerabilidade e de desenvolvimento comunitário.

AEN - Agrupamento de Escolas da Nazaré

O Agrupamento de Escolas da Nazaré, agrupa todas as escolas da rede pública do concelho, têm um total de 1652 alunos (Pré-escolar - 225; 1º ciclo - 548; 2º ciclo- 253; 3º ciclo - 431 e Ensino Secundário - 216 alunos) - dados relativos ao ano letivo de 2023/2024, divididos por três Centros Escolares (Pré-escolar e 1º ciclo), o Jardim de Infância Bairro dos Pescadores e a escola sede do Agrupamento onde são lecionados os segundo e terceiro ciclos e ensino secundário.

Disponibiliza diversos clubes temáticos e atividades de desporto escolar destinados aos alunos.

- Clube de Ciências
- Clube dos Lavores- “Linhas e Pontos”
- Clube de Artes Performativas
- Clube de Informática e Robótica
- Clube de Ciência Viva
- Clube de Música
- Clube de Educação Financeira
- Clube de Escrita Criativa
- Programa Eco-Escolas
- Programa ERASMUS
- Projeto *Mindfulness*- “Mind Up”
- Projeto de Educação e Promoção para a Saúde (PES)
- Projeto de mentorias Académicas Entre Pares
- Desporto Escolar

Área: Educação

Entidade Promotora: Agrupamento de Escolas da Nazaré

ATL Criatividade

Área: Educação

O ATL Criatividade Nazaré é um programa de atividades de tempos livres para crianças do 1.º ciclo do concelho, que visa desenvolver as suas competências através de atividades lúdicas e pedagógicas, como oficinas, jogos, desporto e passeios. O programa "CriAtividade", implementado pelo Município da Nazaré, adapta-se às diferentes épocas de férias escolares, proporcionando uma ocupação criativa e formativa para as crianças

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré e Agrupamento de Escolas da Nazaré.

Bolsas de Estudo para Ensino Superior

Área: Juventude

Apoiar o ingresso e o prosseguimento dos estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições económicas, têm dificuldades em continuar os estudos no ensino superior; e colaborar na formação de quadros técnicos superiores, contribuindo para melhoria da qualificação profissional da população, promovendo um maior desenvolvimento social, económico e cultural são as outras finalidades do apoio.

Estes apoios, com o valor unitário de mil euros, têm como objetivo minimizar o esforço de muitas famílias e conferir uma maior estabilidade psicoemocional ao estudante, de modo que possa prosseguir o seu percurso académico, numa perspetiva responsável.

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré – Gabinete de Educação

CLDS 5G "Nazaré Por Tod@s, Com Tod@s" - Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 5@ Geração

Área: Família e Comunidade

O CLDS "Nazaré Por Tod@s, Com Tod@s" desenvolve-se em torno do eixo de intervenção 4, enquadrando-se numa estratégia de proximidade orientada para a promoção da inclusão social, o combate à pobreza e o reforço de uma comunidade mais coesa, solidária, informada e participativa. No âmbito da sua intervenção, integra medidas dirigidas à resposta a necessidades concretas identificadas no território, designadamente a disponibilização de casa de banho e cozinha comunitária. Inclui igualmente uma Equipa de Rua, criada no quadro do Plano de Ação em resposta à necessidade sentida ao nível local, com funções de sinalização, aproximação e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo ou em contexto de elevada vulnerabilidade social.

Entidade Promotora: Confraria Nossa Senhora da Nazaré

Clube Noz

Área: População Idosa

O "Clube Noz" é um espaço de aprendizagem, lazer e convívio para a comunidade sénior. Funciona como um "clube" onde os seniores podem participar em diversas atividades, e o projeto foi criado para promover o bem-estar e a integração dos idosos, sendo parte da estrutura do Centro Social.

Entidade Promotora: Centro Social da Freguesia de Famalicão

Conselho Municipal da Juventude

O Conselho Municipal de Juventude é o órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com a política de Juventude. As políticas de juventude devem ser positivas, proativas e geradoras de oportunidades procurando, assim, desenvolver uma Juventude ativa.
O Conselho Municipal de Juventude prossegue os seguintes fins:
a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas setoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social.
b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município;
e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
f) Promover iniciativas sobre juventude a nível local;
g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude;
h) Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação.

Área: Juventude

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré

CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Instituição oficial não judiciária que atua para promover os direitos das crianças e jovens e para prevenir ou resolver situações de perigo que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Área: Apoio Crianças e Jovens

Entidade Promotora: Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Dar Voz ao Idoso

O projecto Municipal desenvolve actividades estruturadas e adaptadas às necessidades de cada pessoa, com objectivos que incluem: prevenção e reabilitação de estados de demência; diagnóstico precoce de alterações cognitivas; fomento da participação activa e do convívio social; estímulo ao Dar Voz ao Idoso combate a solidão bem-estar físico e psicomotor; reforço da auto-estima e da autonomia funcional; dinamização de actividades para o bem-estar emocional; contribuição para a redução dos sintomas depressivos e do isolamento.

Área: População Idosa

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré

DGRSP- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

A DGRSP acompanha processos penais e tutelares prestando assessoria técnica aos tribunais, executando penas e medidas de reinserção social, e gerindo o sistema prisional. No âmbito dos processos, a DGRSP elabora relatórios sociais e avaliações psicológicas, e na fase de execução de medidas na comunidade, as suas Equipas de Reinserção Social supervisionam o cumprimento de obrigações e trabalham na reinserção social dos processos penais e tutelares educativos.

Área: Justiça

Entidade Promotora: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

ELI - Equipa de Intervenção Precoce Alcobaça-Nazaré

Uma equipa de intervenção precoce (ELI) é uma equipa multidisciplinar que apoia crianças dos 0 aos 6 anos e as suas famílias, atuando em colaboração entre os ministérios da Saúde, Educação e Segurança Social, sob o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Os seus objetivos incluem identificar necessidades, elaborar planos de intervenção, e fornecer apoio para melhorar o desenvolvimento da criança e fortalecer as competências parentais.

Área: Infância / Saúde/ Ação Social

Entidade Promotora: Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça

Equipa Comunitária de Saúde Mental para a População Adulta

Constitui-se numa resposta especializada de proximidade na área da saúde mental, orientada para o acompanhamento de pessoas adultas com necessidades de apoio psicológico e psiquiátrico, com particular atenção às situações de maior complexidade. Inserida numa lógica de cuidados de base comunitária, privilegia a articulação com os cuidados de saúde primários e com os recursos existentes no território, promovendo intervenções ajustadas ao contexto de vida das pessoas e favorecendo a sua integração na comunidade. Esta abordagem procura reforçar a acessibilidade e a continuidade dos cuidados, valorizando uma atuação menos centrada no hospital e mais orientada para a proximidade, para o acompanhamento continuado e para o envolvimento da família e dos parceiros locais sempre que adequado.

Área: Saúde Mental

Entidade Promotora: Centro Hospitalar do Oeste

Escola Segura - PSP

O Programa Escola Segura é uma iniciativa conjunta da administração interna e da educação que visa garantir a segurança da comunidade escolar, tanto no interior das escolas quanto nos trajetos de casa para a escola. Para isso, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) atuam através da presença policial, de campanhas de sensibilização e de operações temáticas que abordam temas como bullying, ciberbullying, violência rodoviária, e o uso seguro da internet.

Área: Forças de Segurança

Entidade Promotora: Polícia de Segurança Pública

ICAD- Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependência, I.P.

O Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD, I.P.) é o organismo central para esta área, que tem por missão prevenir e reduzir os comportamentos aditivos e as dependências, assegurar o tratamento, a redução de riscos e a minimização de danos, a reinserção social, bem como fomentar a capacitação e formação diferenciada, a investigação e a inovação nesses domínios.

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes da Nazaré assegura o acompanhamento de pessoas com problemáticas associadas ao consumo de substâncias psicoativas, ao consumo de álcool e a outras formas de adição, incluindo situações que envolvem população jovem. A sua intervenção é desenvolvida por uma equipa multidisciplinar, integrando profissionais das áreas da enfermagem, medicina, psiquiatria, serviço social e apoio administrativo, o que permite uma resposta articulada nas vertentes clínica, psicossocial e de acompanhamento. O funcionamento do centro encontra-se organizado de forma regular ao longo da semana, garantindo atendimento de proximidade e a prestação de cuidados ajustados às necessidades das pessoas acompanhadas.

Centros de Responsabilidade Integrados das Caldas da Rainha com consulta na Nazaré.

Área: Comportamento aditivos e Dependências

Entidade Promotora: Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P.

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

O IEFP dispõe de uma rede de estruturas de apoio ao emprego - os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) - promovidos por entidades externas credenciadas, que apoiam a integração no mercado de trabalho de quem procura emprego, em estreita cooperação com os serviços de emprego.

Área: Emprego e Formação

Entidade Promotora: Instituto de Emprego e Formação Profissional; Cooperativa de Ensino, Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré

IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude

O IPDJ é o Instituto Português do Desporto e Juventude, uma entidade pública responsável pela execução da política de desporto e juventude em Portugal, com autonomia administrativa e financeira. As suas funções incluem a emissão do Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD), a implementação de programas nacionais como o "Desporto para Todos" e o apoio a iniciativas de cidadania jovem, como a "Educação para o Desenvolvimento".

No concelho da Nazaré vem desenvolvendo em parceria com as entidades locais diversos projetos de voluntariado.

Área: Juventude e Desporto

Entidade Promotora: Instituto do Emprego e Formação Profisional ; Câmara Municipal da Nazaré, Cooperativa de Ensino, Reabilitação, Capacitação e Inslusão da Nzaré , C.R.L.; Centro Social da Freguesia de Famalicão

Orçamento Participativo Jovem

O OPJ é uma iniciativa da Junta de Freguesia de Nazaré, com o objetivo de promover a participação cívica dos jovens na elaboração do orçamento da freguesia, estreitando a ligação entre a autarquia e os jovens e, com isso, reforçar os mecanismos que permitam adequar as políticas públicas da freguesia às reais necessidades da juventude.
O OPJ é um processo de cariz consultivo e em que os jovens são consultados para apresentar propostas de investimento na freguesia, dentro dos limites predefinidos e disponíveis para o efeito, a nível individual ou em grupo.
No âmbito deliberativo, os jovens votam os projetos que resultam das propostas apresentadas.
Cabe à Junta de Freguesia de Nazaré definir, anualmente, a verba do Orçamento da Freguesia a atribuir ao OPJ.

Área: Juventude

Entidade Promotora: Junta de Freguesia da Nazaré

Programa Apoio 65 - GNR

O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança é uma iniciativa da GNR (e também da PSP) que visa garantir a segurança e o bem-estar de pessoas idosas, principalmente as que vivem isoladas. Este programa é desenvolvido através de policiamento de proximidade, com ações como visitas domiciliárias, aconselhamento de segurança, sensibilização para evitar fraudes e roubos, e reforço do policiamento em locais frequentados por idosos. O objetivo é reforçar o sentimento de segurança desta população mais vulnerável e identificar as suas necessidades sociais.

Área: Forças de Segurança

Entidade Promotora: Guarda Nacional República

Regulamento Municipal de Apoio à Família

O Regulamento Municipal de Apoio à Família da Nazaré é um conjunto de regras e medidas de apoio a famílias do concelho, com o objetivo de promover o bem-estar e rejuvenescer a população, principalmente através do apoio à natalidade e da criação de medidas de apoio a família com vulnerabilidade socioeconómica . Entrou em vigor em 2024 e está dividido em três planos de intervenção, que incluem o apoio à natalidade, apoio à mobilidade, apoio à medicação, apoio económico de carácter excecional e apoio psicológico.

Área: Família e Comunidade

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré

Unidade de Saúde da Nazaré

Unidade de Saúde Familiar Global: assegura cuidados de saúde primários no âmbito da Medicina Geral e Familiar, orientados por princípios de proximidade, acessibilidade, continuidade e qualidade. A unidade desenvolve a sua atividade com base numa abordagem humanizada e integrada, procurando responder de forma ajustada às necessidades da população, das famílias e da comunidade, através de uma equipa multiprofissional.

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Nazaré – Polos de Valado dos Frades e Famalicão: através dos polos de Valado dos Frades e de Famalicão, assegura cuidados de saúde primários de proximidade, nomeadamente consultas de Medicina Geral e Familiar e cuidados de enfermagem. Estas unidades contribuem para reforçar a acessibilidade e a continuidade da resposta em saúde no concelho, através de um acompanhamento regular da população local.

Dentista / Higienista Oral: dentária funciona na sede do Centro de Saúde da Nazaré, com acesso mediante referenciação interna. As consultas decorrem em regime regular, assegurando cuidados de saúde oral à população, embora, no momento, a componente de higiene oral não se encontre em funcionamento.

Unidade de Saúde Pública – Polo da Nazaré: desenvolve atividades no âmbito da vigilância, promoção e proteção da saúde da população. A sua intervenção centra-se na saúde pública e na monitorização de aspetos relevantes para o bem-estar coletivo, contando com uma equipa técnica que assegura o seu funcionamento regular.

Unidade de Cuidados na Comunidade Alcobaça/Nazaré: assegura cuidados de proximidade, com enfoque na promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados domiciliários. Dirige a sua intervenção a indivíduos, famílias e grupos mais vulneráveis, através de uma resposta de natureza comunitária e de acompanhamento continuado.

Sala do Movimento: constitui-se um espaço vocacionado para a realização de intervenções na área da reabilitação. Atualmente, encontra-se afeta a outras valências de apoio especializado, sendo utilizada para sessões na área da saúde mental e terapia ocupacional, com acesso por referenciação interna.

Serviço de Assistência Social: assegura apoio social a utentes com necessidades associadas ao seu estado de saúde, integrando também a Equipa de Cuidados Integrados no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. A sua intervenção abrange a avaliação e acompanhamento social, a informação sobre direitos e recursos, o encaminhamento para respostas da comunidade e a articulação com diferentes serviços e entidades do território.

Área: População

Entidade Promotora: Unidade Local de Saúde da Nazaré e Câmara Municipal da Nazaré

Universidade Sénior da Nazaré

A Universidade Sénior da Nazaré é uma instituição de ensino dirigida para pessoas idosas, criada em 2008 através de uma parceria entre o Município da Nazaré, o Modelo e a Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS). O seu objetivo é proporcionar aos seniores atividades educativas, culturais e de convívio, com um programa que inclui, por exemplo, atividades de jardinagem, educação ambiental e intergeracionais, como a disciplina "Horta de Gerações".

Área: População Idosa

Entidade Promotora: Câmara Municipal da Nazaré

Diagnóstico das Necessidades Sociais

Os resultados abaixo apresentados decorrem diretamente do percurso metodológico descrito anteriormente, no qual o *focus group* e a sessão temática assumiram um papel central na validação e aprofundamento do diagnóstico social. Após a recolha documental e estatística, estes momentos participativos permitiram confrontar os dados preliminares com a experiência concreta dos atores territoriais, assegurando que a leitura do território integra tanto evidências formais como saberes locais.

Foi neste enquadramento que se desenvolveu o exercício coletivo de análise *SWOT*, dinamizado com representantes institucionais e membros da Rede Social. Os contributos recolhidos nesta sessão, validados posteriormente pelos interlocutores locais do município, constituem a base dos resultados que se apresentam de seguida, traduzindo uma interpretação partilhada das forças, fragilidades, oportunidades e ameaças que caracterizam o município da Nazaré.

Análise *SWOT* Multinível do Município da Nazaré: Território, Rede Institucional e Atores Sociais

Forças Estruturantes do Município da Nazaré

Com base na análise *SWOT* desenvolvida para o Município da Nazaré, na análise da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) e na auscultação dos Atores Sociais do concelho – com

destaque para os contributos recolhidos no *Focus Group* promovido no âmbito do CLAS – foi possível construir uma leitura integrada, descritiva, analítica e crítica das forças identificadas, organizadas segundo os três níveis de análise territorial: estrutural (municipal), organizacional (Rede Social) e operacional (atores sociais e técnicos).

Ao nível do **território concelhio**, a Nazaré evidencia forças significativas, estruturantes e com elevado potencial de desenvolvimento sustentável. Destaca-se, desde logo, a boa infraestrutura de transportes rodoviários e ferroviários, com acessos privilegiados através da A8 e do IC9, e ligação à linha ferroviária do Oeste. Esta malha viária constitui não apenas um ativo económico – ao facilitar o escoamento de produtos – como também um elemento fundamental na mobilidade quotidiana de residentes e visitantes. Num concelho onde o turismo tem um papel dominante, esta acessibilidade reforça a competitividade local, promovendo fluxos humanos, comerciais e culturais.

Simultaneamente, a Nazaré apresenta-se como um centro turístico consolidado, com forte densidade populacional urbana e um património natural de elevado valor simbólico e estético. As suas falésias, arribas e o mar – internacionalmente reconhecido pela famosa "onda da Nazaré" – conferem ao território uma notoriedade turística ímpar, cuja exploração equilibrada pode gerar receitas sustentadas e diversificar as bases económicas locais. Esta atratividade paisagística é, portanto, uma força não apenas económica, mas também identitária e cultural.

A estas dinâmicas soma-se um saldo migratório positivo, impulsionado por imigração extra-UE, que permite contrariar a tendência de envelhecimento e perda populacional natural que afeta muitos territórios do interior e litoral em declínio. A chegada de novos residentes, quando acompanhada de políticas de integração, representa uma renovação do tecido social, uma oportunidade de revitalização económica e um alargamento da base demográfica ativa. Trata-se de uma força estratégica para o futuro do concelho.

Importa ainda salientar, ao nível estratégico e político-institucional, a aprovação, por parte da Câmara Municipal da Nazaré, dos Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação e do Plano Municipal para a Integração de Migrantes. Estes instrumentos constituem uma força relevante do concelho, na medida em que traduzem um compromisso formal com a promoção da igualdade, da inclusão e da coesão social, reforçando a capacidade do território para responder de forma estruturada a desafios sociais contemporâneos. Acresce, neste âmbito, a gratuitidade do transporte público rodoviário local na Nazaré e da rede de autocarros da Rodoviária do Oeste com circulação nos municípios da OesteCIM para quem reside, estuda ou trabalha nestes concelhos, medida que representa um importante fator de promoção da mobilidade, de facilitação do acesso a serviços, emprego e educação, e de reforço da integração territorial e social. Para além de evidenciarem uma orientação estratégica alinhada com princípios de justiça social, equidade e valorização da diversidade, estes elementos criam enquadramento favorável para a definição de medidas concretas, para a articulação entre entidades e para o desenvolvimento de respostas mais integradas e sensíveis às características e necessidades da população residente.

Ao nível da **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** (RSES), a Nazaré dispõe de uma rede social marcada por diversidade, equilíbrio intersetorial e elevado índice de utilização dos equipamentos existentes. A elevada diversidade associativa e cultural, expressa nas 45 entidades do setor da economia social, revela um tecido institucional denso, capilar e enraizado, onde o associativismo cultural, desportivo e recreativo representa mais de um terço das respostas existentes. Esta

realidade traduz um ecossistema social vivo, com capacidade de mobilização comunitária e de intervenção territorial.

A governança intersetorial equilibrada da rede – com representantes dos setores público, privado e solidário,representa uma força sistémica. A partilha de responsabilidades entre múltiplos atores permite alocar recursos de forma complementar, reduzindo redundâncias e aumentando a resiliência da rede. Esta configuração institucional é particularmente vantajosa em contextos de escassez de recursos, pois favorece a eficiência e a inovação na criação de respostas.

A isto soma-se a alta taxa de ocupação em equipamentos essenciais, como creches (93,3%) e ERPI (96,4%), o que evidencia um bom alinhamento entre a oferta existente e as necessidades da população. Esta utilização plena confirma a relevância das respostas existentes e sinaliza um reconhecimento social da sua importância e qualidade.

No plano da ação direta e da interação quotidiana, os atores sociais da Nazaré demonstram competências e qualidades de atuação que se revelam forças distintivas. Uma das mais evidentes é a forte capacidade de colaboração institucional, assente em relações informais, horizontais e de confiança. Esta cooperação, mesmo sem estar totalmente estruturada em modelos formais, permite respostas ágeis a problemas complexos, especialmente em territórios de pequena escala como a Nazaré, onde a proximidade facilita redes eficazes.

Outra dimensão crítica prende-se com a proximidade entre técnicos e munícipes, uma característica que distingue a Nazaré de territórios mais urbanizados e massificados. Esta relação de proximidade permite leituras mais precisas da realidade social e favorece a construção de respostas ajustadas às necessidades identificadas. A centralidade do utente no processo de intervenção constitui, neste contexto, um princípio operativo estruturante, que reforça a adequação e a eficácia das respostas sociais.

Por fim, destaca-se o reconhecimento externo de boas práticas sociais desenvolvidas no concelho, com replicação noutros territórios. Este reconhecimento valida a qualidade da intervenção local, confere prestígio institucional às entidades envolvidas e abre portas à captação de financiamento externo e parcerias estratégicas. Trata-se de uma força simbólica e reputacional que pode ser mobilizada a favor da consolidação e expansão da intervenção social na Nazaré.

As forças identificadas nos três níveis – estrutural, organizacional e operacional – revelam um concelho com ativos relevantes, uma rede social coesa e atores técnicos comprometidos. No entanto, a eficácia plena destas forças depende da sua articulação estratégica. A infraestrutura não será suficiente se a rede social não conseguir absorver e integrar novos públicos (como os imigrantes), e a proximidade dos técnicos não terá impacto estrutural se não estiver apoiada em planeamento e financiamento adequado. Assim, o verdadeiro desafio reside em transformar estas forças em pilares estruturantes de um modelo de desenvolvimento social sustentável, coeso e inovador para a Nazaré.

Fragilidades Estruturais e Sociais da Nazaré

Com base nos conteúdos disponíveis, foi possível construir uma reflexão aprofundada, descritiva, analítica e crítica, sobre as fragilidades da Nazaré, observando-as de forma integrada a partir de três níveis distintos de análise: estrutural (município), organizacional (rede de serviços e equipamentos

sociais - RSES) e operacional (atores sociais e técnicos). Estas fragilidades, ao interligarem-se, comprometem não apenas a eficácia das políticas sociais, mas também a sustentabilidade demográfica, económica e comunitária do território.

O município da Nazaré enfrenta fragilidades **estruturais** significativas, de natureza demográfica, económica e territorial, que influenciam de forma transversal o desenvolvimento local. Uma das principais debilidades prende-se com o envelhecimento acentuado da população e a baixa taxa de renovação da população ativa. O índice de envelhecimento superior a 209 e a fraca capacidade de renovação (66,45) revelam um desequilíbrio demográfico grave, que compromete o futuro do concelho em várias dimensões: menor dinamismo económico, menor base de contribuintes e aumento das necessidades de cuidados e serviços dirigidos à população idosa.

Aliado a isto, destaca-se a elevada proporção de pessoas idosas a residir sozinhas no concelho, especialmente crítica na freguesia da Nazaré. Viver sozinho aumenta os riscos de isolamento social, solidão não desejada e vulnerabilidade em situações de emergência, particularmente entre pessoas com problemas de saúde, baixos rendimentos ou em contextos de exclusão. Esta realidade coloca uma pressão acrescida sobre os serviços de ação social, exigindo respostas mais próximas, proativas e articuladas, capazes de garantir acompanhamento regular e intervenções preventivas.

Outra fragilidade estrutural reside nas assimetrias territoriais e dificuldades de acessibilidade física, sobretudo visíveis na freguesia de Famalicão, onde os acessos são mais limitados e o relevo acidentado dificulta a mobilidade. Esta limitação territorial compromete o acesso equitativo a serviços públicos e sociais, e representa um desafio à coesão interna do município.

Por fim, a redução da taxa de atividade (43,79% em 2021) e o desemprego persistentemente elevado (8,01%) indicam um mercado de trabalho fragilizado e pouco atrativo, com reflexos negativos sobre a retenção de população jovem e qualificada, contribuindo para o ciclo de desertificação social e económica.

No plano organizacional, a **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** da Nazaré enfrenta limitações sérias em termos de estrutura institucional, eficiência da oferta e articulação com políticas públicas. A baixa formalização das entidades sociais – com apenas 2,2% com estatuto de IPSS – traduz uma fragilidade jurídica e institucional significativa. Esta realidade compromete o acesso a protocolos de cooperação com a Segurança Social, limita a elegibilidade para financiamento público estruturado e enfraquece a posição estratégica destas entidades no ecossistema de políticas sociais.

Outra fragilidade visível é a subutilização de respostas comunitárias, como os Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) e os Centros de Dia, que apresentam taxas de ocupação inferiores a 60%. Este dado pode indiciar barreiras de acesso (financeiras, geográficas ou informacionais), desalinhamento entre oferta e necessidades reais, ou até incerteza social face a certos modelos de intervenção. Independentemente da causa, esta subutilização representa ineficiência do sistema e desperdício de recursos.

A conjugação destas fragilidades institucionais e operacionais coloca em causa a capacidade da RSES em responder de forma eficaz, coordenada e sustentável às necessidades sociais do território, tornando evidente a necessidade de um reforço da qualificação institucional, do planeamento estratégico e da proximidade às comunidades.

No terreno da intervenção social direta, os **atores sociais** da Nazaré identificam constrangimentos humanos, técnicos e logísticos que limitam fortemente a eficácia das respostas. Um dos mais críticos

é a falta de recursos humanos especializados (psicólogos, terapeutas, educadores) e a elevada rotatividade das equipas técnicas, o que afeta a continuidade das intervenções e compromete a confiança das comunidades nas instituições. A instabilidade das equipas gera descontinuidade, desgaste organizacional e perda de memória institucional.

A isto soma-se a ausência de respostas para grupos vulneráveis específicos, como pessoas em situação de sem-abrigo ou com problemas de saúde mental, que permanecem invisibilizados no sistema formal. Esta lacuna revela uma falha grave na cobertura da rede, especialmente perante grupos cuja vulnerabilidade é elevada e cujas necessidades são complexas, multidimensionais e urgentes.

Outra fragilidade relevante é a inexistência de instrumentos de planeamento e partilha de dados atualizados, nomeadamente sistemas comuns de informação social ou indicadores partilhados. Sem esse suporte técnico, o planeamento torna-se reativo, pouco articulado e baseado em perceções subjetivas, dificultando a priorização de investimentos e o alinhamento estratégico entre entidades.

Por fim, a ausência de transporte público regular adequado, tanto intra como intermunicipal, é uma limitação transversal, com impacto direto na capacidade de mobilidade das populações mais vulneráveis. Esta realidade afeta o acesso a cuidados, educação, lazer e serviços sociais, perpetuando desigualdades entre freguesias e entre grupos populacionais.

A análise das fragilidades da Nazaré, nos três níveis interdependentes de atuação, revela um território marcado por desafios estruturais persistentes, uma rede institucional fragilizada e um campo técnico sobrecarregado e subdimensionado. Apesar das boas práticas e das forças identificadas noutros planos, estas fragilidades configuram um risco real de reprodução de desigualdades, fragmentação territorial e ineficiência institucional.

Ameaças ao Desenvolvimento Sustentável e à Coesão Social da Nazaré

Com base nos conteúdos fornecidos, é possível construir uma análise descritiva, analítica e crítica sobre as ameaças que incidem sobre o território da Nazaré, considerando os três níveis de leitura estratégica: estrutural (município), organizacional (rede de serviços e equipamentos sociais - RSES), e operacional (atores sociais e técnicos). Estas ameaças representam riscos reais para a sustentabilidade social, económica e institucional do concelho, exigindo respostas articuladas e antecipatórias.

Ao **nível estrutural**, a Nazaré enfrenta ameaças demográficas e económicas profundas que comprometem a sua resiliência territorial a médio e longo prazo. A mais expressiva é o despovoamento contínuo, com um saldo natural negativo de -272 habitantes entre 2021 e 2024. Este dado reflete uma baixa taxa de natalidade que não compensa a mortalidade, traduzindo-se na diminuição da população residente e no enfraquecimento progressivo da base demográfica ativa. Esta tendência ameaça diretamente a viabilidade de vários serviços públicos locais (como escolas, transportes ou cuidados de saúde) que dependem de uma massa crítica de utilizadores para justificar a sua manutenção.

A par do despovoamento, registam-se desigualdades territoriais acentuadas entre freguesias, tanto em termos de densidade populacional como de acessibilidade, envelhecimento e estrutura económica. Estas assimetrias podem aprofundar clivagens sociais e territoriais, tornando a coesão

interna do concelho cada vez mais difícil de sustentar. Freguesias como Famalicão revelam dificuldades de acesso físico e social, o que compromete a equidade territorial no acesso a oportunidades e serviços essenciais.

Outro risco relevante prende-se com a fragilidade da economia local face à transformação tecnológica e ecológica. A Nazaré continua fortemente dependente de setores tradicionais, como o turismo, o comércio local e a pequena indústria transformadora. Estes setores, embora fundamentais, estão particularmente expostos às exigências da transição digital e às políticas de descarbonização. A ausência de estratégias claras de diversificação económica e adaptação tecnológica pode deixar o território para trás em relação a tendências regionais, nacionais e europeias.

No plano organizacional, a rede de serviços e equipamento sociais da Nazaré evidencia ameaças críticas na capacidade de resposta e cobertura, sobretudo em áreas de alta pressão ou de vulnerabilidade emergente. As respostas para deficiência, creches e ERPI encontram-se próximas ou em total saturação, o que representa um risco sério de listas de espera, degradação da qualidade do serviço e desgaste institucional. A não expansão destas valências pode tornar-se insustentável num contexto de envelhecimento acentuado e crescente procura por serviços de apoio.

Mais preocupante é a ausência de respostas em áreas estratégicas, como violência doméstica, saúde mental, comportamentos aditivos ou população em situação de sem-abrigo. Esta lacuna fragiliza a capacidade da rede em responder a contextos de crise e gera uma exclusão sistemática de grupos com necessidades complexas, perpetuando ciclos de marginalização e invisibilidade social. A inexistência de Casas de Abrigo, equipas multidisciplinares ou respostas transitórias representa um défice severo de proteção social num território que lida com novas vulnerabilidades.

Neste contexto, a incapacidade de antecipar e planear estrategicamente estas necessidades, por falta de dados sistematizados e de ferramentas de monitorização, amplia os riscos operacionais e compromete a eficácia da rede.

Ao nível da ação social direta, as ameaças mais evidentes incidem sobre os recursos humanos, os modelos de intervenção e os perfis de risco emergentes. O envelhecimento extremo da população apoiada – com a maioria dos utentes com mais de 70 anos e quase ausência de jovens – pressiona os sistemas de saúde e cuidados, ao mesmo tempo que reduz a base de participação cívica e o potencial de regeneração social. A ausência de políticas de juventude e de estratégias de retenção intergeracional pode acentuar a desertificação e enfraquecer os laços comunitários.

Outro risco crítico é o modelo de institucionalização precoce, que continua a ser usado como solução pela falta de alternativas comunitárias adequadas. O encaminhamento para ERPI, em detrimento de soluções como apoio domiciliário alargado ou centros de dia com respostas flexíveis, resulta num modelo social insustentável, quer em termos económicos, quer humanos. Além de mais dispendioso, compromete a autonomia das pessoas e não responde às tendências atuais de envelhecimento ativo e vida independente.

Simultaneamente, regista-se exaustão emocional e *burnout* entre os técnicos da ação social, devido à elevada carga de trabalho, à falta de condições de trabalho adequadas e à escassez de suporte institucional. Esta sobrecarga compromete a qualidade da intervenção, aumenta a rotatividade e reduz a capacidade de inovação no terreno.

Por fim, a emergência de novos perfis de risco social, como idosos isolados, jovens em *burnout* digital e adultos com sofrimento psíquico não diagnosticado, é agravada pela falta de respostas de proximidade. Sem uma rede de cuidados acessível e humanizada, estas situações podem evoluir para estados de exclusão severa, difíceis de reverter.

As ameaças identificadas revelam tensões profundas entre dinâmicas demográficas desfavoráveis, pressões organizacionais e lacunas operacionais, que, se não forem abordadas de forma integrada e estratégica, podem comprometer o futuro do concelho da Nazaré. A incapacidade de resposta face ao despovoamento, à exclusão social silenciosa e às mudanças estruturais da economia e da sociedade levam a reflexões e a um realinhamento para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Oportunidades Estratégicas para a Nazaré

A análise das oportunidades identificadas para o concelho da Nazaré, a partir dos três níveis estratégicos – municipal (estrutural), organizacional (Rede de Serviços e Equipamentos Sociais - RSES) e operacional (atores sociais e técnicos) – revela um território com potencial latente para se transformar e adaptar às dinâmicas contemporâneas. Estas oportunidades não são apenas possibilidades de crescimento, mas também fatores críticos de mudança estrutural que, se bem aproveitados, poderão reverter tendências negativas, reforçar a coesão territorial e promover um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e resiliente.

No plano estrutural, uma das oportunidades mais significativas prende-se com a integração e capacitação da população migrante, cuja presença tem aumentado de forma expressiva, compensando o saldo natural negativo e contribuindo para a regeneração demográfica do concelho. Este fenómeno pode representar um motor de renovação social e económica, desde que sejam promovidas políticas públicas que facilitem o acesso à aprendizagem da língua portuguesa, formação profissional e integração laboral. A imigração pode ser um dos principais vetores de rejuvenescimento da população e reforço da base ativa, evitando a quebra do tecido económico e revitalizando as comunidades locais.

Outra oportunidade evidente relaciona-se com o potencial de crescimento na qualificação da força de trabalho local. Apesar de uma percentagem relevante de pessoas com ensino superior (22,7%), existe ainda um peso significativo da população com escolaridade básica (23,8%), o que denuncia uma lacuna de qualificação a ser trabalhada. O investimento em requalificação profissional e formação contínua, sobretudo em áreas ligadas à economia local (turismo, serviços, comércio e tecnologias verdes), poderá melhorar a empregabilidade, atrair investimento e fomentar o empreendedorismo.

Finalmente, a aposta no turismo sustentável e na valorização do património natural representa uma oportunidade estratégica de primeira ordem. A Nazaré possui zonas costeiras icónicas, paisagens naturais únicas e um crescente reconhecimento internacional. O desenvolvimento de desportos náuticos, ecoturismo, turismo inclusivo e cultural pode dinamizar a economia local, diversificar a oferta turística e criar emprego qualificado, desde que essa aposta seja feita com responsabilidade ecológica e envolvimento comunitário.

No âmbito organizacional, a **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** da Nazaré dispõe de várias janelas de oportunidade para melhorar a equidade territorial e fortalecer a cobertura da rede. A primeira prende-se com a possibilidade de expansão seletiva de serviços em zonas de subcobertura, como Famalicão e a freguesia da Nazaré, que apresenta fraca resposta dirigida à população jovem. A implementação de equipamentos e serviços ajustados às especificidades de cada freguesia poderá corrigir desigualdades no acesso, promover a justiça territorial e garantir maior equidade social.

A segunda oportunidade reside na reconfiguração e diversificação tipológica da rede, onde foram identificadas lacunas importantes: creche familiar, intervenção precoce, apoio à deficiência, respostas à violência doméstica, entre outras. Estas lacunas representam vazios estruturais críticos, mas também oportunidades para alavancar inovação social, desenhar respostas de proximidade e adequar os serviços às novas realidades e perfis de vulnerabilidade.

Por fim, a cooperação supraconcelhia e intermunicipal surge como uma via estratégica para dar resposta a áreas de baixa escala crítica (como a saúde mental ou a população em situação de sem-abrigo), que não conseguem ser suportadas isoladamente por um município de pequena dimensão. A articulação com estruturas da ULS do Oeste e outras redes regionais permitirá a partilha de recursos, articulação técnica e expansão da cobertura, aumentando a eficiência e o impacto da intervenção social.

Do ponto de vista operacional, os **atores sociais** evidenciam um conjunto de oportunidades que incidem essencialmente sobre a capacidade de mobilização de recursos, criatividade institucional e abertura a financiamento europeu. A nova vaga de financiamento do PRR e Portugal 2030 representa um momento único para reforçar infraestruturas sociais, modernizar equipamentos e implementar serviços móveis, sobretudo em áreas hoje subcobertas. No entanto, para que estas oportunidades se concretizem, é fundamental uma preparação estratégica atempada, com projetos bem desenhados, consórcios locais ativos e capacitação institucional para gestão de fundos.

Existe também um forte potencial de inovação social, identificado pelos próprios atores locais durante o *Focus Groups*. Muitas instituições possuem ideias promissoras, mas carecem de apoio técnico, espaços de incubação e mentoria para concretizá-las. A criação de laboratórios de inovação social ou programas locais de empreendedorismo social pode ser uma alavanca para novas respostas, retenção de talento jovem e reforço da coesão comunitária.

Por fim, o crescimento da população imigrante com vontade de integração ativa (nomeadamente oriunda de países africanos e do Brasil) constitui uma oportunidade valiosa para promover comunidades mais diversificadas, dinâmicas e resilientes. O acolhimento destas famílias com dignidade, através de estratégias locais de inserção social, acesso à habitação, emprego e participação cívica, pode transformar desafios em oportunidades concretas de transformação social.

As oportunidades mapeadas para a Nazaré apontam para um território com margem real de evolução e transformação positiva, desde que as decisões políticas, técnicas e comunitárias sejam intencionalmente orientadas para a antecipação estratégica, inovação e justiça territorial. A Nazaré pode reposicionar-se como um modelo de desenvolvimento social sustentável, integrando imigração, valorizando o capital humano, equilibrando o território e ativando os recursos financeiros disponíveis.

Contudo, a concretização destas oportunidades depende de liderança institucional forte, planeamento estratégico robusto e capacidade de execução local, com envolvimento ativo dos

diferentes setores. Sem esta articulação e sem um compromisso coletivo com a inovação, as oportunidades podem desvanecer, perpetuando os mesmos ciclos de vulnerabilidade e estagnação.

A Nazaré está, assim, num ponto de inflexão: entre o risco de reprodução de fragilidades e a possibilidade de redefinir o seu futuro com base em inclusão, inovação e coesão territorial.

Identificação das principais problemáticas sociais

No âmbito do processo participativo de planeamento social, realizou-se uma sessão temática no dia 05 de dezembro, na qual os participantes procederam à identificação e votação das principais problemáticas sociais do Município da Nazaré. Este exercício coletivo permitiu hierarquizar os domínios considerados mais críticos para o bem-estar da população e para a coesão territorial, resultando numa priorização clara de áreas de intervenção. As problemáticas mais votadas foram:

- Habitação e condições de habitabilidade (16 votos);
- Envelhecimento demográfico e isolamento social (12 votos);
- Insuficiência de respostas para problemáticas sociais específicas: saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos (11 votos);
- Integração de populações migrantes (8 votos);
- Infância e juventude: renovação demográfica e apoio às famílias (8 votos); e
- Deficiência, acessibilidade e mobilidade (3 votos).

A análise que se segue justifica e aprofunda estas prioridades, articulando a perceção dos participantes com os dados objetivos de caracterização geográfica, demográfica e socioeconómica do concelho.

Habitação e condições de habitabilidade (16 votos)

A habitação emerge como a principal problemática social identificada, refletindo um conjunto de constrangimentos estruturais evidenciados na caracterização territorial e demográfica do concelho. A elevada densidade populacional na freguesia da Nazaré, associada à forte pressão urbanística e turística, traduz-se numa intensa ocupação do solo e numa maior competição pelo acesso à habitação, com impactos diretos na acessibilidade económica e na qualidade das condições habitacionais. Esta pressão é particularmente crítica para agregados vulneráveis, como famílias monoparentais, pessoas idosas a residir sozinhas e populações migrantes, cuja capacidade de resposta no mercado habitacional é mais limitada.

Acresce que a estrutura etária envelhecida do concelho, combinada com condições climáticas marcadas por extremos térmicos (ondas de calor e episódios de frio), expõe fragilidades associadas à precariedade térmica e à inadequação do parque habitacional às necessidades de conforto e segurança, sobretudo para idosos e pessoas com doenças crónicas. A dispersão territorial e os constrangimentos de acessibilidade em freguesias como Famalicão agravam ainda mais estas dificuldades, reforçando a centralidade da habitação enquanto eixo prioritário da intervenção social.

Envelhecimento demográfico e isolamento social (12 votos)

O envelhecimento da população constitui uma problemática estrutural do Município da Nazaré. Os indicadores demográficos evidenciam um índice de envelhecimento muito elevado, superior às médias regional e nacional, bem como um índice de dependência de idosos particularmente acentuado em todas as freguesias, com destaque para Famalicão e Valado dos Frades.

Esta realidade é agravada pela elevada proporção de pessoas idosas a residir sozinhas, fenómeno especialmente expressivo na freguesia da Nazaré, o que potencia situações de isolamento social, solidão e maior vulnerabilidade a episódios de doença, dependência funcional e exclusão. A conjugação entre envelhecimento avançado, residências unipessoais, limitações de mobilidade e desigualdades na acessibilidade física aos serviços coloca uma pressão crescente sobre os sistemas de apoio domiciliário, cuidados continuados e respostas de proximidade, justificando plenamente a prioridade atribuída a esta problemática.

Insuficiência de respostas para problemáticas sociais específicas: saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos (11 votos)

A identificação desta problemática reflete a perceção de lacunas na capacidade de resposta integrada a situações sociais complexas e multifatoriais. A caracterização socioeconómica evidencia contextos de vulnerabilidade associados a agregados monoparentais, isolamento residencial, envelhecimento, desemprego ou desajuste profissional, fatores reconhecidamente associados ao agravamento de problemas de saúde mental e comportamentos aditivos.

Paralelamente, a existência de famílias em situação de maior fragilidade económica e social, bem como a concentração populacional em áreas urbanas densas, cria condições propícias à invisibilidade de fenómenos como a violência doméstica, dificultando a sua deteção precoce e acompanhamento continuado. A insuficiência de respostas especializadas e articuladas entre os setores da ação social, saúde e justiça reforça a necessidade de reforço institucional e de modelos de intervenção integrados e territorialmente ajustados.

Integração de populações migrantes (8 votos)

A integração de migrantes assume crescente relevância no contexto local, num concelho cuja dinâmica demográfica recente é fortemente sustentada por saldos migratórios positivos. O aumento significativo da população estrangeira, sobretudo proveniente de países extra-União Europeia, tem contribuído para mitigar o défice natural da população e para reforçar a base ativa do território.

Todavia, esta dinâmica coloca novos desafios à coesão social, nomeadamente no acesso à habitação, à saúde, à educação e à qualificação profissional. A diversidade cultural e linguística exige respostas adaptadas, sob pena de surgirem situações de exclusão, precariedade laboral ou segregação residencial. A priorização desta problemática traduz, assim, a necessidade de consolidar estratégias de acolhimento e integração que assegurem igualdade de oportunidades e valorizem o contributo dos migrantes para a sustentabilidade social e económica do concelho.

Infância e juventude: renovação demográfica e apoio às famílias (8 votos)

Apesar de alguma recuperação recente da natalidade, o Município da Nazaré apresenta uma reduzida proporção de população jovem e um índice de renovação da população ativa inferior às médias regional e nacional. Estes dados evidenciam fragilidades na renovação geracional e colocam em risco a sustentabilidade futura dos serviços educativos, sociais e económicos.

A presença significativa de famílias monoparentais, muitas delas com filhos menores de 25 anos, sinaliza contextos de maior vulnerabilidade económica e social, com potenciais impactos no sucesso escolar, no bem-estar emocional das crianças e na conciliação entre vida familiar e profissional. A problemática da infância e juventude surge, assim, associada à necessidade de políticas integradas de apoio às famílias, promoção da parentalidade, combate ao abandono escolar e criação de condições atrativas para a fixação de jovens no território.

Deficiência, acessibilidade e mobilidade (3 votos)

Embora com menor expressão na votação (apesar de ter surgido de forma muito expressiva no *focus group*), a problemática da deficiência revela-se transversal e estrutural. As características morfológicas do território, marcadas por declives acentuados, áreas escarpadas e assimetrias na rede de acessibilidades, constituem obstáculos significativos à mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A dispersão populacional e a menor cobertura de serviços em algumas freguesias agravam o risco de exclusão social destas pessoas, dificultando o acesso a equipamentos, transportes e respostas sociais adequadas. A baixa votação não diminui a relevância da problemática, antes sugere a necessidade de a integrar de forma transversal nas restantes prioridades, nomeadamente nas áreas da habitação, envelhecimento e planeamento territorial inclusivo.

As problemáticas priorizadas na sessão temática refletem um diagnóstico social coerente com a evidência empírica do território: um concelho envelhecido, com forte pressão habitacional, dependente da migração para a sua sustentabilidade demográfica e confrontado com vulnerabilidades sociais complexas. A hierarquização resultante constitui, assim, uma base sólida para a definição de estratégias de intervenção social integradas, territorialmente diferenciadas e orientadas para a coesão social e o bem-estar da população.

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

Programa de Intervenção, Ampliação e Modernização da Rede Social

A definição dos eixos prioritários de intervenção resulta da articulação entre o trabalho técnico de análise e diagnóstico, sustentado na recolha e tratamento de dados estatísticos e institucionais, na caracterização da rede de respostas e na identificação de lacunas estruturais e o processo participativo desenvolvido com a Rede Social da Nazaré, através da sessão temática. A convergência entre estas duas dimensões permitiu identificar prioridades robustas e devidamente validadas, que orientem a ação municipal e interinstitucional no horizonte 2025–2030. Estes eixos refletem simultaneamente a evidência produzida pelo *desk research* e o conhecimento técnico e experiencial das instituições e comunidades locais, apontando caminhos concretos para o reforço da Rede Social, da coesão territorial e da resposta integrada às necessidades emergentes.

Eixos prioritários de intervenção

A definição dos eixos prioritários de intervenção da Carta Social do Município da Nazaré resulta da articulação entre a análise técnico-científica do território e os contributos qualitativos recolhidos junto dos participantes na sessão temática. O diagnóstico evidencia um concelho marcado por envelhecimento demográfico acentuado, baixa densidade populacional, assimetrias territoriais no acesso a serviços, fragilidade da mobilidade, pressão sobre o sistema de saúde e necessidade de reforço da qualificação e integração social.

Neste contexto, os eixos de intervenção assumem uma lógica integrada, territorializada e orientada para a coesão social, visando responder simultaneamente às problemáticas estruturais e às necessidades emergentes identificadas pela comunidade.

Eixo 1 – Acesso à Habitação Adequada e Condições de Habitabilidade

A habitação constitui o principal eixo estruturante de coesão social no Município da Nazaré, refletindo simultaneamente uma prioridade expressa pelos participantes e uma fragilidade estrutural evidenciada no diagnóstico territorial e socioeconómico. A elevada densidade populacional da freguesia da Nazaré, associada à forte pressão turística e à concentração do parque habitacional em territórios artificializados, tem contribuído para o aumento dos preços, redução da oferta para residência permanente e agravamento das dificuldades de acesso à habitação por parte de jovens, famílias vulneráveis, população migrante e pessoas em situação de emergência social.

O diagnóstico evidencia ainda que a pressão habitacional não se distribui de forma homogénea no território. As freguesias de Famalicão e Valado dos Frades apresentam maior disponibilidade de solo e menor densidade populacional, constituindo áreas estratégicas para uma política de descentralização da oferta habitacional, capaz de reduzir desigualdades territoriais e aliviar a pressão urbana sobre a freguesia da Nazaré. Paralelamente, a existência de imóveis devolutos e a predominância do alojamento local representam uma oportunidade e um desafio para a política pública local, exigindo instrumentos de mediação, incentivo e regulação.

A centralidade deste eixo justifica-se ainda pela sua natureza transversal: o acesso à habitação condiciona diretamente a fixação de jovens, a renovação demográfica, a integração de migrantes, o envelhecimento com dignidade e a estabilidade das famílias. Assim, este eixo assume um caráter estruturante, orientado não apenas para o aumento da oferta, mas para a qualidade, sustentabilidade, eficiência energética e adequação social do parque habitacional, incluindo respostas específicas para situações de emergência social.

Eixo 2 – Envelhecimento Ativo, Digno e em Proximidade

O envelhecimento demográfico constitui uma das principais tendências estruturais do Município, com índices de envelhecimento e dependência de idosos significativamente superiores às médias nacional e regional. Esta realidade é agravada pela elevada proporção de pessoas idosas a residir

sozinhas, particularmente na freguesia da Nazaré, e pela dispersão territorial em freguesias com menor densidade populacional e acessibilidade limitada, como Famalicão e Valado dos Frades.

Este eixo de intervenção justifica-se pela necessidade de uma mudança de paradigma: de respostas centradas exclusivamente na institucionalização para modelos diversificados, de proximidade e orientados para a autonomia, o envelhecimento ativo e a permanência no domicílio sempre que possível. O diagnóstico evidencia riscos acrescidos de isolamento social, solidão, dependência funcional e pressão sobre as respostas existentes, nomeadamente ERPI e cuidados continuados.

A aposta neste eixo responde também à necessidade de humanização dos cuidados, valorização das redes comunitárias e reforço da articulação entre ação social, saúde e voluntariado. A promoção de projetos comunitários, intergeracionais e de acompanhamento domiciliário assume um papel central na mitigação dos efeitos do envelhecimento avançado, contribuindo simultaneamente para a coesão social e para a eficiência do sistema de respostas sociais.

Eixo 3 – Saúde, Bem-Estar e Respostas Integradas às Vulnerabilidades Específicas

O diagnóstico social do Município evidencia a existência de vulnerabilidades sociais complexas, associadas a contextos de isolamento, fragilidade familiar, envelhecimento, desemprego ou precariedade económica, que se manifestam de forma particular nas áreas da saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos. Estas problemáticas caracterizam-se pela sua natureza multifatorial, transversal e frequentemente invisível, exigindo respostas integradas e continuadas.

A insuficiência de respostas locais especializadas, bem como os tempos de espera prolongados no acesso a cuidados de saúde mental, reforçam a necessidade de um eixo específico orientado para o bem-estar psicológico, a prevenção e a intervenção precoce. A violência doméstica, por sua vez, exige mecanismos de deteção, proteção e acompanhamento que garantam segurança, confidencialidade e apoio continuado às vítimas. No domínio dos comportamentos aditivos, o diagnóstico aponta para a necessidade de reforçar a prevenção primária, a educação não formal e a capacitação dos profissionais.

Este eixo justifica-se, assim, pela necessidade de respostas comunitárias, multidisciplinares e intersectoriais, que articulem saúde, ação social, educação, justiça e sociedade civil, promovendo uma abordagem centrada na pessoa, na dignidade e na inclusão social.

Eixo 4 – Inclusão, Integração de Migrantes e Coesão Comunitária

O crescimento da população migrante no Município da Nazaré constitui um fator determinante da sua sustentabilidade demográfica recente, compensando saldos naturais negativos e contribuindo para a renovação da população ativa. Contudo, o diagnóstico evidencia que este crescimento coloca novos desafios ao nível da integração social, linguística, habitacional e laboral, especialmente no caso de migrantes provenientes de países extra-União Europeia.

Este eixo de intervenção justifica-se pela necessidade de garantir que a migração se traduza efetivamente em coesão social e desenvolvimento local, evitando situações de exclusão,

precariedade ou segregação. A barreira linguística, o desconhecimento dos direitos e deveres e as dificuldades de acesso aos serviços públicos são fatores críticos que exigem respostas estruturadas, contínuas e territorialmente próximas.

A integração dos migrantes deve ser entendida como um investimento estratégico, com impacto direto na sustentabilidade económica, demográfica e social do território. Este eixo promove uma abordagem integrada, assente no acolhimento, acompanhamento, empoderamento e valorização da diversidade cultural enquanto recurso comunitário.

Eixo 5 – Apoio à Infância, Juventude e às Famílias

Apesar de sinais recentes de recuperação da natalidade, o Município apresenta uma base jovem reduzida e um índice de renovação da população ativa inferior às médias de referência, o que compromete a sustentabilidade demográfica e económica a médio e longo prazo. Este cenário é agravado pela presença significativa de famílias monoparentais e por desigualdades no acesso a respostas de infância, educação e apoio psicossocial.

Este eixo justifica-se pela necessidade de investir na infância e juventude enquanto vetores estratégicos de desenvolvimento, promovendo igualdade de oportunidades, bem-estar emocional, sucesso educativo e participação cívica. O reforço das respostas de creche, o apoio às famílias, a melhoria das condições das escolas e a criação de espaços de lazer e participação juvenil são determinantes para a fixação de jovens e para a revitalização social do território.

A intervenção neste domínio assume um caráter preventivo e estruturante, contribuindo para quebrar ciclos de vulnerabilidade, fortalecer competências individuais e coletivas e promover a coesão intergeracional.

Eixo 6 – Acessibilidade Universal, Mobilidade e Inclusão da Deficiência

A morfologia do território da Nazaré, marcada por declives acentuados, zonas escarpadas e assimetrias na rede de acessibilidades, constitui um fator crítico de exclusão para pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. O diagnóstico evidencia que estas limitações afetam o acesso a serviços, equipamentos, espaços públicos e oportunidades de participação social.

Este eixo justifica-se pela necessidade de garantir o direito à cidade e ao território para todos, assegurando condições de acessibilidade física, comunicacional e social. Apesar da menor expressão na votação, trata-se de um eixo transversal, cuja integração nas políticas de habitação, mobilidade, envelhecimento e planeamento urbano é essencial para a equidade territorial.

A aposta na acessibilidade universal contribui não apenas para a inclusão das pessoas com deficiência, mas também para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, famílias com crianças e pessoas temporariamente condicionadas, reforçando o princípio de uma comunidade inclusiva e solidária.

Linhas Estratégicas e Objetivos

Os eixos e linhas estratégicas propostas refletem uma visão integrada e prospetiva da ação social para o Município da Nazaré, alinhada com o diagnóstico técnico da Carta Social e com as prioridades expressas pela comunidade. A sua concretização exige governação colaborativa, articulação interinstitucional e uma forte territorialização das políticas públicas, garantindo equidade, coesão social e sustentabilidade demográfica.

Cada eixo prioritário traduz uma área estruturante de atuação, com orientações específicas e metas operacionais que orientam a intervenção dos parceiros da Rede Social.

A definição das linhas estratégicas de intervenção assenta numa leitura integrada das dinâmicas demográficas, territoriais e socioeconómicas do Município da Nazaré, evidenciadas no diagnóstico social, e na priorização coletiva das problemáticas e soluções emergentes da sessão temática. O território apresenta fortes assimetrias internas, uma estrutura demográfica envelhecida, uma pressão habitacional elevada, uma dependência crescente da migração para sustentabilidade populacional e vulnerabilidades sociais complexas, exigindo uma resposta planeada, integrada e territorialmente diferenciada.

Neste contexto, as linhas estratégicas orientam-se por dois princípios estruturantes:

- Reforço e qualificação da rede existente, garantindo maior cobertura, proximidade e adequação das respostas às necessidades reais da população;
- Criação de novas respostas sociais, ajustadas às transformações demográficas, sociais e territoriais, com especial enfoque na prevenção, na integração comunitária e na autonomia dos indivíduos.

As linhas estratégicas não se limitam à expansão física de equipamentos, mas integram dimensões de governação local, articulação interinstitucional, inovação social e intervenção comunitária, em consonância com os contributos da sessão temática.

Quadro 29. Linhas Estratégicas e Objetivos Específicos

Eixo Prioritário	Linhas Estratégicas de Intervenção	Objetivos Específicos
Acesso à Habitação Adequada e Condições de Habitabilidade	• Expansão e regulação da oferta habitacional acessível	• Criar Gabinete Municipal de Habitação; • Aumentar habitação a custos controlados; • Reabilitar casas devolutas; • Incentivar arrendamento de longa duração; • Criar habitação jovem e social; • Implementar CAES
Envelhecimento Ativo, Digno e em Proximidade	• Diversificação de respostas e proximidade comunitária	• Criar centros de noite e acolhimento familiar; • Aumentar vagas em ERPI; • Reforçar apoio domiciliário; • Promover envelhecimento ativo; • Combater isolamento social
Saúde, Bem-Estar e Respostas Integradas às Vulnerabilidades Específicas	• Respostas integradas e preventivas	• Reforçar psicologia e psiquiatria locais; • Criar grupos de apoio e intervenção comunitária; • Implementar gabinete e linha de apoio à vítima; • Desenvolver programas de prevenção de comportamentos aditivos
Inclusão, Integração de Migrantes e Coesão Comunitária	• Integração comunitária estruturada	• Reativar CLAIM; • Promover ensino do português; • Garantir mediação comunitária; • Facilitar integração laboral; • Promover participação cultural
Apoio à Infância, Juventude e às Famílias	• Reforço da rede e apoio às famílias	• Aumentar respostas de creche; • Reforçar técnicos especializados; • Melhorar escolas e espaços de lazer; • Promover fóruns jovens
Acessibilidade Universal, Mobilidade e Inclusão da Deficiência	• Acessibilidade universal e autonomia funcional	• Adaptar vias e espaços públicos; • Criar respostas residenciais inclusivas; • Apoiar atividades da vida diária; • Promover alterações legislativas

Fonte: ISCSP-ULisboa, 2025.

A implementação destas linhas estratégicas deverá:

- Reforçar a capacidade de resposta e cobertura territorial da Rede Social;
- Promover a coordenação entre políticas públicas (saúde, habitação, mobilidade, educação e emprego);
- Estimular a inovação social e tecnológica como instrumento de inclusão;
- Consolidar a governação participada da Rede Social da Nazaré, através do envolvimento contínuo das entidades parceiras e das comunidades locais.

Monitorização e Avaliação das Medidas Propostas

A monitorização e avaliação das medidas propostas constitui um instrumento central de governação estratégica da Carta Social Municipal, permitindo assegurar que os eixos de intervenção definidos

respondem de forma eficaz às problemáticas sociais diagnosticadas e às prioridades expressas pelos atores locais. Face às dinâmicas demográficas, territoriais e socioeconómicas do Município da Nazaré, marcadas pelo envelhecimento populacional, pressão habitacional, crescimento migratório e assimetrias de acessibilidade, torna-se imprescindível dispor de um modelo sistemático de acompanhamento, assente em indicadores claros, mensuráveis e temporalmente definidos.

A monitorização deverá ser entendida como um processo contínuo, orientado para:

- acompanhar a execução das medidas;
- avaliar a adequação das respostas sociais às necessidades emergentes;
- apoiar a tomada de decisão e a eventual reprogramação das intervenções;
- reforçar a articulação interinstitucional e a transparência da ação pública.

A avaliação, por sua vez, deverá permitir analisar os impactos sociais, territoriais e organizacionais das medidas implementadas, assegurando a sua coerência com os objetivos estratégicos da Carta Social e com os contributos da sessão temática.

Neste sentido, a definição de fatores de sucesso e indicadores de monitorização assume um papel determinante, possibilitando aferir resultados, identificar constrangimentos e promover a melhoria contínua das políticas sociais municipais.

Quadro 30. Monitorização e Avaliação das Medidas e Ações Propostas

Eixo Prioritário	Medidas	Ações Principais	Planificação de Investimentos	Fatores de Sucesso Indicadores de Monitorização
Acesso à Habitação Adequada e Condições de Habitabilidade	Governação e planeamento habitacional	• Criação do Gabinete Municipal de Habitação	Curto prazo: criação da estrutura e regulamento Médio prazo: consolidação da equipa técnica	Gabinete criado; Nº de atendimentos/ano; Tempo médio de resposta; Nº de processos resolvidos
	Aumento da oferta habitacional acessível	• Reabilitação de casas devolutas	Médio prazo: mapeamento e reabilitação faseada Longo prazo: integração em bolsa municipal	Nº de fogos reabilitados; % integrados em arrendamento acessível; Redução de imóveis devolutos
	Aumento da oferta habitacional acessível	• Construção de habitação a custos controlados (PPP/municipal)	Médio prazo: projetos e candidaturas Longo prazo: construção e ocupação	Nº de fogos construídos; % ocupação por jovens/famílias; Evolução do valor médio das rendas
	Regulação do mercado habitacional	• Incentivos ao arrendamento de longa duração	Curto prazo: criação de incentivos Médio prazo: adesão de proprietários	Nº de contratos celebrados; Nº de proprietários aderentes; Diminuição do peso do AL
	Respostas a situações de emergência social	• Criação do CAES	Curto prazo: instalação da resposta Médio prazo: funcionamento contínuo	CAES operacional; Nº de pessoas acolhidas; Nº de reintegrações habitacionais
Envelhecimento Ativo, Digno e em Proximidade	Diagnóstico e sinalização social	• Identificação de idosos isolados	Curto prazo: levantamento territorial Contínuo: atualização anual	Nº de idosos sinalizados; % com plano de acompanhamento
	Diversificação de respostas sociais	• Criação de centros de noite	Médio prazo: adaptação de espaços Longo prazo: expansão	Nº de centros criados; Taxa de ocupação
	Reforço da capacidade instalada	• Aumento de vagas em ERPI	Médio prazo: articulação com IPSS Longo prazo: novas respostas	Nº de vagas criadas; Taxa de ocupação
	Proximidade e humanização dos cuidados	• Reforço do apoio domiciliário multidisciplinar	Curto prazo: reforço de equipas Médio prazo: cobertura territorial	Nº de idosos acompanhados; Nº de visitas/mês
	Envelhecimento ativo e combate à solidão	• Programas intergeracionais e voluntariado	Curto prazo: implementação piloto Contínuo: consolidação	Nº de atividades; Taxa participação; Redução da solidão reportada

Eixo Prioritário	Medidas	Ações Principais	Planificação de Investimentos	Fatores de Sucesso Indicadores de Monitorização
Saúde, Bem-Estar e Respostas Integradas às Vulnerabilidades Específicas	Proteção e apoio às vítimas	• Gabinete e linha local de apoio à vítima	Curto prazo: criação da resposta Contínuo: funcionamento	Nº de atendimentos; Tempo de resposta; Nº de encaminhamentos
	Reforço da saúde mental local	• Reforço de psicologia e psiquiatria	Médio prazo: contratação/protocolos Longo prazo: estabilidade da resposta	Tempo médio de espera; Nº de consultas
	Intervenção comunitária em saúde mental	• Grupos de apoio e psicoterapia	Curto prazo: criação dos grupos Contínuo: sessões regulares	Nº de grupos ativos; Frequência média
	Prevenção dos comportamentos aditivos	• Programas de prevenção primária	Curto prazo: ações comunitárias Médio prazo: continuidade	Nº de ações realizadas; Público abrangido
Inclusão, Integração de Migrantes e Coesão Comunitária	Acolhimento e integração	• Reativação do CLAIM	Curto prazo: reabertura Contínuo: atendimento	CLAIM ativo; Nº de atendimentos
	Capacitação linguística	• Cursos de português para migrantes	Curto prazo: consolidação Médio prazo: expansão	Nº de formandos; Taxa de conclusão
	Mediação intercultural	• Implementação de mediação comunitária	Médio prazo: formação de mediadores Contínuo: intervenção	Nº de mediações; Resolução de conflitos
Apoio à Infância, Juventude e às Famílias	Reforço da rede de infância	• Aumento de vagas em creche	Médio prazo: ampliação Longo prazo: novas respostas	Nº de vagas criadas; Redução das listas de espera
	Apoio psicossocial	• Reforço da intervenção psicológica e social em contexto escolar	Curto prazo: afetação e manutenção dos três recursos técnicos Contínuo: acompanhamento	Nº de crianças/jovens acompanhados N.º de atendimentos Grau de articulação entre equipa técnica, escola, famílias e serviços da comunidade
	Participação juvenil	• Criação de fóruns jovens	Curto prazo: criação Contínuo: dinamização	Nº de fóruns ativos; Taxa de participação
	Qualificação dos espaços	• Melhoria das escolas e espaços de lazer	Médio prazo: requalificação Longo prazo: manutenção	Nº de espaços requalificados; Taxa de utilização

Eixo Prioritário	Medidas	Ações Principais	Planificação de Investimentos	Fatores de Sucesso Indicadores de Monitorização
Acessibilidade Universal, Mobilidade e Inclusão da Deficiência	Planeamento da acessibilidade	• Diagnóstico municipal de acessibilidades	Curto prazo: levantamento técnico	Diagnóstico concluído; Nº de barreiras identificadas
	Inclusão no espaço público	• Adaptação de vias e equipamentos	Médio prazo: intervenções prioritárias Longo prazo: universalização	Nº de espaços adaptados
	Respostas residenciais inclusivas	• Criação de lar inclusivo	Longo prazo: implementação	Nº de vagas criadas; Satisfação das famílias
	Autonomia funcional	• Sinalização, avaliação e acompanhamento • Promoção de condições que favoreçam a permanência no domicílio com segurança	Curto prazo: identificação de necessidades. Médio prazo: reforço do encaminhamento. Contínuo: acompanhamento e monitorização.	Nº de pessoas sinalizadas e apoiadas; N.º de encaminhamentos realizados. N.º de situações com acesso a produtos de apoio ou adaptações funcionais. Evolução dos níveis de autonomia funcional das pessoas acompanhadas.

Fonte: ISCSP-ULisboa, 2025.

A concretização das medidas apresentadas será acompanhada através de:

- Relatórios anuais de progresso do CLAS e indicadores de execução;
- Reuniões semestrais de monitorização interinstitucional;
- Avaliações dos impactos sociais (com inquéritos aos destinatários e às entidades);
- Atualização bienal da Carta Social, ajustando os eixos estratégicos e metas conforme resultados obtidos.

A implementação articulada destas ações reforçará a capacidade de resposta da Rede Social da Nazaré, assegurando coerência territorial, inovação social e sustentabilidade comunitária no horizonte 2025–2030.

Proposta complementar: preparação do território para eventos extremos

A presente proposta complementar decorre da necessidade de incorporar, no âmbito da Carta Social Municipal da Nazaré, uma dimensão específica de preparação do território e de reforço da resposta social perante eventos extremos com impacto relevante na vida das populações, nas infraestruturas locais e no funcionamento das respostas institucionais. Embora esta matéria tenha ganho particular evidência na sequência da tempestade Kristin, ocorrida já após os momentos de recolha de dados participativos, a sua inclusão revela-se plenamente justificada, tanto pela experiência recente vivida no concelho como pela necessidade de consolidar uma abordagem preventiva, articulada e territorializada no domínio da ação social e da proteção das populações vulneráveis.

Mais do que introduzir uma alteração à estrutura de prioridades já definida, esta proposta visa complementar o Programa de Intervenção, Ampliação e Modernização da Rede Social com um módulo específico orientado para a resiliência territorial, a preparação comunitária e a articulação interinstitucional em contexto de emergência. Trata-se, assim, de reforçar a capacidade local de antecipação, resposta e recuperação, assegurando que os serviços, os equipamentos, as equipas e as comunidades dispõem de melhores condições para atuar em situações de crise.

Neste quadro, considera-se prioritário mapear e validar os pontos de abrigo e acolhimento temporário, designadamente escolas, pavilhões, centros comunitários e outros equipamentos públicos com condições adequadas para receber população deslocada em situação de emergência. Esta medida deve incluir a identificação das condições mínimas de funcionamento destes espaços, a sua acessibilidade, os circuitos de ativação e a articulação com os serviços municipais, a rede social e a proteção civil.

Considera-se igualmente necessário reforçar a disseminação de informação útil junto da população, através da produção e distribuição de materiais informativos sobre cheias, incêndios, preparação de kits básicos de emergência, procedimentos de evacuação e comportamentos de autoproteção. Esta comunicação deverá ser acessível, regular e adaptada a diferentes públicos, incluindo população idosa, pessoas com deficiência, famílias com crianças e população migrante, contribuindo para uma maior literacia preventiva e para a redução da exposição ao risco.

Outra dimensão estratégica consiste em capacitar agentes comunitários em primeiros socorros, reconhecendo o papel que atores locais, associações, instituições e redes de proximidade podem assumir na resposta inicial em situações críticas. A existência de competências básicas distribuídas no território pode fazer a diferença nas primeiras horas de emergência, sobretudo em contextos de constrangimento no acesso, de interrupção de comunicações ou de sobrecarga dos sistemas formais de resposta.

No plano da intervenção social, revela-se particularmente importante formar as equipas municipais do SAAS para atuação em contexto de emergência, de modo a garantir uma resposta social estruturada, tecnicamente preparada e articulada com os restantes dispositivos de proteção e socorro. Esta capacitação deverá abranger procedimentos de atendimento em crise, avaliação célere de necessidades sociais urgentes, referenciação prioritária, articulação interinstitucional e acompanhamento de pessoas e famílias afetadas por perdas materiais, deslocação temporária ou agravamento das vulnerabilidades sociais.

Em articulação com esta dimensão, importa ainda capacitar equipas supramunicipais para a criação e operacionalização de ZCAP – Zonas de Concentração e Apoio à População, quer no âmbito de exercícios de simulação, quer em situações reais de emergência. Esta medida é especialmente relevante para fortalecer a coordenação entre escalas municipal e intermunicipal, melhorar a prontidão operacional e consolidar mecanismos de apoio humanitário e social em cenários de maior complexidade.

De igual modo, recomenda-se desenvolver campanhas de sinalização e identificação de pessoas idosas isoladas, bem como de pessoas e crianças com deficiência ou outras condições de maior dependência, com vista à sua priorização em contextos de evacuação, apoio domiciliário urgente ou resposta em situação de crise. Esta medida poderá ser articulada com os serviços municipais competentes na área da saúde e da intervenção social, em estreita colaboração com juntas de freguesia, forças de segurança, instituições sociais e estruturas de proximidade já implantadas no território.

Complementarmente, considera-se necessária a identificação e atualização do mapeamento das zonas de risco, incluindo áreas suscetíveis a inundações, desmoronamentos, tsunamis e ventos fortes, assegurando a articulação desta informação com o planeamento municipal, a habitação, a ação social e a proteção civil. Esta atualização permitirá melhorar a prevenção, orientar prioridades de intervenção e reforçar a proteção de pessoas e equipamentos localizados em áreas de maior exposição.

Por fim, entende-se como pertinente avaliar a adesão do Município da Nazaré à Rede de Cidades Resilientes / MCR2030, enquanto oportunidade de enquadramento estratégico, aprendizagem institucional e reforço da capacidade local para reduzir riscos, aumentar a preparação comunitária e promover respostas mais robustas perante choques e tensões. Esta possibilidade poderá funcionar como instrumento complementar de qualificação da governação local, favorecendo a articulação entre planeamento, prevenção, capacitação e recuperação. A campanha promovida em Portugal pela PNRRC enquadra precisamente esta lógica de reforço da resiliência local.

Quadro 31. Monitorização e Avaliação das Medidas e Ações Propostas

Linhas estratégicas	Objetivos	Medidas	Ações principais
Planeamento preventivo, conhecimento do risco e organização territorial da resposta	Reforçar a capacidade de antecipação, planeamento e organização da resposta local em emergência	Mapeamento e validação de pontos de abrigo e acolhimento temporário	Identificar escolas, pavilhões, centros comunitários e outros equipamentos públicos adequados para acolhimento temporário; avaliar acessibilidade, capacidade, condições de funcionamento e operacionalização; Definir circuitos de ativação e articulação com os serviços municipais, a rede social e a proteção civil.
		Atualização do mapeamento das zonas de risco	Identificar e atualizar áreas suscetíveis a inundações, desmoronamentos, tsunamis e ventos fortes; articular a informação com os domínios da habitação, ordenamento, ação social e proteção civil; Apoiar a definição de prioridades de intervenção territorial e proteção de populações expostas.
Informação pública, capacitação técnica e articulação interinstitucional da resposta	Melhorar a preparação da população, dos agentes locais e das equipas técnicas para atuação em contexto de crise	Reforço da disseminação de informação útil junto da população	Produzir e distribuir materiais informativos sobre cheias, incêndios, *kit* básico de emergência, evacuação e comportamentos de autoproteção; Assegurar divulgação em equipamentos sociais, escolas, serviços municipais e juntas de freguesia; Adaptar os conteúdos a diferentes públicos, incluindo pessoas idosas, pessoas com deficiência e população migrante.
		Capacitação comunitária em primeiros socorros	Promover ações de formação dirigidas a agentes comunitários, associações, instituições e outras estruturas de proximidade; Reforçar competências de resposta inicial em emergências; valorizar a intervenção de proximidade em contextos de maior constrangimento territorial ou operacional.
		Formação das equipas municipais do SAAS para intervenção em emergência	Capacitar as equipas para atendimento em crise, avaliação social célere, referenciação prioritária, articulação interinstitucional e acompanhamento de pessoas e famílias afetadas; Integrar esta preparação no quadro mais amplo da resposta municipal em emergência.
		Capacitação supramunicipal para operacionalização de ZCAP	Desenvolver ações de capacitação para criação e operacionalização de Zonas de Concentração e Apoio à População; Promover exercícios de simulação e treino em articulação intermunicipal; Reforçar mecanismos de coordenação em cenários de maior complexidade.

Linhas estratégicas	Objetivos	Medidas	Ações principais
Proteção de grupos vulneráveis, resiliência comunitária e cooperação estratégica	Assegurar proteção acrescida a grupos vulneráveis e consolidar uma abordagem territorial de resiliência	Sinalização e identificação de pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Desenvolver campanhas de identificação de idosos isolados, pessoas e crianças com deficiência e outras pessoas em situação de dependência; Articular a sinalização com saúde, ação social, juntas de freguesia, forças de segurança e instituições sociais; Definir procedimentos de contacto, priorização e acompanhamento em situação de evacuação ou emergência.
		Avaliação da adesão a redes e programas de resiliência territorial	Avaliar a adesão do Município da Nazaré à Rede de Cidades Resilientes / MCR2030; Identificar oportunidades de capacitação, cooperação institucional e qualificação do planeamento local; Enquadrar a preparação para eventos extremos como dimensão transversal da coesão social e da governação territorial.

Fonte: ISCSP-ULisboa, 2026.

A concretização desta proposta complementar deverá assentar numa lógica de governação integrada, envolvendo Município, CLAS, serviços de proteção civil, setor social, saúde, educação, forças de segurança e estruturas comunitárias, de modo a garantir que a preparação para eventos extremos se afirme como uma componente transversal da coesão social e da proteção das populações. Neste sentido, mais do que uma resposta conjuntural a um acontecimento recente, este subcapítulo projeta uma orientação estratégica de médio prazo, alinhada com a necessidade de tornar o território mais preparado, mais seguro e socialmente mais resiliente.

Considerações Finais

Síntese do diagnóstico

A presente Carta Social Municipal permite concluir que o concelho da Nazaré dispõe de um conjunto relevante de ativos territoriais, institucionais e comunitários que constituem uma base sólida para o aprofundamento de uma estratégia de desenvolvimento social integrada, territorializada e sustentável. A localização estratégica no contexto da Região Oeste, a existência de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias com relevância intermunicipal, a centralidade funcional da freguesia da Nazaré e a presença de uma rede social institucionalmente diversificada configuram condições favoráveis à continuidade de uma ação pública orientada para a coesão social e territorial. Acresce que o próprio processo de elaboração da Carta Social, assente numa metodologia participativa e numa lógica de coconstrução com os atores locais, confirma a existência de um capital institucional importante, capaz de sustentar respostas mais articuladas, legitimadas e ajustadas à realidade do território.

O diagnóstico evidencia igualmente que a Nazaré já dispõe de práticas, dinâmicas e recursos que importa reconhecer, valorizar e consolidar. A governança intersetorial da rede, com presença de entidades dos setores público, privado e solidário, constitui uma força sistémica relevante, ao permitir complementaridade de recursos, redução de redundâncias e maior resiliência institucional. Do mesmo modo, a elevada taxa de ocupação de respostas essenciais, como as creches e as ERPI, evidencia o reconhecimento social da utilidade da rede existente e o alinhamento da oferta com necessidades concretas da população. A forte capacidade de colaboração entre técnicos e instituições, a proximidade entre profissionais e munícipes e o reconhecimento externo de boas práticas sociais desenvolvidas no concelho mostram que a Nazaré dispõe de um património institucional e relacional que representa uma base efetiva para aprofundar políticas sociais de proximidade e de qualidade.

Em simultâneo, a Carta Social confirma a persistência de desafios estruturais que exigem continuidade de investimento, reforço da coordenação entre entidades e ajustamento progressivo das respostas. Entre os principais aspetos identificados destacam-se as carências habitacionais e a pressão sobre as condições de habitabilidade, o envelhecimento demográfico e o isolamento social, a insuficiência de respostas dirigidas a problemáticas específicas — designadamente saúde mental, violência doméstica e comportamentos aditivos —, os desafios de integração das populações migrantes, as necessidades de apoio à infância e às famílias e as questões da deficiência, acessibilidade e mobilidade. A estas dimensões somam-se a dependência económica do turismo, a vulnerabilidade socioeconómica de alguns grupos e a necessidade de requalificação e formação profissional, que reforçam a importância de uma intervenção municipal e interinstitucional continuada, mas também progressivamente mais integrada e preventiva.

Importa, contudo, sublinhar que estes desafios não anulam os progressos e os recursos já existentes no concelho. Pelo contrário, revelam a necessidade de reforçar um percurso de intervenção que a Nazaré já vem desenvolvendo, apoiando-se em iniciativas locais diversificadas nos domínios da educação, juventude, envelhecimento ativo, apoio à família, integração de migrantes, participação cívica e promoção do bem-estar. A existência de respostas complementares à rede formal, desenvolvidas em articulação entre entidades públicas, educativas, sociais e de segurança, confirma que o concelho tem vindo a construir uma base de atuação de proximidade, com capacidade de resposta e potencial de continuidade. Neste sentido, a leitura global do diagnóstico aponta para um território que, apesar das fragilidades identificadas, reúne condições institucionais, técnicas e comunitárias para consolidar uma trajetória de reforço da coesão social e de melhoria das condições de vida da população.

Recomendações para a ação municipal e interinstitucional

Face ao exposto, recomenda-se que o município e os seus parceiros prossigam e aprofundem uma estratégia de ação assente na continuidade qualificada das dinâmicas já existentes, reforçando a articulação entre autarquia, CLAS, IPSS, serviços de saúde, agrupamento de escolas, forças de segurança e restantes entidades com intervenção no território. Mais do que uma rutura com o trabalho desenvolvido, a presente Carta aponta para a necessidade de consolidar e ampliar as práticas que já demonstram utilidade e capacidade estruturante, designadamente nos domínios do trabalho em rede, do acompanhamento de proximidade, da resposta social de base comunitária, do apoio à infância e juventude, da intervenção com população idosa e da integração de migrantes. A continuidade destas dinâmicas deverá ser acompanhada de maior capacidade de coordenação, planeamento partilhado e monitorização dos resultados.

Num plano mais substantivo, recomenda-se que a ação municipal e interinstitucional se organize de forma coerente com os seis eixos prioritários definidos na Carta: acesso à habitação adequada e condições de habitabilidade; envelhecimento ativo, digno e em proximidade; saúde, bem-estar e respostas integradas às vulnerabilidades específicas; inclusão, integração de migrantes e coesão comunitária; apoio à infância, juventude e às famílias; e acessibilidade universal, mobilidade e inclusão da deficiência. Esta estrutura estratégica revela-se adequada ao perfil do concelho, na

medida em que articula os problemas mais votados no processo participativo com áreas de atuação já reconhecidas no planeamento local, permitindo combinar continuidade institucional com capacidade de inovação e ajustamento.

Recomenda-se, igualmente, que sejam particularmente valorizadas e reforçadas as práticas locais que já revelam potencial estruturante, nomeadamente as ações de apoio ao envelhecimento ativo e ao combate ao isolamento, os dispositivos de apoio à infância e ao sucesso educativo, o trabalho de acolhimento e integração de pessoas migrantes, os mecanismos de literacia de direitos, os espaços de participação juvenil e as respostas de proximidade desenvolvidas por entidades educativas, sociais e comunitárias. A consolidação destas práticas poderá reforçar a capacidade de prevenção, sinalização precoce, acompanhamento e inclusão, contribuindo para uma resposta mais integrada e ajustada às necessidades concretas da população.

Por fim, importa recomendar que o reforço da intervenção não incida apenas sobre a criação de novas respostas, mas também sobre a qualificação da rede já existente. A valorização dos recursos humanos, a modernização e requalificação de infraestruturas, o ajustamento funcional dos equipamentos, o reforço das condições de sustentabilidade institucional e a consolidação de mecanismos de cooperação intersetorial deverão constituir dimensões centrais da ação futura. Esta orientação permitirá preservar os ativos já instalados no território, aumentar a eficácia das respostas e criar melhores condições para enfrentar os desafios sociais emergentes, mantendo uma lógica de proximidade, racionalidade e coesão territorial.

Propostas de monitorização e atualização do documento

A presente Carta Social deve ser entendida como um instrumento dinâmico, evolutivo e orientado para a melhoria contínua. A sua utilidade estratégica dependerá, em larga medida, da capacidade do município e dos parceiros em assegurar processos regulares de acompanhamento, monitorização, leitura crítica dos resultados e atualização periódica da informação. Neste enquadramento, recomenda-se a manutenção de um modelo de governação participado, assente em princípios de transparência, articulação interinstitucional, avaliação por resultados e revisão cíclica, garantindo que a evolução das necessidades sociais e das respostas existentes é acompanhada de forma sistemática e fundamentada.

Em termos operacionais, a monitorização deverá apoiar-se nos mecanismos já previstos no documento, designadamente os relatórios de evolução da Carta Social, com periodicidade pelo menos bienal, os indicadores de execução, as reuniões semestrais de monitorização interinstitucional, as avaliações de impacto social através de inquéritos aos destinatários e às entidades e a atualização anual da informação, sem prejuízo da revisão da Carta Social nos termos legalmente previstos, ajustando os eixos estratégicos e as metas em função dos resultados obtidos. Este modelo apresenta especial relevância num território em transformação, permitindo conjugar estabilidade estratégica com capacidade de adaptação, bem como identificar constrangimentos, boas práticas e oportunidades de melhoria ao longo do processo de implementação.

A monitorização deverá ainda apoiar-se nos indicadores definidos para cada eixo prioritário, de modo a aferir o grau de concretização das medidas, o alcance territorial das respostas, a adequação da oferta às necessidades da população e os efeitos produzidos no bem-estar dos destinatários. Mais

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

do que um exercício exclusivamente técnico, este acompanhamento deverá constituir um compromisso político e institucional com a qualidade da intervenção, com a valorização das práticas positivas já existentes e com a capacidade de ajustar a ação pública às dinâmicas sociais emergentes. A continuidade da metodologia participativa que presidiu à elaboração da Carta Social será, neste quadro, decisiva para manter o documento como um instrumento de governação territorial e de apoio à decisão.

Em síntese, a Nazaré dispõe de recursos territoriais, institucionais e comunitários que justificam uma perspetiva de continuidade qualificada. Importa, por isso, preservar o que já foi construído, consolidar as boas práticas em curso e orientar, com visão estratégica, os investimentos e ajustamentos necessários para reforçar a coesão social, a equidade territorial e a capacidade de resposta do concelho aos desafios do presente e do futuro.

Referências Bibliográficas

Assembleia da República. (2013). Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Diário da República, 1.ª série, n.º 176.

Assembleia da República. (2018). Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto: Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Diário da República, 1.ª série, n.º 157.

Cordeiro, A. M. Rochette, & Santos, L. (2013). Carta social municipal: uma estratégia de intervenção integrada. Cadernos de Geografia, 32, 357–372.

Cordeiro, A. M. Rochette, Caridade, P. J. S. B., Santos, L. I. R., Paredes, L. C. M. C. R., Coelho, S. I. C., & Freitas, A. M. (2008). O contributo dos sistemas de informação geográfica para o ordenamento e planeamento do território: as cartas sociais dinâmicas. Cadernos de Geografia, 26–27, 209–216.

Governo. (2020). Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto: Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Diário da República, 1.ª série, n.º 156.

Governo. (2021). Portaria n.º 66/2021, de 17 de março: Regula a criação das Cartas Sociais Municipais e Supramunicipais, fixando os respetivos conteúdos, regras de atualização e divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Diário da República, 1.ª série, n.º 56.

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

Município da Nazaré. (2024). *Diagnóstico Social do Município* da Nazaré. Câmara Municipal da Nazaré.

Município da Nazaré. (2024). *Plano de Desenvolvimento Social do Município* da Nazaré *2024–2026*. Câmara Municipal da Nazaré.

Município da Nazaré. (2024). *Plano de Ação da Rede Social do Município da Nazaré 2024-2025*. Câmara Municipal da Nazaré.

Presidência do Conselho de Ministros. (1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro: Procede ao reconhecimento público da denominada «rede social». Diário da República, 1.ª série-B, n.º 267.

Presidência do Conselho de Ministros. (1998). Declaração de Rectificação n.º 10-O/98, de 30 de maio: De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede ao reconhecimento público da denominada «rede social», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 267, de 18 de novembro de 1997. Diário da República, 1.ª série-B, n.º 125, 3.º suplemento.

APÊNDICES

Os Apêndices que se seguem reúnem as fichas de projeto elaboradas no âmbito da presente Carta Social, com o objetivo de sistematizar e operacionalizar as medidas prioritárias identificadas para o Município da Nazaré. Neste sentido, cada apêndice apresenta uma proposta de intervenção estruturada, contemplando a designação do projeto, o enquadramento, os objetivos, os espaços a considerar, as estimativas de custos, as fontes de financiamento, as parcerias a estabelecer e os respetivos indicadores de realização.

O Apêndice I apresenta a ficha de projeto relativa ao Reforço e Requalificação da Resposta de Apoio Domiciliário (SAD/ADI), orientada para o reforço da capacidade e da modernização da resposta domiciliária integrada no concelho, promovendo a permanência digna das pessoas idosas no domicílio, a sua autonomia e a redução da pressão institucional sobre as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

O Apêndice II integra a ficha de projeto referente à Criação do Gabinete Municipal de Habitação, centrada no reforço da capacidade técnica municipal para a monitorização das carências habitacionais, o levantamento de imóveis devolutos ou subutilizados, a atualização dos instrumentos locais de habitação, o acompanhamento de candidaturas a financiamento e a mediação de soluções de arrendamento apoiado e acessível.

O Apêndice III inclui a ficha de projeto relativa à Reativação do CLAIM e Implementação de um Programa Municipal de Integração de Migrantes, dirigida à criação de uma estrutura municipal de proximidade para acolhimento, informação e integração da população migrante, promovendo a articulação com serviços públicos e parceiros locais, a aprendizagem da língua portuguesa, a mediação intercultural e a inclusão social e socioprofissional.

Deste modo, os apêndices assumem uma função complementar e operacional, permitindo traduzir as prioridades estratégicas da Carta Social em propostas de intervenção concretas, passíveis de posterior desenvolvimento, validação técnica e implementação em articulação com os serviços municipais, parceiros locais e entidades supramunicipais relevantes.

Apêndice I. Medida 1: Reforço e Requalificação da Resposta de Apoio Domiciliário (SAD/ADI)

Reg. 2026,CMN.I.26,365 - 13-11-2026

FICHA DE PROJETO

Carta Social Municipal

Município da Nazaré

1 DESIGNAÇÃO DO PROJETO

Designação	Reforço e Requalificação da Resposta de Apoio Domiciliário (SAD/ADI)
Entidade Promotora	Município da Nazaré
Área de Intervenção	Envelhecimento Ativo, digno e em proximidade
Público-alvo	Pessoas idosas, pessoas em situação de dependência ou fragilidade funcional, pessoas em risco de isolamento social e famílias/cuidadores.

2 ENQUADRAMENTO

No Município da Nazaré, o elevado índice de envelhecimento e a percentagem significativa de pessoas idosas a viver sozinhas reforçam a necessidade de respostas que permitam a permanência digna no domicílio, evitando a institucionalização precoce e promovendo maior autonomia.

Apesar da existência de respostas comunitárias, verifica-se margem de qualificação e melhor articulação do Serviço de Apoio Domiciliário, dos Centros de Dia e do Apoio Domiciliário Integrado, sobretudo num contexto em que as ERPI apresentam níveis de ocupação próximos da capacidade máxima. Torna-se, por isso, essencial reforçar a cobertura territorial, particularmente em Famalicão e Valado dos Frades, e aproximar a intervenção social dos cuidados de saúde primários.

É igualmente importante desenvolver uma nova geração de respostas domiciliárias integradas, recorrendo a planos individuais de cuidados, assistência, soluções tecnológicas de monitorização de risco e soluções complementares como o acolhimento familiar ou a coabitação sénior. Assim, esta medida estrutura-se numa lógica de proximidade, prevenção, inovação e articulação interinstitucional.

3 OBJETIVO

Reforçar a capacidade e a modernização tecnológica da resposta domiciliária integrada no concelho, garantindo condições de permanência digna no domicílio, a autonomia das pessoas idosas e reduzindo a pressão institucional sobre as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).

4 ESPAÇOS A CONTEMPLAR

Domicílios das pessoas idosas abrangidas, equipamentos sociais com respostas de SAD/ADI e Centros de Dia, serviços de saúde de proximidade e pontos descentralizados de articulação nas freguesias, com especial atenção a Famalicão e Valado dos Frades.

A definição dos espaços deverá ser ajustada em função da concretização operacional da medida, uma vez que esta prioridade assenta sobretudo numa lógica de intervenção domiciliária, resposta móvel e articulação entre serviços sociais e de saúde. Assim, deverão ser privilegiados os domicílios das pessoas abrangidas, os equipamentos sociais já existentes, os serviços de saúde de proximidade e eventuais pontos descentralizados de apoio, garantindo cobertura territorial, proximidade e continuidade do acompanhamento.

5 ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Valor

45.000€ a 60.000€/ano: valor indicativo a ajustar mediante concretização operacional da medida*

**Portal BASE, com base em contratos comparáveis de apoio domiciliário/SAD, serviços de ação social, projetos de envelhecimento ativo, visitas domiciliárias e acompanhamento psicossocial. A estimativa deverá ser ajustada em função do número de técnicos afetos, população abrangida, periodicidade das visitas, cobertura territorial, deslocações, teleassistência e eventual utilização de viatura municipal.*

O valor apresentado corresponde a uma estimativa anual para a implementação e operacionalização inicial do reforço e requalificação da resposta domiciliária no concelho da Nazaré, incluindo recursos humanos, coordenação técnica, acompanhamento social, visitas domiciliárias, articulação com os cuidados de saúde primários e custos de deslocação associados. Excluem-se da presente estimativa os custos com a adaptação de infraestruturas e aquisição de viaturas. Os valores indicados ficam sujeitos a revisão caso o plano de intervenção venha a integrar componentes de teleassistência, IoT (*Internet of Things*) para segurança, monitorização remota ou reforço da capacidade logística permanente.

6 FONTES DE FINANCIMENTO

Orçamento e Grandes Opções do Plano	Fonte de financiamento própria do Município da Nazaré, podendo assegurar a componente municipal da medida, designadamente a coordenação técnica, o apoio logístico, a articulação com IPSS e serviços de saúde, o acompanhamento social, as deslocações e a dinamização de ações de proximidade dirigidas à população idosa.
Portugal 2030: Programa Regional do Centro (Centro 2030)	Fonte de financiamento a considerar mediante abertura de aviso elegível, sobretudo quando a medida envolva a qualificação de equipamentos sociais, aquisição de equipamentos de apoio à resposta domiciliária, soluções móveis, digitalização, articulação com cuidados de saúde primários ou reforço de serviços de proximidade.
Pessoas 2030: Programa Demografia, Qualificações e Inclusão	Fonte de financiamento a considerar quando a medida inclua ações de envelhecimento ativo e saudável, acompanhamento de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, combate ao isolamento social, capacitação de cuidadores, teleassistência, apoio de proximidade e promoção da autonomia. A sua mobilização deverá depender da abertura de avisos elegíveis e da natureza concreta das ações a implementar.
Portugal Inovação Social 2030	Fonte de financiamento a considerar caso a medida venha a integrar uma dimensão de inovação social, designadamente através de soluções de teleassistência, monitorização remota, sensores de segurança, coabitação sénior, acolhimento familiar ou novos modelos de apoio à permanência no domicílio. Poderá ser mobilizada por entidade da economia social ou em parceria com o Município, mediante abertura de aviso aplicável.
PROCOOP / Segurança Social	Fonte de financiamento a considerar apenas mediante abertura de aviso ou procedimento elegível que contemple o alargamento ou revisão de acordos de cooperação relativos a respostas de apoio domiciliário ou apoio domiciliário integrado. A sua mobilização dependerá da elegibilidade da resposta social, da entidade promotora e das prioridades definidas em aviso próprio.

7 PARCERIAS A ESTABELECER

Município da Nazaré: serviços municipais de ação social, saúde e habitação; CLAS/Rede Social; Juntas de Freguesia; Segurança Social; ULS Oeste/Unidade de Cuidados na Comunidade e cuidados de saúde primários; IPSS e entidades da economia social com respostas para pessoas idosas; entidades com intervenção em teleassistência, voluntariado, mobilidade de proximidade e acompanhamento comunitário; entidades com intervenção em teleassistência, voluntariado, mobilidade de proximidade e acompanhamento comunitário.

8 INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Indicador 1 N.º de pessoas idosas abrangidas pela resposta domiciliária integrada

**Este indicador permite medir o alcance direto da medida, contabilizando as pessoas idosas apoiadas através do reforço do SAD, ADI, acompanhamento domiciliário ou outras respostas de proximidade.*

Indicador 2 Taxa de acompanhamento das pessoas idosas sinalizadas

**Este indicador permite avaliar a capacidade de resposta às situações identificadas. A taxa é calculada através da divisão entre o número de pessoas idosas acompanhadas e o número total de pessoas idosas sinalizadas com necessidade de apoio domiciliário.*

Indicador 3 Taxa de cobertura tecnológica no apoio domiciliário integrado

** Este indicador permite avaliar o peso da inovação tecnológica na resposta social do concelho. A taxa é calculada através da divisão entre o número de idosos que beneficiam de sistemas de IoT ativos no domicílio e o número total de pessoas idosas abrangidas pela resposta domiciliária integrada.*

Indicador 4 Taxa de elaboração de planos individuais de cuidados

**Este indicador permite medir a proporção de pessoas idosas acompanhadas que dispõem de plano individual de cuidados elaborado ou atualizado. A taxa é calculada através da divisão entre o número de pessoas idosas com plano individual de cuidados e o número total de pessoas idosas acompanhadas.*

Apêndice II. Medida 2: Criação do Gabinete Municipal de Habitação

Reg. 2026,CMN,1,26,365 - 13-11-2026

FICHA DE PROJETO

Carta Social Municipal

Município da Nazaré

1 DESIGNAÇÃO DO PROJETO

Designação	Criação do Gabinete Municipal de Habitação
Entidade Promotora	Município da Nazaré
Área de Intervenção	Acesso à Habitação Adequada e Condições de Habitabilidade
Público-alvo	Pessoas e famílias com dificuldades de acesso à habitação adequada, permanente e acessível.

2 ENQUADRAMENTO

No Município da Nazaré, a problemática da habitação e da habitabilidade constituiu a temática mais priorizada no processo participativo realizado no âmbito do diagnóstico social concelhio. Esta prioridade reflete a pressão crescente sobre o acesso à habitação permanente e adequada, num território marcado por elevada pressão turística, expressiva taxa de residências secundárias e reduzida disponibilidade de alojamento permanente.

Estas dificuldades afetam particularmente jovens, famílias vulneráveis, trabalhadores do setor do turismo e população migrante, grupos que enfrentam maiores constrangimentos no acesso a soluções habitacionais ajustadas às suas necessidades. A freguesia da Nazaré apresenta os indicadores mais críticos na relação entre disponibilidade habitacional e necessidade social, justificando uma intervenção municipal estruturada e de proximidade.

Neste contexto, a criação do Gabinete Municipal de Habitação permitirá reforçar a capacidade técnica do Município no diagnóstico das necessidades habitacionais, levantamento de imóveis devolutos e subutilizados, atualização da Estratégia Local de Habitação, acompanhamento de candidaturas a financiamento e articulação com entidades públicas, privadas e do setor social.

3 OBJETIVO

Criar uma estrutura técnica municipal de proximidade vocacionada para a monitorização dinâmica das carências habitacionais, otimização do edificado devoluto ou subutilizado, captação de financiamentos e mediação de soluções de arrendamento apoiado e acessível no Município da Nazaré.

4 ESPAÇOS A CONTEMPLAR

Espaço municipal de atendimento e apoio habitacional, serviços técnicos municipais com intervenção em habitação e urbanismo, imóveis devolutos ou subutilizados a identificar no território e áreas com maior pressão habitacional, com especial atenção à freguesia da Nazaré.

A definição dos espaços deverá ser ajustada em função da concretização operacional da medida, considerando a instalação do Gabinete Municipal de Habitação em equipamento municipal existente, a articulação com a DPU, o levantamento de imóveis devolutos e subutilizados e a identificação das zonas com maior necessidade habitacional.

5 ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Valor

20.000€ a 50.000€: valor indicativo a ajustar mediante concretização operacional da medida*

**Portal BASE, com base em contratos comparáveis de elaboração de Carta Municipal de Habitação, revisão/atualização de Estratégia Local de Habitação, diagnóstico de necessidades habitacionais e apoio técnico à preparação e gestão de candidaturas no domínio da habitação.*

O valor apresentado corresponde a uma estimativa anual para a criação e operacionalização inicial do Gabinete Municipal de Habitação da Nazaré, incluindo apoio técnico ao diagnóstico das necessidades habitacionais, levantamento e caracterização de imóveis devolutos ou subutilizados, atualização da Estratégia Local de Habitação, informação aos proprietários sobre instrumentos de financiamento e acompanhamento de candidaturas a programas de apoio. A estimativa deverá ser ajustada em função do modelo de funcionamento do gabinete, dos recursos humanos afetos, da necessidade de contratação externa especializada, do volume de candidaturas a acompanhar e da articulação com os serviços municipais de urbanismo e ação social.

6 FONTES DE FINANCIMENTO

Orçamento e Grandes Opções do Plano	Fonte de financiamento própria do Município da Nazaré, podendo assegurar a componente municipal da medida, designadamente a criação e funcionamento do Gabinete Municipal de Habitação, a coordenação técnica, o diagnóstico das necessidades habitacionais, a articulação com os serviços municipais de urbanismo e ação social e o acompanhamento das situações habitacionais sinalizadas.
IHRU: Habitação a Custos Controlados	Instrumento de apoio à promoção de habitação destinada a arrendamento, através de linhas especiais de crédito para aquisição de solos, construção, infraestruturas e equipamento social. Poderá ser considerado caso o Gabinete Municipal de Habitação venha a apoiar a estruturação de operações municipais de promoção de habitação acessível ou arrendamento habitacional. O IHRU identifica as câmaras municipais como entidades que podem promover habitação a custos controlados.
Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado	Fonte complementar a considerar caso a medida envolva a mobilização de imóveis públicos ou municipais para reabilitação e posterior afetação ao arrendamento habitacional. A sua mobilização deverá depender da avaliação específica da entidade gestora do fundo, não constituindo um subsídio direto, mas podendo apoiar soluções de reabilitação e valorização de património público para fins habitacionais.
Portugal 2030: Programa Regional do Centro (Centro 2030)	Fonte de financiamento a mobilizar mediante abertura de aviso elegível, sobretudo quando a medida envolva habitação social e a custos acessíveis, reabilitação ou regeneração urbana, valorização de imóveis para residência permanente, eficiência energética na habitação social ou criação de soluções habitacionais integradas em estratégias territoriais de coesão. A sua mobilização deverá depender da publicação de aviso aplicável e do enquadramento da operação nos instrumentos territoriais e planos de ação da Oeste CIM.

7 PARCERIAS A ESTABELECER

Espaço municipal de atendimento e apoio habitacional; serviços municipais de habitação, urbanismo e ação social; imóveis devolutos ou subutilizados com potencial de mobilização; áreas com maior pressão habitacional, sobretudo na freguesia da Nazaré, e zonas estratégicas em Famalicão e Valado dos Frades para eventual descentralização da oferta habitacional.

8 INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Indicador 1 N.º de atendimentos técnicos habitacionais realizados

**Este indicador permite medir o alcance direto do Gabinete Municipal de Habitação, contabilizando os munícipes, agregados familiares, proprietários ou entidades atendidas no âmbito de necessidades habitacionais, apoio técnico, informação sobre financiamento ou encaminhamento para soluções adequadas.*

Indicador 2 Taxa de resolução ou encaminhamento dos processos habitacionais sinalizados

**Este indicador permite avaliar a capacidade de resposta do gabinete às situações habitacionais identificadas. A taxa é calculada através da divisão entre o número de processos resolvidos ou devidamente encaminhados e o número total de processos habitacionais sinalizados.*

Indicador 3 N.º de imóveis devolutos ou subutilizados identificados e caracterizados

**Este indicador permite acompanhar a capacidade do gabinete para apoiar o levantamento do parque habitacional mobilizável, contabilizando os imóveis devolutos ou subutilizados identificados, caracterizados e avaliados quanto ao seu potencial de reabilitação, arrendamento apoiado ou arrendamento acessível.*

Indicador 4 N.º de candidaturas ou operações habitacionais acompanhadas

**Este indicador permite monitorizar o apoio técnico prestado pelo gabinete na preparação, submissão ou acompanhamento de candidaturas a programas de financiamento, bem como na estruturação de operações municipais ou em parceria dirigidas à promoção de soluções habitacionais adequadas.*

Apêndice III. Medida 3: Reativação do CLAIM e Implementação de um Programa Municipal de Integração de Migrantes

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

FICHA DE PROJETO

Carta Social Municipal

Município da Nazaré

1 DESIGNAÇÃO DO PROJETO

Designação	Reativação do CLAIM e Implementação de um Programa Municipal de Integração de Migrantes
Entidade Promotora	Município da Nazaré
Área de Intervenção	Inclusão, Integração de Migrantes e Coesão Comunitária
Público-alvo	População migrante residente no Município da Nazaré e respetivas famílias, com necessidades de acolhimento e integração social.

2 ENQUADRAMENTO

No Município da Nazaré, o crescimento significativo da população estrangeira residente entre 2021 e 2023 evidencia a importância da migração para a sustentabilidade demográfica, social e económica do concelho. Esta evolução contribui para mitigar o declínio demográfico, mas coloca também novos desafios à capacidade local de acolhimento, integração e articulação entre serviços públicos e parceiros comunitários.

Apesar da sua relevância para o território, a população migrante encontra-se particularmente exposta a situações de precariedade habitacional, baixas qualificações formais, rendimentos inferiores, barreiras linguísticas e dificuldades no acesso aos serviços. Estas vulnerabilidades reforçam a necessidade de uma resposta municipal estruturada, capaz de apoiar a integração social, linguística, profissional e comunitária. Neste contexto, a reativação do CLAIM surge como uma estrutura local de acolhimento, informação e integração, funcionando como ponto único de atendimento e articulação com a Segurança Social, IEFP, agrupamentos escolares, serviços de saúde e entidades locais. Assim, a medida estrutura-se numa lógica de proximidade, mediação intercultural, capacitação linguística, literacia sobre direitos e acesso integrado aos serviços.

3 OBJETIVO

Reativar o CLAIM enquanto estrutura municipal de proximidade para acolhimento, informação e integração da população migrante, promovendo a articulação com serviços públicos e parceiros locais, a aprendizagem da língua portuguesa, a mediação intercultural e a inclusão social e socioprofissional.

4 ESPAÇOS A CONTEMPLAR

Espaço municipal de atendimento e acolhimento do CLAIM; serviços municipais de ação social/SAAS; equipamentos públicos e comunitários nas freguesias da Nazaré, Famalicão e Valado dos Frades; agrupamentos escolares, serviços de saúde e espaços parceiros para ações de língua portuguesa, literacia de direitos, mediação intercultural e integração socioprofissional.

A definição dos espaços deverá ser ajustada à concretização operacional da medida, considerando a reativação do CLAIM como ponto de atendimento, informação e integração da população migrante. Deverão ser privilegiados espaços municipais e comunitários que permitam atendimento de proximidade, cursos de Português Língua de Acolhimento, sessões de literacia, mediação intercultural e ações de integração socioprofissional, em articulação com o SAAS e parceiros locais.

5 ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Valor

30.000€ a 45.000€/ano: valor indicativo a ajustar mediante concretização operacional da medida*

**Portal BASE, com base em contratos comparáveis de apoio ao funcionamento de CLAIM, consultoria em serviço social, assessoria técnica na área do emprego, mediação intercultural, capacitação de mediadores, apoio psicológico e ações de integração comunitária dirigidas à população migrante.*

O valor apresentado corresponde a uma estimativa anual para a reativação e funcionamento inicial do CLAIM e do Programa Municipal de Integração de Migrantes da Nazaré, incluindo atendimento, informação, encaminhamento, mediação intercultural, articulação com serviços públicos e parceiros locais, e dinamização de ações de literacia e integração socioprofissional. A estimativa deverá ser ajustada em função do modelo de funcionamento, número de técnicos afetos, volume de atendimentos, descentralização para as freguesias e eventual contratação externa de serviços especializados.

6 FONTES DE FINANCIMENTO

Orçamento e Grandes Opções do Plano	Fonte de financiamento própria do Município da Nazaré, podendo assegurar a componente municipal da medida, designadamente a reativação e funcionamento inicial do CLAIM, a coordenação técnica, o atendimento de proximidade, a articulação com serviços públicos e parceiros locais e a dinamização de ações de integração da população migrante.
Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)	Fonte de financiamento a mobilizar mediante abertura de aviso elegível, especialmente para a reativação e funcionamento de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, ações de acolhimento, informação, encaminhamento, mediação intercultural, participação ativa e integração social de nacionais de países terceiros. A sua mobilização é particularmente adequada à medida, tendo em conta o enquadramento do FAMI 2030 enquanto programa dirigido ao asilo, migração e integração, bem como a previsão de avisos para CLAIM - Unidades locais de atendimento.
Pessoas 2030: Programa Demografia, Qualificações e Inclusão	Fonte de financiamento complementar a considerar quando a medida inclua ações de inclusão ativa, capacitação, formação, empregabilidade, apoio à aprendizagem da língua portuguesa ou reforço de competências de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade social. Poderá ser mobilizada sobretudo para componentes de capacitação linguística, inclusão socioprofissional e apoio à integração de públicos vulneráveis.
Portugal Inovação Social 2030	Fonte de financiamento a considerar apenas caso a medida venha a integrar uma componente inovadora, com objetivos e resultados mensuráveis, por exemplo modelos de mediação intercultural, mentoria comunitária, integração socioprofissional, literacia de direitos ou acompanhamento de proximidade com impacto demonstrável. A sua mobilização deverá depender da abertura de aviso aplicável e não deve ser apresentada como fonte para o simples funcionamento corrente do CLAIM.

7 PARCERIAS A ESTABELECER

Município da Nazaré: serviços municipais de ação social, educação e atendimento ao munícipe; CLAS/Rede Social; Juntas de Freguesia; AIMA/CLAIM; SAAS; Segurança Social; IEFP; ULS Oeste/serviços de saúde; agrupamentos escolares e entidades formadoras; IPSS e entidades da economia social; associações locais e comunitárias; mediadores interculturais; entidades empregadoras e agentes económicos locais.

8 INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Indicador 1 N.º de atendimentos técnicos realizados pelo CLAIM

**Este indicador permite medir o volume de atividade da resposta, contabilizando os atendimentos, informações prestadas e acompanhamentos realizados junto da população migrante.*

Indicador 2 Taxa de encaminhamento das situações sinalizadas

**Este indicador permite avaliar a capacidade do CLAIM para encaminhar as situações identificadas para serviços ou entidades adequadas. A taxa é calculada através da divisão entre o número de pessoas migrantes encaminhadas e o número total de pessoas migrantes atendidas.*

Indicador 3 N.º de pessoas migrantes abrangidas por cursos de Português Língua de Acolhimento

**Este indicador permite acompanhar a componente de capacitação linguística da medida, contabilizando as pessoas migrantes integradas em cursos de Português Língua de Acolhimento ou ações equivalentes.*

Indicador 4 N.º de ações de mediação intercultural e integração socioprofissional realizadas

** Este indicador permite monitorizar a dinamização de ações de mediação comunitária, sessões de literacia sobre direitos e acesso a serviços, bem como iniciativas de integração socioprofissional em articulação com o IEFP, entidades empregadoras e parceiros locais.*

Reg. 2026,CMN,I,26,365 - 13-11-2026

ANEXOS

Os Anexos que se seguem reúnem informação complementar de suporte à presente Carta Social, com o objetivo de reforçar a transparência do processo de recolha, sistematização e validação dos dados apresentados ao longo do documento. Neste sentido, incluem-se elementos de natureza documental e participativa que permitem evidenciar, por um lado, o universo das respostas sociais consideradas e, por outro, os momentos de auscultação e partilha desenvolvidos com as entidades do território.

O Anexo I apresenta a listagem das respostas sociais consideradas a partir da informação disponibilizada na plataforma CartaSocial.pt, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Este anexo constitui a base de referência para a identificação e caracterização da rede de respostas sociais em análise.

O Anexo II integra a identificação das entidades presentes no focus group, bem como o respetivo registo fotográfico da sessão, documentando um dos momentos participativos realizados no âmbito do processo de elaboração da Carta Social.

O Anexo III inclui a identificação das entidades presentes na sessão temática, assim como o respetivo registo fotográfico, evidenciando outro momento de reflexão conjunta e de recolha de contributos relevantes para a leitura territorial e social apresentada.

Anexo I. Identificação das respostas sociais da plataforma CartaSocial.pt

Respostas para Infância e Juventude

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Creche	78	78	7:30 - 19:00	29/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	120	71	7:30 - 19:00	29/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência	15	12	00:00 - 24:00	14/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Creche	79	74	7:15 - 18:30	08/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	65	54	7:15 - 18:30	08/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Centro de Atividades de Tempos Livres	120	28	7:15 - 18:30	08/01/2025
EQUIP SOC CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO	Creche	65	65	7:30 - 18:45	13/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Creche	48	35	7:30 - 19:00	29/01/2025
ESCOLA BÁSICA DO NORTE, NAZARÉ	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	100	74	7:30 - 18:30	21/01/2025
ESCOLA BÁSICA DE FAMALICÃO, NAZARÉ	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	75	69	7:30 - 18:30	23/01/2025
JARDIM DE INFÂNCIA DO BAIRRO DOS PESCADORES	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	75	66	8:30 - 17:00	21/01/2025
ESCOLA BÁSICA DE VALADO DOS FRADES, NAZARÉ	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	50	17	-	23/01/2025

Respostas para Pessoas Adultas

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	56	42	8:00 - 17:30	13/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Centro de Dia	30	0	8:30 - 20:00	28/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	60	57	00:00 - 24:00	28/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Apoio Domiciliário Integrado	14	12	8:00 - 17:00	13/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	42	21	8:00 - 16:00	08/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Centro de Dia	30	24	9:00 - 18:00	08/01/2025
CERCINA, CRL	Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)	30	30	8:00 - 20:00	13/12/2024

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CERCINA, CRL	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	15	15	8:00 - 17:30	13/12/2024
CERCINA, CRL	Lar Residencial (Deficiência)	20	20	00:00 - 24:00	13/12/2024
CERCINA, CRL	Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)	5	5	00:00 - 24:00	13/12/2024
CASA DE REPOUSO NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	17	17	00:00 - 24:00	30/01/2025
CENTRO DE APOIO A IDOSOS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Centro de Dia	10	2	8:00 - 20:00	13/12/2024
CENTRO DE APOIO A IDOSOS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	33	32	00:00 - 24:00	13/12/2024
EQUIP SOC CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	80	36	8:00 - 17:30	29/01/2025
EQUIP SOC CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO	Centro de Dia	30	22	8:30 - 18:00	27/01/2025

Respostas para Família e Comunidade

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Ajuda Alimentar a Carenciados	301	235	-	13/12/2024
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Ajuda Alimentar a Carenciados	56	29	9:30 - 17:30	08/01/2025
CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ - CENTRO COMUNITÁRIO	Centro Comunitário (Família e Comunidade)	221	221	9:00 - 18:00	13/12/2024
SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE NAZARÉ	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)	0	0	-	2025-01-28

Respostas para Outras Atividades

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	8	8	00:00 - 24:00	20/01/2025
CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	18	18	00:00 - 24:00	20/01/2025
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Cantina Social (âmbito do PES)				
CENTRO SOCIAL DE VALADO DOS FRADES	Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados				
CERCINA, CRL	Formação Profissional				

Designação	Resposta social	Capacidade	Utentes	Horário	Última Atualização
CERCINA, CRL	Apoio ao Emprego/Empreendedorismo				
CERCINA, CRL	Residência de Treino de Autonomia				
EQUIP SOC CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO	Cantina Social (âmbito do PES)				

Anexo II. Entidades presentes no focus group e registo fotográfico da sessão

Focus Group Cartas Sociais - Município da Nazaré – 26/09/2025



Lista de presenças institucionais no *focus group* do Município da Nazaré – 26/09/2025

1. Agrupamento de Escolas da Nazaré
2. Câmara Municipal da Nazaré
3. Centro Social da Freguesia de Famalicão
4. Cercina - Cooperativa de Ensino e Reabilitação, Capacitação e Inclusão da Nazaré
5. Comunidade Intermunicipal do Oeste
6. IEFP. IP - Centro de Emprego Oeste Norte
7. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Anexo III. Entidades presentes na sessão temática e registo fotográfico da sessão

Sessão Temática Município da Nazaré (05/12/2025)



Lista de presenças institucionais na Sessão Temática Município da Nazaré (05/12/2025)

1. Agrupamento de Escolas da Nazaré
2. Câmara Municipal da Nazaré
3. Centro Social da Freguesia de Famalicão
4. Centro Social de Valado dos Frades
5. Comunidade Intermunicipal do Oeste
6. Confraria de Nossa Senhora da Nazaré
7. FOR-MAR — Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
8. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte
9. Junta de Freguesia de Famalicão
10. Nazaré Qualifica

EXTRATO DA ATA N.º 74

-----Em reunião do ***Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social do Concelho da Nazaré***, realizada a ***12 de novembro de 2026***, foi submetida a parecer a **Carta Social Municipal da Nazaré**, na versão de outubro de 2026, documento previamente enviado aos parceiros para análise e apresentação dos respetivos contributos.----------

-----A Senhora Presidente do CLAS iniciou o ponto recordando que a elaboração da Carta Social Municipal é uma competência da Câmara Municipal da Nazaré, exercida no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social, prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. Este diploma atribui aos órgãos municipais, na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, a elaboração das cartas sociais municipais, e comete à câmara municipal, no n.º 2 do artigo 4.º, a sua elaboração, atualização e divulgação.----------

-----Mais esclareceu que, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 4.º e da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, que regula os conteúdos, a atualização, a divulgação e a revisão das cartas sociais, a Carta Social Municipal é aprovada pela Assembleia Municipal após discussão e parecer do CLAS, sendo esse o motivo pelo qual o documento é presente a este Plenário.-

-----Foi dado conhecimento de que a Carta foi elaborada com o apoio técnico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, no quadro do procedimento promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste para as Cartas Sociais Municipais e Supramunicipal da região (Ref.ª CPRV2/2025). O processo envolveu os parceiros da Rede Social no focus group de 26 de setembro de 2025 e na sessão temática plenária de 5 de dezembro de 2025, tendo as observações dos serviços municipais sido integradas na reunião de alinhamento de 3 de março de 2026.----------

-----A Senhora Vereadora sublinhou que a Carta Social Municipal é um documento muito relevante do ponto de vista da concertação das respostas sociais do concelho, por reunir num único instrumento o conhecimento sobre a rede de serviços e equipamentos sociais e as necessidades da população, permitindo que Município, instituições e serviços públicos planeiem a sua intervenção a partir de uma leitura comum do território.----------

-----Referiu ainda que instrumentos desta natureza são essenciais para orientar a decisão pública sobre a criação, a ampliação ou a requalificação de respostas sociais, para evitar sobreposições e lacunas na oferta e para fundamentar as opções de investimento e as candidaturas a financiamento que venham a ser apresentadas pelo Município e pelos parceiros. Acrescentou que a Carta se articula com o Diagnóstico Social e com o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social da Nazaré, bem como com as prioridades definidas a nível nacional e regional, e que o seu valor depende do acompanhamento e da atualização regular que lhe forem dados, tarefa que convoca a responsabilidade partilhada de todos os parceiros do CLAS.----------

-----Após esta intervenção, a Senhora Presidente do CLAS concedeu a palavra ao Plenário para colocação de questões e apresentação de contributos.----------

-----O Plenário considerou o documento devidamente esclarecido, não tendo sido levantadas dúvidas ou objeções quanto ao seu conteúdo nem às explicações prestadas.--

-----Não se verificando mais intervenções, a Senhora Presidente do CLAS da Rede Social do Concelho da Nazaré colocou a Carta Social Municipal da Nazaré à votação.----------

-----**Para que conste, a Carta Social Municipal da Nazaré mereceu parecer favorável, aprovado por unanimidade pelo Plenário do CLAS da Rede Social da Nazaré, devendo o documento ser remetido à Câmara Municipal da Nazaré para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.----------**

Nazaré, 12 de novembro de 2026

A Presidente do CLAS da Nazaré

Fátima Lourenço

Vereadora CM Nazaré

REDE SOCIAL

74.º Plenário do Conselho Local de Ação Social do Concelho da Nazaré _ ordinária

12 de novembro de 2026

Entidades	Representantes
1. Câmara Municipal da Nazaré	
2. Centro Distrital de Leiria	
3. Agrupamento de Escolas da Nazaré	
4. Associação Comercial, Indústria e Serviços da Nazaré	
5. Associação dos Bombeiros Voluntários da Nazaré	
6. Associação dos Dadores Benévolos de Sangue do Concelho da Nazaré	
7. Capitania do Porto da Nazaré	
8. ULS _ LEIRIA	
9. CEON/Serviço de Emprego de Alcobaça	
10. Centro Social da Freguesia de Famalicão	
11. Centro Social de Valado dos Frades	
12. CERCINA	
13. Confraria de Nossa Senhora da Nazaré	
14. Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Nazaré	
15. Externato Dom Fuas Roupinho	
16. FOR-MAR	
17. Guarda Nacional Republicana de Valado dos Frades	
18. Serviços de Reinserção e Serviços Prisionais	
19. IPDJ – Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	
20. Junta de Freguesia de Famalicão	
21. Junta de Freguesia da Nazaré	
22. Junta de Freguesia de Valado dos Frades	
23. Polícia de Segurança Pública da Nazaré	
24. Paróquia da Nazaré	
25. Empresa Municipal "Nazaré Qualifica"	
26. CPCJ Nazaré	
27. Associação 5 Rios	
28. EPNazaré	
29. Universidade Sénior da Nazaré	
30. Associação Portuguesa das Perturbações da Ansiedade	